



REPÚBLICA DE CABO VERDE



RIO+20
Conferência das Nações Unidas
sobre Desenvolvimento Sustentável

CABO VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO À CONFERÊNCIA RIO+20



Junho, 2012

FICHA TÉCNICA

SUPERVISÃO GERAL

Governo de Cabo Verde

Comissão Preparatória da Participação de Cabo Verde na Conferência RIO+20

COORDENAÇÃO/ELABORAÇÃO

Moisés BORGES e Luísa MORAIS

PARTICIPAÇÃO

Carlos MONIZ; Sónia ARAÚJO e Domingos BARROS

FINANCIAMENTO

Sistema da Nações Unidas em Cabo Verde

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população residente em cabo Verde (1990 – 2010).....	10
Tabela 2 - Exportações de bens e serviços (1990-2003) (milhões de US\$).....	15
Tabela 3 - Produto Interno Bruto (PIB) por Sectores de Actividade (1994 – 2004)	17
Tabela 4 - Evolução da Taxa de Desemprego (%) de 2006-2009	18
Tabela 5 - Evolução dos Principais indicadores económicos de 2008 a 2010	19
Tabela 6 - Desigualdades e pobreza, 2001-2002	22
Tabela 7 - Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral de Cabo Verde	30
Tabela 8 - Produção de energia eólica	34
Tabela 9 - Distribuição da População por grupos etários.....	37
Tabela 10 - Evolução dos efectivos	38
Tabela 11 - Evolução do corpo docente	38
Tabela 12 - Evolução do número de instalações escolares	38
Tabela 13 - Efectivos discentes e docentes (2010/2011).....	40
Tabela 14 - População com qualificação média/superior, por sexo (2000/2010)	44
Tabela 15 - Unidades de Saúde Privadas a nível nacional (2010).....	53
Tabela 16 - Estruturas Sanitárias por Concelho (2010)	59
Tabela 17 – Diferentes formas de abastecimento de água.....	61
Tabela 18 – Composição dos RSU	66
Tabela 19 – Evacuação de Resíduos Sólidos Urbanos	66

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Cabo Verde.....	7
Figura 2 - Estrutura do PIB 2007	17
Figura 3 - Evolução da Pobreza – 2001 e 2007 (INE 2007).....	22
Figura 4 - Mortalidade materna por 100,000 Nascidos Vivos 2000 a 2009	57
Figura 5 - Organização institucional proposta pelo PNSB	60
Figura 6 - Ligações Domiciliárias de Águas por Concelho.....	62
Figura 7 - Evacuação de Águas Residuais por Concelho.....	63
Figura 8 - Quadro Institucional proposto para a reforma do sector Agua e Saneamento ..	67
Figura 9 - Situação nutricional das Crianças menores de 5 anos em Cabo Verde.....	89

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	6
ENQUADRAMENTO E APRESENTAÇÃO DE CABO VERDE	7
Contexto Político	8
Contexto Sócio-Económico	9
PRINCIPAIS INSTRUMENTOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS	11
As Grandes Opções do Plano	12
EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	12
Crescimento Económico e Redução da Pobreza.....	16
Pobreza: Ponto de situação em 1992 e sua evolução	19
O papel das ONG's e Associações Comunitárias de Desenvolvimento.....	23
Desenvolvimento do Sector Agrícola.....	24
Infraestruturas Económicas.....	27
Desenvolvimento do Turismo	29
Desenvolvimento do Sector Energético.....	32
INDICADORES SOCIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E À LUZ	
DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO	34
Educação	34
Saúde.....	49
Saneamento Básico	60
Ordenamento do Território	68
Poluição em Cabo Verde.....	70

OUTROS EIXOS PRIORITÁRIAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	71
Convenção das Nações Unidas da Luta contra a Desertificação (UNCCD).....	71
Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).....	76
Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.....	80
Segurança Alimentar.....	83
QUADRO INSTITUCIONAL	89
DESAFIOS EMERGENTES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	91
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

INTRODUÇÃO

O Relatório Brundtland de 1987 propôs uma definição do Desenvolvimento Sustentável como um Desenvolvimento que responde às necessidades das gerações actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas. Responder às necessidades da humanidade na actualidade e no futuro, particularmente dos mais vulneráveis. Os modos de produção e de consumo que limitam a capacidade de resposta do ambiente devem sofrer profundas modificações. Esta definição foi retomada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro em 1992.

Este Relatório foi elaborado no âmbito da preparação da participação de Cabo Verde na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável que terá lugar na cidade de Rio de Janeiro no Brasil em Junho de 2012. O Documento faz uma incursão ao processo de desenvolvimento do país nos últimos 20 anos, ilustrando os grandes ganhos em vários sectores que concorrem para o Desenvolvimento Sustentável passando pelo sector Ambiental com particular destaque para o reforço do quadro legal, a criação de um quadro institucional adequado e o reforço das capacidades técnicas e humanas, pela dimensão social abarcando os indicadores de Saúde, de Educação e do Saneamento básico, até chegar na dimensão Económica cujos destaques vão para a promoção do crescimento económico e a redução da pobreza, a organização do desenvolvimento turístico e o aproveitamento do potencial das energias renováveis do país.

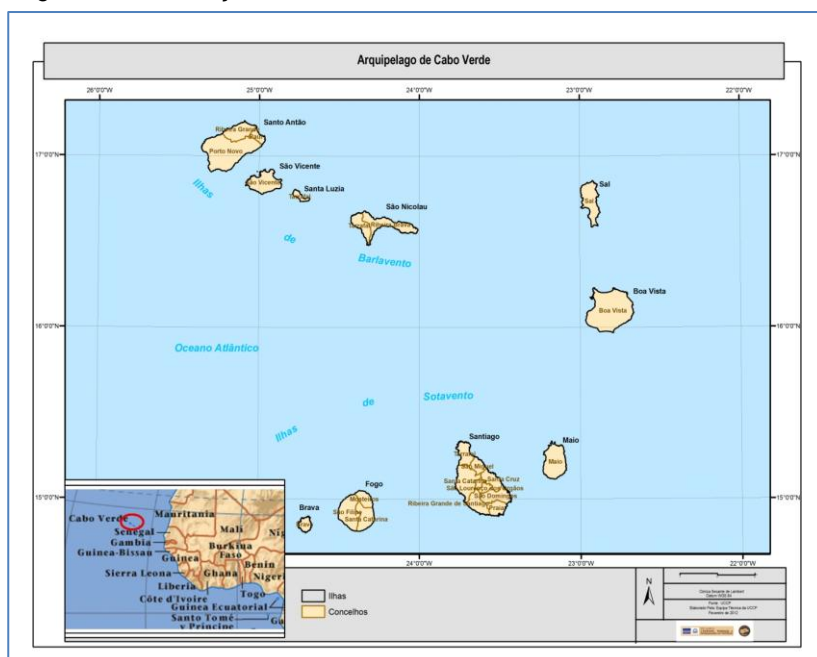
Procurou-se introduzir, na medida do possível, as contribuições emanadas pelos participantes no ateliê de socialização de modo a que o relatório possa reflectir a visão de todos, particularmente das Instâncias Governamentais, das Autarquias Locais, das Organizações da Sociedade Civil e do Sector Privado.

ENQUADRAMENTO E APRESENTAÇÃO DE CABO VERDE

O Arquipélago de Cabo Verde fica situado entre os paralelos 17° 12' e 14° 48' de latitude Norte e os meridianos 22°44' e 25° 22' de longitude Oeste, a uma distância de, aproximadamente, 500 km da costa ocidental africana, ao largo do Senegal (Figura 1).

As ilhas, de acordo com as suas posições em relação aos ventos dominantes do N.E., encontram-se divididas em dois grupos: Barlavento e Sotavento. O grupo de Barlavento é constituído pelas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), Sal e Boavista e ilhéus Branco e Raso, localizados entre Santa Luzia e São Nicolau, o ilhéu dos Pássaros nas imediações da ilha de São Vicente, o ilhéu de Rabo de Junco na costa ocidental da ilha do Sal, e os ilhéus de Sal Rei, do Baluarte e do Roque na costa da ilha da Boavista, e o grupo de Sotavento pelas ilhas de Maio, Fogo, Brava e Santiago. Fazem parte deste grupo ainda o ilhéu de Santa Maria nas proximidades da ilha de Santiago, os ilhéus Grande, Rombo, Baixo, de Cima, do Rei, Luís Carneiro, Sapado e Areia localizados nas proximidades da ilha Brava. As ilhas são de origem vulcânica, dispersas, de tamanho relativamente reduzido, e estão inseridas na franja saheliana caracterizada por uma elevada aridez. No seu conjunto, o arquipélago compreende uma superfície total emersa de 4.033 Km² e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) que se estende por cerca de 734.000km². A linha da costa estende-se por aproximadamente 1.020 km alternados por baías de praias de areia branca e ou negra e escarpas acidentadas.

Figura 1 – Localização de Cabo Verde



De notar que cerca de 80% da população Cabo-verdiana ocupa as zonas costeiras tornando a mesma muito vulnerável a eventuais alterações das condições climáticas e ocorrência de fenómenos extremos como tempestades, ondas gigantes e inundações.

O Arquipélago de Cabo Verde está sob a influência de alguns sistemas considerados factores determinantes para a caracterização do clima da região, como são os casos do anticiclone

subtropical dos Açores, as baixas pressões equatoriais, a corrente marítima fria das Canárias e a depressão térmica sobre o continente africano durante o verão. A região dos anticiclones subtropicais é caracterizada por altas pressões, divergência e subsidência na circulação

atmosférica. A sua orientação e localização influenciam e caracterizam as massas de ar que penetram a região de Cabo Verde durante todo o ano.

Considerado um centro de acção na atmosfera, o anticiclone de Açores é um sistema estável, que domina toda a região tropical e subtropical do Atlântico norte e dá origem a fluxos entre norte (N) nordeste (NE) e este (E). Com frequência, os ventos alísios persistentemente do NE sopram com muita intensidade por períodos prolongados. Quando sopram directamente do continente, determinam que as massas de ar sejam continentais com humidade reduzida. Quando são paralelos à costa Ocidental Norte Africana, permitem que a influência marítima passe a ser determinante. No período considerado como época de chuvas, a região é perturbada, muitas vezes, por ventos que sopram do sul e ou do sudeste. A corrente marítima fria das Canárias que influencia o arquipélago movimenta-se com fluxo de Nordeste ao longo da costa ocidental da África em direcção às ilhas, contribuindo assim para amenizar as temperaturas na região e, eventualmente, afectar a variabilidade da precipitação. A temperatura média anual da superfície da água do mar é de 24 °C, sob a forte influência da corrente fria de Canárias (inferior a 21 °C), e varia entre 22°C e 24°C de Julho a Novembro, e entre 21°C e 23°C de Dezembro e Junho, época fria (Almada, 1993) (Segunda Comunicação Nacional de Cabo Verde para as Mudanças Climáticas 2010).

Contexto Político

Decorridos vinte anos, após as primeiras eleições multipartidárias, o país vem conhecendo enormes progressos na consolidação da democracia, tendo ocorrido já a segunda alternância, com as eleições legislativas de 2001. O poder autárquico é uma realidade e está em consolidação, as liberdades políticas e associativas são respeitadas, assim como a liberdade de expressão e de imprensa e os direitos humanos fundamentais (da mulher, das crianças, da protecção das camadas sociais mais vulneráveis).

Existem mecanismos confiáveis de controlo do exercício do poder através do Parlamento Nacional e outras instituições nacionais mandatadas para o efeito.

Cabo Verde é hoje pois, uma República soberana, unitária e democrática, regendo-se por leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos, a paz e a justiça. Para além do seu ordenamento jurídico, o Estado de Cabo Verde vincula-se ainda às convenções e tratados internacionais sobre os direitos humanos e soberania dos povos.

Tomando a vontade popular como suporte, o Estado de Cabo Verde assenta-se nos princípios da liberdade ideológica, da democracia política, social, cultural, religiosa e económica, da igualdade, da justiça e da solidariedade. Assim, assume-se como um estado de direito, democrático e laico.

O funcionamento do Estado rege-se por um modelo republicano e democrático, que estabelece como princípios fundamentais a unidade do Estado, a separação e a interdependência dos órgãos

de soberania, a neutralidade religiosa, a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização da administração pública.

O poder político é exercido pelo povo através do sufrágio, do referendo e por outras formas constitucionalmente estabelecidas. O Presidente da República é o representante supremo do Estado e é eleito pelo povo. A Assembleia Nacional é constituída com base no voto popular e é ela que designa o Chefe do Governo a ser nomeado pelo Presidente da República.

Administrativamente, o país está dividido em vinte e dois concelhos, distribuídos da seguinte forma: Maio (1), Boavista (1), Brava (1), Sal (1), São Vicente (1), São Nicolau (2), Fogo (3), Santo Antão (3) e Santiago (9). A administração de cada concelho é assegurada pela Câmara Municipal (órgão executivo) e pela Assembleia Municipal (órgão deliberativo). Esses dois órgãos municipais são eleitos pelas respectivas populações.

Importa referir que a Lei de Base da Política do Ambiente associa explicitamente o ambiente ao ordenamento do território e ao planeamento económico. Estipula que deve existir um órgão nacional responsável pela política do ambiente capaz de garantir a integração da problemática do ambiente, do ordenamento do território e do planeamento económico, quer a nível global quer a nível sectorial.

A adequação da actual estrutura orgânica governamental, para dar resposta aos problemas e, sobretudo, assegurar a efectividade e execução da política e dos programas nacionais do ambiente constitui uma prioridade assumida pelo Governo para os próximos anos.

Essas condições políticas e institucionais reunidas constituem requisitos essenciais para implementação dum novo processo para desenvolver as capacidades nacionais de adaptação à problemática de Gestão Global do Ambiente.

Contexto Socio-económico

Em 1990, a população residente de Cabo Verde era de 341.491 habitantes, dos quais 52% eram mulheres e 48% homens, com uma taxa de urbanização de 44%. No último Recenseamento Geral da População, realizado em 2010, a população residente do país era de 491.875 habitantes, resultando assim num aumento total da população residente, no período de 20 anos, de 44%, tendo a população crescido na década de noventa numa média de 2,4% e na última década, numa média de 1,2%. Este decréscimo, está estreitamente relacionado com a evolução decrescente do índice sintético de fecundidade, tendo passado de 5,5 em 1990 para 4,0 em 2000 e 2,87 (valor projectado) em 2010 (Fonte. INE). A repartição por sexo, em 2010 é quase paritária, sendo que a população feminina é ligeiramente maioritária, com 50,5%. De salientar o forte aumento da população vivendo em centros urbanos, que em 2010 era de cerca de 61,8%. Salientar igualmente a elevada percentagem da população jovem, entre os 15 e os 29 anos, representando quase um terço da população (31,8%). De resto, a tabela 1 apresenta a evolução da população de 1990 até 2010.

Tabela 1 - Evolução da população residente em Cabo Verde (1990 – 2010)

Meio de residência/Concelho	Ano		
	1990	2000	2010
Cabo Verde	341.491	434.625	491.875
Meio Urbano	150.599	234.368	303979
Meio Rural	190.892	200.257	187896

Fonte: INE

A economia de Cabo Verde é predominantemente de serviços, ou seja o sector terciário gera o essencial da riqueza nacional. Com efeito o sector dos serviços representa cerca de 72% do PIB com o sector do turismo e o do comércio em forte expansão. O sector secundário representa cerca de 20% do PIB (emprega cerca de 20% da população activa), principalmente a construção e as indústrias ligeiras de exportação lançadas na base de investimentos externos. A contribuição do sector primário para a formação do PIB é modesta, tendo-se situado entre 10 a 12% durante a década de noventa, estando actualmente em torno dos 8%.

O PIB *per capita*, referente aos valores definitivos de 2004, é de USD 1976 (os últimos dados disponíveis pelo BCV apontam para um valor do PIB per capita de 2098 dólares USD) o que corresponde a uma evolução muito significativa, tendo em conta os USD 190 na data de independência (1975) e dos USD 903,5 observados em 1990. A evolução positiva da economia durante os últimos anos foi acompanhada de uma melhoria sensível e contínua do índice de desenvolvimento humano (IDH). Este índice, passou de 0,627 em 1990 a 0,736 em 2005. O Índice de pobreza humana (IPH) que traduz a privação em matéria de esperança de vida, de rendimento, de educação e de alfabetização e em outros domínios, baixou de 28 % em 1990 para 15,8% em 2005. Por esta razão o país é classificado actualmente, pelo Banco Mundial, como país de rendimento médio.

De realçar que o país tem grandes possibilidades de alcançar a maioria dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), na condição de manter um bom ritmo de crescimento. Segundo os resultados do QUIBB 2007, a taxa de alfabetismo era de 73% para os homens e de 87% para as Mulheres. A pobreza diminuiu de 36,5% em 2002 para 27,6% em 2007. Apesar dessa diminuição, ela ainda é significativa e continua a atingir mais a população rural (44,3%) do que a população urbana (13,2%). Em termos de repartição por meio de residência, 72% dos pobres vivem no meio rural (63% em 2001). Em relação ao Género, 33% da população pobre é constituída por mulheres e 21,3 por homens. Os chefes de agregados familiares de sexo feminino representam 56,3% dos pobres e masculino 43,7%. Segundo a categoria socio-profissional, 46,2 % dos trabalhadores por conta própria na Agricultura são pobres.

Apesar de um aumento significativo do nível médio de vida das populações, um desafio importante na economia cabo-verdiana é a sua fraca capacidade de gerar emprego. A taxa de desemprego continua elevada, situando-se em 18,8% em 2008 (10,7% em 2010, segundo a nova metodologia

de cálculo – Fonte: INE). Entre 2001 e 2008, a taxa de desemprego das mulheres foi sempre superior à dos homens.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Cabo Verde conheceu nas últimas décadas progressos importantes com impacto positivo a diversos níveis, como sejam económico, social, político, traduzidos pelos ganhos nos sectores da saúde, educação, infra estruturação, ciência e tecnologia, melhoria dos índices de desenvolvimento humano, graduação a país de rendimento médio, adesão à OMC, parceria especial com a União Europeia etc.

Para o alcance desses resultados, muito contribuiu o facto de Cabo Verde se ter munido ao longo dos anos de um conjunto de instrumentos estratégicos que sempre nortearam todo o processo de desenvolvimento do país. Graças a esses importantes documentos orientadores, o país conseguiu conduzir um processo de desenvolvimento que tem salvaguardado os principais interesses nacionais de modo a não comprometer os equilíbrios fundamentais. De entre outros instrumentos, destacam-se os seguintes:

Planos Nacionais de Desenvolvimento; As Grandes Opções do Plano; Primeiro Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA I); Plano de Acção Florestal Nacional (PAFN); Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação (PAN-LCD); Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II); Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP I e II); Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade (EPANB); Plano de Acção Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA); Primeira e Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas; Plano Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP); Plano Estratégico do Desenvolvimento Agrícola (PEDA); Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA); Plano de Acção para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRH); Plano Estratégico do Turismo; Directiva Nacional do Ordenamento do Território (DNOT); Cabo Verde 50% Renovável – Um Caminho até 2020.

De entre esses instrumentos estratégicos, deve-se realçar “As Grandes Opções do Plano”, que inaugura no início da década de 2000, um modelo de planeamento estratégico, reconhecendo que o factor que exerce a maior influência sobre a competitividade de uma Nação é a sua aptidão para mobilizar os seus recursos internos à volta de uma visão compartilhada do futuro e de uma estratégia para a sua adequada implantação, de forma durável.

Deste modo, “As Grandes Opções do Plano” definem como imagem do futuro de Cabo Verde no horizonte de longo prazo “um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz, justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida”. (As Grandes Opções do Plano –

Uma Agenda Estratégica, 2002), e apresentam cinco grandes eixos estratégicos, para a operacionalização dessa visão.

As 5 Grandes Opções do Plano

Primeira: Promover a Boa Governação como factor de desenvolvimento, reformando o estado, intensificando a democracia e reforçando a cidadania.

Segunda: Promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento, alargar a base produtiva.

Terceira: Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento.

Quarta: Promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade.

Quinta: Desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado.

Por outro lado, deve-se destacar o Segundo Plano de Acção Nacional para Ambiente que é o Instrumento estruturador de toda a política ambiental do país. Aprovada em 2004 com um horizonte de 10 anos, foi submetida a uma avaliação independente em 2011 o que permitiu a sua adequação aos desafios e circunstâncias dos novos tempos. O PANA II desdobra-se em 9 Planos de Acção Inter-sectoriais e 22 Planos de Ambientais Municipais de modo a que um conjunto de sectores considerados chaves que vai desde o sector dos recursos hídricos, passando pelo sector industrial até o da biodiversidade e os 22 municípios do país sejam munidos dos respectivos planos de acção que estabelece as metas e os resultados a atingir no domínio ambiental

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde 1977 que Cabo Verde faz parte da categoria de “Países Menos Avançados” (PMA) das Nações Unidas, uma categoria de estados considerados serem estruturalmente em desvantagem nos seus esforços de desenvolvimento e que requerem um tratamento diferenciado e particularmente favorável da parte da comunidade internacional.

Nesta base, as sucessivas Conferências das Nações Unidas sobre os PMA, sempre enviaram um forte sinal aos parceiros do desenvolvimento destes países, realçando os seus problemas estruturais, prevendo concessões particulares nas suas relações económicas com o resto do mundo, nomeadamente no sistema comercial multilateral e no domínio do financiamento do desenvolvimento¹.

¹ Cabo Verde: Estratégia de saída de Cabo Verde da categoria de PMA.

A dinâmica de desenvolvimento de Cabo Verde vem sendo uma constante, com ganhos significativos para o país, como atestam a recente adesão à Organização Mundial do Comércio, a graduação a País de Rendimento Médio e a Parceria Especial com a União Europeia.

Relativamente à adesão à OMC, Cabo Verde pediu formalmente a sua adesão em 1999 e no ano seguinte foi criado um grupo de trabalho para seguir o processo, que na prática só começaria a trabalhar em Julho de 2003. A 23 de Julho de 2008, Cabo Verde tornou-se no 153º Estado membro da Organização Mundial do Comércio, salientando-se que foi o primeiro país Africano e o terceiro País do grupo dos PMA a conseguir este importante marco pela via negocial.

A adesão à OMC, para além de traduzir uma viragem na política económica e comercial é propiciadora da expansão do mercado e realização de negócios num ambiente mais seguro e estável e ainda traz a possibilidade de melhoria da qualidade de prestação de serviços. A adesão concede maior confiança aos investidores.

Contudo, a par das vantagens, existe também desvantagens relacionadas com: i) menor autonomia para o país, por ter de se cingir às normas da OMC; ii) maior concorrência estrangeira no país; iii) em termos financeiros, um eventual impacte negativo no Orçamento Geral do Estado decorrente da quebra de receitas dos direitos aduaneiros, derivada do desarmamento alfandegário estimado em cerca de 40% das receitas fiscais; iv) em termos económicos, destaca-se o impacte decorrente da concorrência dos produtos importados que podem comprometer sectores chave da economia cabo-verdiana, designadamente, a agricultura e a pecuária, a indústria e, simultaneamente, a necessidade de se desarmar progressivamente as suas barreiras aduaneiras; v) necessidade dos operadores normalizar a sua postura em relação aos padrões internacionais; vi) uma eventual descida das taxas de importação, poderá implicar o aumento das importações, nomeadamente da União Europeia e uma repercussão negativa na capacidade produtiva do país².

Apesar do período de 10 anos para o equilíbrio financeiro pós adesão, estão bem identificados um conjunto vasto de desafios a vencer, na decorrência dessa adesão: adequar/actualizar e regulamentar o quadro normativo em conformidade com as normas internacionais, formação/capacitação de quadros, aprofundar as reformas económicas, para criar uma economia mais competitiva, melhorar a produtividade da economia e fazer uma liberalização progressiva do mercado, implementar uma profunda reforma fiscal, em consequência do desmantelamento das alfândegas, que permita substituir a perda das receitas alfandegárias por outras fontes de cobrança de impostos, capacitação do país para ser menos dependente da ajuda externa, o qual passa, para além da administração pública, por uma forte intervenção do sector privado, sobretudo nos sectores mais dinâmicos da economia, como o do Turismo, melhorando consideravelmente o ambiente de negócios, entre outros desafios.

² Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio: Problemas, Desafios e Prespectivas. Ana Maria Gomes Pires, 2009/2010.

No que se refere à graduação a país de rendimento médio, desde meados da década de 90 que esta questão se vem colocando a nível das NU. Após várias consultas a nível técnico e político, foi finalmente tomada uma decisão pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Dezembro de 2004 relativamente à graduação de Cabo Verde (conjuntamente com as Maldivas), tendo essa decisão sido efectivada a partir de Janeiro de 2008, com um período de transição que decorrerá até 2013.

A graduação do país ocorre na sequência do cumprimento dos dois primeiros critérios³, dos três critérios seguintes, de análise utilizados pela ONU desde 2003 para o processo de graduação:

- Um critério de nível de rendimento, baseado numa média do rendimento anual bruto por habitante num período de três anos (abaixo de 750 dólares para poder ser acrescentado à lista, acima de 900 dólares para ser chamado a sair);
- Um critério de desenvolvimento do capital humano, assente num índice de capital humano construído com base em indicadores de esperança média de vida, nutrição, saúde, escolarização e alfabetização de adultos;
- Um critério de vulnerabilidade económica assente num índice de vulnerabilidade económica.

Apesar de Cabo Verde fazer parte do grupo de países com grande vulnerabilidade económica, característica comum aos SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento), o valor do PIB per capita em 2004, no valor de 1976 USD e o IDH de 0,722 (106ª posição) ditaram a saída de Cabo Verde do grupo dos PMA. Essa graduação, se por um lado premeia o país pelo seu bom desempenho e pela boa governação, coloca igualmente um conjunto de preocupações e desafios que terão de ser equacionados de modo a assegurar ao país a continuação do seu desenvolvimento de forma sustentável e a manutenção e/ou a melhoria dos indicadores de desenvolvimento sócio-económico, já alcançados, e que têm sido fruto em boa parte do forte apoio e solidariedade da comunidade internacional.

Apesar das performances ao nível económico, subsiste o desequilíbrio estrutural entre, por um lado, a produção nacional e por outro o consumo interno. Este desequilíbrio causa um défice permanente da balança das transacções correntes e a economia cabo-verdiana continua fortemente dependente de factores exógenos, nomeadamente das transferências dos emigrantes e da ajuda externa (ajuda alimentar, ajuda à balança de pagamentos e assistência global ao desenvolvimento). Contudo e paulatinamente Cabo Verde entra numa nova fase na qual o investimento privado estrangeiro e nacional constitui cada vez mais o impulsionador do desenvolvimento⁴.

A crise financeira e económica internacional a partir de 2007 compeliu o Governo a executar medidas para garantir a estabilidade macroeconómica do país. Tais medidas têm tido um papel

³ Quanto ao terceiro critério, o da **vulnerabilidade económica**, o país continua bem abaixo do patamar de saída dos PMA (apenas 61%);

⁴ Relatório de Progresso de Execução dos ODM - Ministério das Finanças. Setembro, 2010.

importante no amortecimento do seu impacto, com destaque para o nível de cobertura e o valor das pensões sociais, para a redução da carga fiscal, para os investimentos nas infra-estruturas, etc. Entre os factos salientes que caracterizam a ajuda dos últimos anos constata-se uma tendência para a diminuição dos donativos contra um aumento dos empréstimos, situação que pode levar ao crescimento do endividamento externo. A percentagem dos donativos no conjunto da ajuda ao desenvolvimento passou de 80% nos anos 1990 para 58% em 2005 e actualmente (2009/2010) perto de 40% do Programa de Investimento Público são financiados recorrendo a empréstimos. As modalidades de ajuda mudaram e nota-se forte diminuição da ajuda alimentar e um aumento da ajuda orçamental. De modo global a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) não diminuiu tendo passado de 10.999,5 milhões de escudos em 2005 para 14.237,7 milhões em 2009.

A fraqueza das exportações do país é ilustrada por uma balança comercial estrutural e fortemente desequilibrada, em que as exportações (tabela 2) cobrem apenas 4 a 6% das importações. Os serviços são dominantes na estrutura das exportações (cerca de 93% em 2003). Impelidas pelos transportes, e particularmente pelos transportes aéreos e pelo turismo, a dinâmica das exportações de serviços contrasta fortemente com a fraqueza das exportações de bens. Reflectindo a pequenez da base produtiva, a exportação de mercadorias depende de dois produtos que sozinhos representam cerca de 90% das exportações de bens em 2003: os produtos da pesca, cujas exportações estiveram em declínio, em parte devido a restrições sanitárias (18% das exportações em 1998 contra 4% em 2003) e os produtos duma indústria fabril de exportação incipiente, nomeadamente de confecções e calçado (85% das exportações em 2003) e que se estabeleceu devido às condições preferenciais oferecidas por facilidades como a AGOA e o Acordo de Cotonou.

Tabela 2 - Exportações de bens e serviços (1990 - 2003) (milhões de US\$)

Categoria	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Bens	5,6	4,0	4,5	3,9	4,9	8,4	12,6	13,9	10,5	11,5	11,0	10,0	10,5	12,6
Serviços	53,3	48,0	44,6	44,3	47,0	66,7	77,5	91,3	94,4	106	111,4	129,7	158,5	200,2
Total Exp.	58,9	52,0	49,1	48,2	51,9	75,1	90,1	105,2	104,9	117,5	122,4	139,7	169,0	212,8
Reexportaç.	23,3	16,5	27,4	20,3	24,4	22,2	24,2	44,0	14,8	23,5	13,3	13,2	13,3	
Importações	135,6	146,7	181,0	153,9	208,9	252,4	234,4	233,5	230,6	262,0	237,5	247,0	275,2	350,0
Balança comercial	-130,0	-142,7	-176,5	-150,0	-204,0	-244,0	-221,8	-219,6	-220,0	-250,5	-226,5	-237,0	-264,7	-337,4
Exportação/importação (%)	4,1	3,0	2,5	2,5	2,4	3,3	5,4	6,0	4,6	4,4	4,6	4,0	3,8	4,0

A integração de Cabo Verde no bloco económico da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (desde 1977), a paridade fixa do Escudo de Cabo Verde face ao Euro a partir de 1999, a assinatura de acordos comerciais específicos, nomeadamente o *African Growth and*

Opportunity Act (AGOA) e o acordo de Cotonou (2000), a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Janeiro de 2004 e o Acordo de Parceria Especial com a União Europeia em construção, têm sido factores de suma importância no desenvolvimento económico do país.

CRESCIMENTO ECONÓMICO E REDUÇÃO DA POBREZA

Evolução do PIB de 1992 a 2011

Apesar dos progressos e performances ao nível da economia e dos índices de desenvolvimento alcançados, o país continua a apresentar vulnerabilidades estruturais ditados essencialmente pela reduzida dimensão territorial, insularidade, fragilidade dos ecossistemas e escassez de recursos naturais, forte pressão demográfica sobre os recursos, secas prolongadas, localização geográfica à margem das correntes principais do comércio internacional, exiguidade do mercado de trabalho e pobreza.

À data de independência (1975), O PIB *per capita* era de 190 USD tendo aumentado para 903,5 USD em 1990 e alcançado o valor de 1976 USD em 2004, o que corresponde a uma evolução muito significativa, tendo em conta o ponto de partida. Os últimos dados disponíveis pelo BCV apontam para um valor do *PIB per capita* de 2098 dólares USD. Como já se referiu anteriormente, este crescimento do PIB *per capita*, foi um dos critérios da graduação de cabo verde a país de rendimento médio efectuada em Janeiro de 2008.

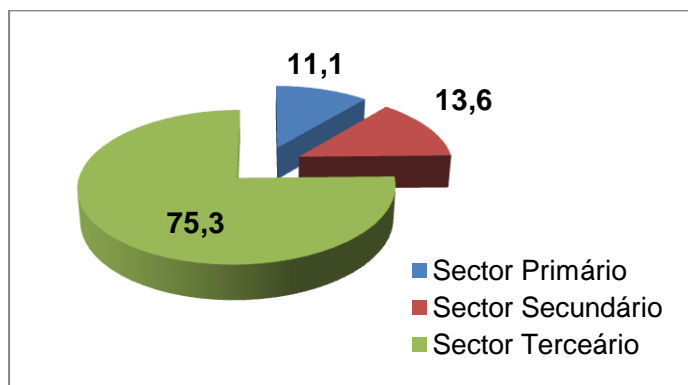
Com efeito o país teve um bom desempenho económico e conheceu, nos últimos anos, um crescimento económico robusto, com a taxa média de crescimento do PIB a situar-se em 6,6% na década de noventa e um crescimento médio de 5.7% no período 2000-2005, atingindo 10.7% em 2006, sendo que em 2007 o crescimento foi de cerca de 6,7%, fixando-se em torno dos 5-6%, na última metade da década. Este crescimento acima dos 5% permitiu uma melhoria significativa da média do nível de vida, tendo-se igualmente verificado nesse período que a inflação manteve-se sempre abaixo dos 2% por ano (embora, excepcionalmente, tenha dado um salto temporário em 2006 para 4,8%), 4,4% em 2007 e 6,8% em 2008, segundo dados do INE.

A estrutura da economia cabo-verdiana diferencia-se pelo predomínio do sector terciário, que absorve 66% do emprego, aproximando-se da estrutura típica das economias desenvolvidas, não obstante as suas profundas limitações estruturais.

A preponderância do sector terciário decorre, principalmente, da fraca expressão do sector primário, devido às limitações estruturais da agricultura e da escassez de outros recursos naturais. A pesca, que possui algum potencial, encontra-se ainda numa fase embrionária de desenvolvimento do seu potencial.

A Figura 2 a baixo desagrega o PIB segundo sectores de actividade, mostrando a crescente importância do sector dos serviços na economia cabo-verdiana. Em 2004 o sector dos serviços contribuiu com 74,42% do PIB, o sector turístico com 17,05% e a agricultura ficou pelos 8,53%.

Figura 2 - Estrutura do PIB 2007



Fonte: INE

O contributo do comércio para a realização do produto (PIB) mantém uma tendência ascendente. À semelhança dos outros pequenos Estados Insulares em desenvolvimento, Cabo Verde regista uma balança comercial estruturalmente deficitária com uma base e volume de exportação muito reduzidos.

Entre 1994 e 2004 (tabela 3), o PIB de Cabo Verde cresceu de forma robusta, tendo passado de 11.422,1 milhões de ECV em 1994 para 27.963,7 milhões de ECV em 2004. As sucessivas reformas implementadas no início dos anos 90, designadamente a nível da liberalização comercial da economia de base privada com a consequente redução do peso do Estado na economia, com a reforma do sistema bancário, reforma do sistema do sector empresarial do Estado, bem como do Acordo de Cooperação cambial de 1998 propiciaram anos de crescimento económico robustos da economia cabo-verdiana.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto (PIB) por sectores de actividade económica, 1994-2004

	Ano										
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
PIB	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agricultura	11,87	11,95	10,67	9,35	8,35	10,55	10,59	10,09	9,20	8,98	8,53
Indústria	20,28	20,62	21,79	20,81	20,05	18,99	17,65	16,53	17,85	17,28	17,05
Serviços	67,85	67,43	67,54	69,84	71,60	70,46	71,76	73,38	72,97	73,74	74,42

Fonte: INMG - Circunstâncias nacionais – Segunda Comunicação nacional sobre as Mudanças climáticas

A partir do ano 2001 e, na sequência de medidas correctivas da política económica então implementadas, a economia voltou a seguir uma trajectória de crescimento, tendo crescido a uma taxa média de 6,1, 4,0 e 5,6%, respectivamente nos anos de 2008, 2009 e 2010 (dados do BCV).

Num contexto de redução da atividade económica, onde a taxa de variação do PIB real conheceu um relativo abrandamento, o ligeiro aumento do desemprego (tabela4) parece um resultado coerente com a conjuntura do País e internacional.

Tabela 4 - Evolução da Taxa de Desemprego (%) de 2006-2009 segundo a nova abordagem e a antiga abordagem

Taxa de Desemprego (%)	QUIBB 2006	QUIBB 2007	ISE 2008	IE 2009
Nova abordagem	13,4	15,3	13,0	13,1
Antiga abordagem	21,2	21,6	17,8	20,9
Diferença	7,8	6,3	4,8	7,8

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2009, in Relatório final de avaliação DECRP II

Em 2009, com as economias mundiais já sentindo os efeitos da crise internacional, em particular os da zona euro, principais parceiros comerciais de Cabo Verde, a taxa de variação do PIB apresenta o seu menor percentual (4,0) %. Esta situação se traduziu numa evolução pouco favorável dos principais indicadores económicos, como se pode vislumbrar da análise da tabela 5.

Tabela 5 - Evolução dos principais indicadores económicos de 2008 a 2010

Principais indicadores económicos	Unidades	Ano		
		2008	2009	2010
I. Sector Real				
Produto Interno Bruto (PIB) ¹	Variação Real em %	6,1	4,0	5,6
Produto per Capita ²	em USD	1.996,0	2.111,0	2098,01
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	6,8	1,0	2,1
Taxa de Desemprego ³	taxa variação em %	13,0	13,0	10,7
II. Sector Monetário e Cambial				
Activo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	-6,3	-1,7	6,4
Reservas Internacionais Líquidas do BCV	taxa variação em %	8,0	-1,4	7,2
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	18,8	10,9	5,5
Massa Monetária	taxa variação em %	7,9	3,3	4,7
IV. Sector Externo				
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	2001=100; valores médios	105,3	105,2	104,5
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	2001=100; valores médios	114,5	114,6	114,6
Balanço Corrente + Balanço de Capital	em % do PIB	-14,0	-13,4	-9,8
Balanço Corrente	em % do PIB	-16,0	-16,6	-12,5
Reservas/Importações	meses	4,0	4,2	4,2
Dívida Externa Efectiva	em % do PIB	46,4	51,7	60,0
Dívida Externa Efectiva/Exportações de Bens e Serviços	em %	100,1	130,5	136,9
V. Finanças Públicas				
Saldo Global	em % do PIB	-1,8	-6,8	-12,0
Saldo Primário	em % do PIB	-5,2	-11,7	-17,3
Stock da Dívida Pública (Líquida)	em % do PIB	63,9	69,9	77,6

Fonte: www.bcv.cv

¹Estimativas do Banco de Cabo Verde

²Estimativas do Cabo Verde e Resultados do Censo à População de 2010

³Nova Metodologia

Pobreza: Ponto Situação em 1992 e sua evolução

A pobreza em Cabo Verde é de natureza fundamentalmente estrutural sendo agravada por fenómenos conjunturais como as secas, a estagnação e/ou a recessão económica, entre outros aspectos. A condição perante o trabalho constitui igualmente um dos factores importantes na configuração da pobreza. O nível de desemprego, histórica e estruturalmente elevado, aliado às dificuldades intrínsecas à produção do sector primário definem e conformam a situação da pobreza.

A estrutura produtiva nacional, que não consegue gerar empregos que absorvam a mão-de-obra à procura de emprego, uma taxa de fecundidade elevada na década de noventa e anteriores, e de mortalidade baixa, proporcionando um crescimento rápido da população que, por sua vez, é

acelerada pela acentuada diminuição do saldo migratório, traduzem-se nas más condições de vida das populações, numa mobilidade interna crescente direccionando-se preferencialmente para as periferias dos centros urbanos principais.

Os estudos realizados em 1993, com base no Inquérito às despesas das famílias de 1988/89 mostravam que a pobreza constituía um fenómeno expressivo em Cabo Verde, sendo que, a nível nacional, 30% da população era pobre e destes, 14% era considerada muito pobre⁵. O mesmo estudo indicava que, cerca de 68% de pobres e 85% de muito pobres do país residiam no meio rural o que traduzia a dimensão marcadamente rural, do fenómeno da pobreza em Cabo Verde. No entanto verificava-se já uma nítida tendência para a urbanização da mesma, devido, por um lado à natureza endógena do fenómeno nos espaços urbanos, e, por outro e sobretudo, pela transferência da pobreza ligada ao êxodo das populações das zonas rurais e em direcção aos centros urbanos.

A repartição geográfico-espacial mostrava ainda que as ilhas do barlavento apresentavam os maiores índices em termos relativos, seja a nível dos considerados pobres, seja dos muito pobres, com 36% e 18% respectivamente, enquanto as ilhas do sotavento tinham 26,6% dos pobres e 11,6% dos muito pobres. Brava, St. Antão e S. Nicolau, eram as ilhas com pessoas mais pobres e muito pobres.

Dados da análise realizada em 1993 e confirmada em 1997, mostraram que a pobreza atingia particularmente as mulheres, particularmente as mães solteiras chefes de família, os analfabetos e as famílias com agregado familiar elevado. Estes mesmos dados mostravam que as unidades familiares chefiadas respectivamente por desempregados e inactivos apresentavam os mais elevados números sejam de pobres seja de muito pobres, ligando assim o fenómeno da pobreza quer à falta de instrução/escolarização, como também à desigualdade nas relações género e ainda ao desemprego.

Globalmente houve uma redução da pobreza no período em análise, mas houve um aumento no período intercalar de 1992 a 2001. Em 2001, a população vivendo em situação de pobreza representava 36,7% da população e houve uma redução da pobreza entre 2001 e 2007 (data do último dado oficial disponível, a partir dos dados do IDRF/QUIBB de 2007). Em 2007 o número diminuiu para 26,6%. Nesse último ano, constatou-se que Cabo Verde ainda possuía uma população de quase 118 mil pessoas vivendo em condições de pobreza, onde 72% viviam no meio rural, 56% eram mulheres (33% contra 21% das famílias chefiadas por homens).e 95% não tinham instrução formal ou apenas o ensino básico. Observa-se também uma variação acentuada dos níveis de pobreza entre os Concelhos. Na cidade da Praia, a capital do país, a concentração da pobreza nos bairros periféricos é particularmente gritante.

O combate à pobreza tem sido um dos grandes desafios que o país vem enfrentando. Para o seu combate desde os finais da década de noventa foi concebido e implementado o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP). Mais recentemente, para combater especificamente a pobreza

⁵ Programa Nacional de Luta contra a pobreza. Mesa redonda dos parceiros de desenvolvimento. Novembro de 1997

no meio rural o país vem executando o seu PNLP no Meio Rural. Tem-se verificado um défice de acções integradas de combate à pobreza no meio urbano subsequente ao término em 2006 do projecto “Promoção dos Grupos Sociais Desfavorecidos”.

Tendo em conta que o QUIBB de 2006, não recolheu dados sobre rendimentos não é possível avaliar a evolução destes indicadores. Contudo, tendo em conta que o rendimento per capita no período subiu de 52,3%⁶ e a confirmar-se uma distribuição mais equilibrada do rendimento nacional, conjugada com a subida das remessas de emigrantes e taxas de inflação inferiores ao crescimento do PIB, bem como a descida acentuada da taxa de desemprego em 2006, estima-se que a situação média das famílias terá melhorado. Contudo, esta constatação não exclui o agravamento da situação em bolsas locais em situação de pobreza e grupos vulneráveis.

A desigualdade social em Cabo Verde é ainda muito expressiva. O índice de Gini, que mede a profundidade da pobreza e das desigualdades sociais, em 2002 para Cabo Verde é de 0,59, o que demonstra a elevada desigualdade e concentração do rendimento no país.

Em Cabo Verde, os 10% dos agregados com maiores despesas per capita, tem um nível de despesas 12 vezes superior aos dos 10% mais pobres. As despesas dos 20% mais ricos são 5 vezes superior às despesas dos 20% mais pobres.

Outro fenómeno resultante da pobreza, que começou a ganhar contornos em meados da década de noventa e que foi ganhando expressão crescente, em particular nos centros urbanos da Praia e do Mindelo, consiste no surgimento dos meninos de e na rua, oriundos de famílias pobres que incentivam a saída das crianças de casa para ajudar os pais (muitas vezes mães solteiras) na busca de rendimentos para a sobrevivência da família ou então saídos de famílias desestruturadas. De igual modo, e aliado ao fenómeno atrás referido, surgem casos de prostituição infanto-juvenil também inserida nas estratégias individuais e familiares, de sobrevivência no espaço urbano.

Para o combate a este fenómeno, medidas de política vêm sendo implementadas, quer em termos do enquadramento institucional com a criação do Instituto de apoio à criança e ao adolescente, bem como a criação de vários centros de acolhimento, onde são desenvolvidas um conjunto de actividades de integração social, bem como o acompanhamento escolar das crianças.

Através de esforços próprios que contam com o apoio importante dos parceiros de desenvolvimento o país vem concebendo e executando medidas e políticas em diferentes domínios com o propósito firme de melhorar as condições de vida e erradicar a pobreza particularmente a pobreza extrema. Os investimentos de parceiros através de acções como o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no meio rural foram direccionados para actividades geradoras de rendimento (AGR), para o microcrédito e para a formação com impacto sobre o rendimento das famílias no meio rural onde a percentagem da pobreza é maior.

⁶ Passou de 1.378 US\$ em 2002 para 2.100 US\$ em 2005

O PNLP reforçou e alargou o seu âmbito geográfico de actuação passando a cobrir mais de 95% das zonas rurais do país. A afectação adequada de recursos e a execução de procedimentos organizacionais adequados vão permitir ao Programa exercer impacto mais substancial sobre a redução da pobreza no meio rural sem se esquecer do reforço de acções sistematizadas de redução da pobreza no meio Urbano. A tabela 6 apresenta de forma sucinta a situação da desigualdade por ilha em 2001-2002

Tabela 6 - Desigualdades e pobreza, 2001-2002⁷

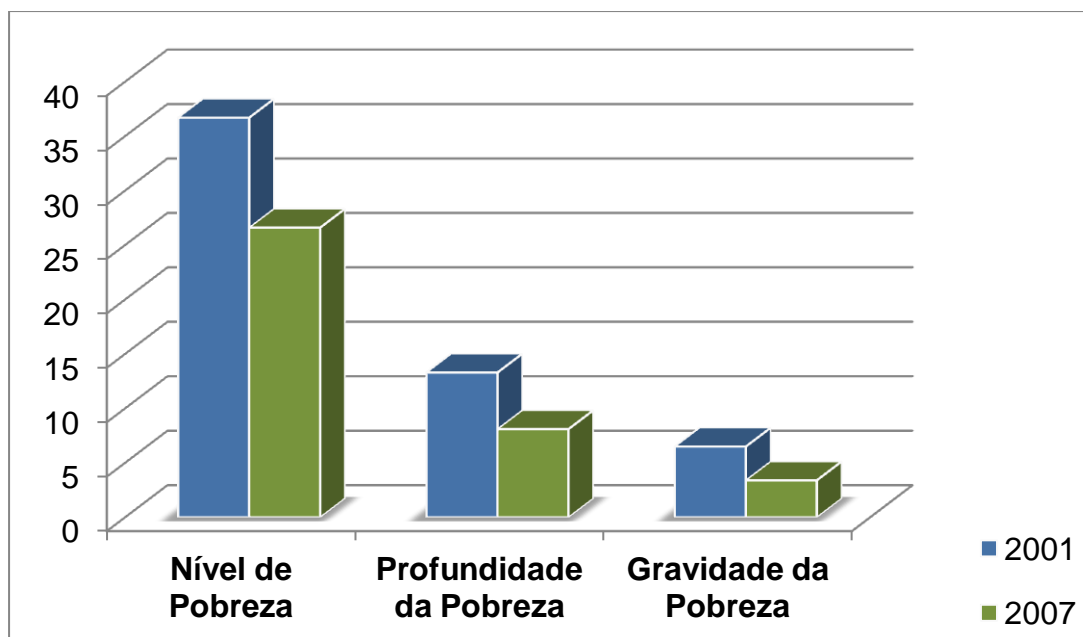
	Índice de Gini	Pobres	Muito pobres	Pop. Rural	Chefes de família		
					Total	Mulheres	Homens
Cabo Verde							
1988-1989	0,43	30	14	56	-	-	-
2001-2002	0,59	37	20	46	27	40	18
2001-2002 por ilhas							
Boavista	0,42	13	2	52	12	24	8
Brava	0,5	41	16	73	22	29	18
Fogo	0,57	43	25	78	31	48	22
Maio	0,52	38	25	60	20	26	15
Sal	0,56	13	6	10	10	24	5
Santiago	0,57	37	20	48	29	42	18
St. Antão	0,65	54	34	70	34	51	26
S. Nicolau	0,48	40	40	24	23	34	15
São Vicente	0,62	26	26	11	21	33	13

Fonte: DECRP I – Setembro de 2004

Entre 2001 e 2007 (Figura 3) os dados sobre a evolução da incidência da pobreza indicam uma tendência para o cumprimento por parte de Cabo Verde do Objectivo I de Desenvolvimento do Milénio:

Figura 3 - Evolução da Pobreza – 2001 e 2007 (INE 2007)

⁷DCRP I – setembro de 2004



Reduzir a pobreza extrema e a insegurança alimentar (Reduzir para metade a proporção da população que vive na pobreza extrema entre 1990 e 2015 - Indicador Percentagem da população a viver abaixo do limiar da pobreza).

A expansão e melhoria da electrificação e abastecimento em água potável às populações, em particular no meio rural, o aumento da utilização do gás butano na confecção de alimentos, a expansão da oferta de estabelecimentos de ensino (no meio rural em particular), a melhoria das condições de acesso à saúde, em particular da prestação dos cuidados primários de saúde, são factores importantes de redução da pobreza que têm permitindo às famílias melhorar as suas condições básicas de existência e particularmente a muitas mulheres e crianças diversificar a sua rotina diária.

O papel das Organizações Não-Governamentais e Associações Comunitárias de Desenvolvimento.

Em Cabo Verde, o crescimento e desenvolvimento sócio-económico, é fortemente condicionado por fenómenos naturais como a seca - decorrentes do país saheliano que somos - e factores de ordem social, cultural, económica e tecnológica, relacionados com a utilização desajustada dos recursos naturais, em particular água, solo e vegetação. Com efeito, a grande desproporção entre os recursos existentes e a população, em constante crescimento, associada à prevalência de uma taxa de pobreza ainda significativa, assolando mais de um quarto da população, têm reflexos numa elevada pressão sobre os escassos recursos naturais acelerando, ainda mais, o processo de

degradação ambiental que, por sua vez, provoca novos problemas ambientais e sociais, tanto no espaço urbano como no rural⁸.

A aposta na educação e na formação apresentou-se, numa primeira abordagem, como sendo a melhor solução para esse problema tão grave. Paralelamente, uma abordagem alicerçada em intervenções essencialmente de natureza técnica, de conservação dos recursos naturais, particularmente solo e água, foi adoptada, com um amplo apoio e solidariedade da comunidade internacional. Os resultados nem sempre foram os esperados, em termos do engajamento da população na protecção e manutenção dos investimentos realizados.

Contudo, perante a situação crescente de degradação ambiental, para além da estratégia de combate à pobreza adoptada, através da implementação de um programa consistente visando a redução da mesma, também, já desde o início da década de noventa se considerou que as organizações não-governamentais deveriam ser consideradas como parceiras importantes na mobilização da participação dos cidadãos.

É assim que um amplo movimento de pendor associativo se desenvolve por todo o país, inicialmente bastante impulsionado no contexto da implementação de projectos no domínio da agricultura e das pescas, constituindo-se Associações de Desenvolvimento Comunitário (ACDs) em quase todos os cantos do país, que aos poucos foram evoluindo e se transformando em verdadeiros agentes de desenvolvimento comunitário.

Na estratégia de implementação de vários programas e projectos de desenvolvimento, são parceiros incontornáveis e têm vindo igualmente a apoiar os agentes públicos de desenvolvimento na realização de um trabalho permanente de comunicação, informação e sensibilização, apelando para a consciencialização do colectivo do país para a necessidade da preservação ambiental.

Presentemente as ONGs e as ACDs desempenham um importante papel, quer na implementação do PNLP, em particular no meio rural, quer na implementação de vários projectos no domínio agrícola, no domínio das pescas, em áreas sócio-educativas, desportivas, da saúde, entre outras, contribuindo sobremaneira para a edificação não só de uma maior e melhor consciência em matéria de protecção ambiental, como também na melhoria das condições de existência das diferentes comunidades em que se inserem.

Desenvolvimento do Sector Agrícola

O sector agrário cabo-verdiano sempre foi caracterizado por uma grande vulnerabilidade, tendo em conta a escassez dos recursos naturais (água e solo), o sistema de exploração vigente, essencialmente voltado para uma agricultura de subsistência, e, as condições climáticas prevaletentes na zona Saheliana, na qual Cabo Verde se insere.

⁸Victor Borges - Educação Ambiental e Desenvolvimento Florestal, I Congresso Florestal - Praia, Novembro de 1993.

Contudo, o sector agrícola, à semelhança dos demais que compõem o sector agrário, pese embora a sua fragilidade, foi e continua sendo de extrema importância para o país, permitindo a subsistência de um grande número de famílias cujo sustento e organização da vida familiar, estão estreitamente associados à terra, muito embora não se atinja a auto-suficiência alimentar.

Apesar das contingências anteriormente apontadas, em Cabo Verde, o sector agrário, constituirá ainda, um importante factor de desenvolvimento económico e social do país, já que não é possível prever, a curto médio prazo, outra forma de ocupação para cerca de 40% da população do país, que constituem a população rural

Praticada em condições de elevado risco agro-meteorológico e vulnerabilidade o sector agrícola tem sido um sector pouco produtivo. Dados de 1992 mostravam que a agricultura, silvicultura e pecuária representavam apenas 9,9% do PIB. Dados mais recentes do INE indicam que para o período 2000 a 2007 o peso dos subsectores agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, na formação do PIB registaram um abrandamento, tendo-se situado em torno de 8 a 10%. A taxa de crescimento anual do PIB agrícola põe em evidência o carácter aleatório da produção, sobretudo aquela do sistema de sequeiro. No período referido, a taxa de crescimento anual médio do PIB agrícola foi de 1,2%.

No entanto, as estatísticas sectoriais disponíveis (produção agrícola, pecuária e florestas) não têm podido fornecer cabalmente dados completos para a elaboração das contas do sector agrícola nem os indicadores de seguimento e avaliação do impacto das políticas, estratégias, programas e projectos que foram sendo implementados ao longo destas últimas duas décadas. Com efeito, o investimento público no sector, aumentou enormemente, estando neste momento em torno dos 10% do total do OGE.

O sector hortícola é dos que mais evolução tem registado, com ganhos visíveis no aumento da produção e da produtividade motivando uma mudança gradual na estrutura do sector primário e desempenhando um papel económico cada vez mais importante. O grande constrangimento que subsiste ainda neste subsector prende-se com o seguimento da produção hortícola, onde não se implementou de facto um sistema de estatísticas para a horticultura, o que permitiria dar maior visibilidade ao subsector ao nível das contas nacionais. Contudo, os resultados das estimativas da produção de hortícolas e raízes e tubérculos, no período 2007 a 2010, indicam uma produção anual total que rondou as 42.908 toneladas, sendo que a produção de hortícolas atingindo 29.887 toneladas, e a de raízes e tubérculos rondou as 13.000 toneladas por ano⁹.

As exportações agrícolas que em 2001 atingiram 10,9 milhões de escudos são hoje praticamente nulas, verificando-se apenas exportações esporádicas de produtos típicos como é o caso do grogue, vinho e licores.

⁹ Estimativa da Produção Agro-pecuária 2007 – 2010. MDR/DGPOG, Março 2012.

A absoluta dependência do regime de chuvas, predominantemente escassas e irregulares, não tem permitido determinar uma tendência para a agricultura de sequeiro em Cabo Verde. Assim, as produções variam, anualmente, consoante a quantidade e distribuição pluviométrica. O milho e o feijão são as principais culturas praticadas. As variedades utilizadas, praticamente, não têm sofrido variações ao longo dos anos. O nível de utilização de fertilizantes e pesticidas é relativamente baixo. Estas culturas são com frequência feitas em terras marginais e em zonas agro-climáticas sem aptidão para o seu cultivo, nomeadamente, em zonas áridas e semi-áridas e zonas de pendor muito acentuado, pobres em nutrientes e com fraca capacidade de retenção da água.

Contudo, paulatinamente vem-se procedendo à reconversão da agricultura de sequeiro, em particular nas zonas húmidas e sub-húmidas, que possuem um razoável potencial para a prática da fruticultura, utilizando variedades e práticas culturais adequadas às condições existentes em tais regiões e introduzindo técnicas de produção mais modernas, nomeadamente a rega localizada.

As campanhas de plantação de fruteiras, associadas às técnicas de captação de águas pluviais tem vindo a contribuir, sobretudo nas zonas altas, para o aumento da produção ao nível nacional. Estimativas do volume da produção frutícola, no período 2007 - 2010, apontam para uma produção média anual de cerca de 10,4 Ton/ano, com destaque para a banana (7 Ton) a manga (1,7 Ton) e a papaia (1,13 Ton). Acresce-se a esses valores a produção de uvas, de cerca de 160 Ton, em 2010, a produção do café, que nesse período variou de 26 a 36 Ton/ano e a produção de cana-sacarina, com uma produção de cerca de 25 Ton/ano.

A partir de 2004, com o processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola PEDDA (2005-2015), este documento vem constituindo uma referência sectorial, convergindo com as estratégias de desenvolvimento definidas no Programa do Governo e nos DECRP I e II. O PEDDA é um documento federador que integra todas as políticas, estratégias e medidas visando o desenvolvimento rural e pescas numa perspectiva de preservação e conservação dos recursos naturais, luta contra a pobreza e insegurança alimentar.

Para a implementação do PEDDA foi desenvolvido o Programa Nacional de Investimento Agrícola (2011-2015) do qual se realça o sub-programa melhoria e gestão de água onde se prevê a mobilização de aproximadamente de 6,9 milhões de metros cúbicos de água (subterrâneo, superficial e dessalinizada) para a rega. A mobilização de água para agricultura será complementada com acções de promoção da micro-irrigação, modernização das técnicas e tecnológica de produção agrícola, nomeadamente a hidroponia e o cultivo em estufas.

O programa de mobilização de água que vem sendo implementado, e a reconversão de áreas de sequeiro, permitiram atingir em 2011, 1.427 ha de área irrigada permanente, sendo a meta a atingir os 3.070 ha até 2016. Deu-se continuidade à massificação dos sistemas de rega localizada, sendo que a área instalada com este sistema totaliza 704 ha (a meta é atingir os 1.820 ha até 2016).

A massificação de novas tecnologias de produção, com a introdução da agricultura protegida ou em estufas, está a ganhar uma rápida expansão a nível nacional. Esta tecnologia vem sendo

promovida com a instalação de projectos-piloto junto de jovens agricultores e mulheres agricultoras. Várias unidades de produção hidropónicas e de cultivos protegidos, de tipologia diversas, dos mais simples e confeccionados com materiais locais aos mais modernos, têm sido instalados a nível nacional, quer por iniciativa dos produtores, quer com apoio dos projectos com financiamento público ou outros parceiros. Nesses dois últimos anos a nível nacional, já foram instaladas no total, 41 estufas para cultivos protegidos (cerca de 10.000 m²) e 19 estufas de cultivos hidropónicos (30.000 m²). Está em construção a primeira Escola Nacional de Hidroponia, para formação e transferência da tecnologia, aos técnicos e produtores nacionais.

O sector da Pecuária sempre foi considerado de capital importância na luta contra a pobreza e na fixação das populações no mundo rural. Os subprodutos da agricultura são a base da alimentação animal, constituída pelas espécies forrageiras e herbáceas das zonas silvo-pastoris, que são complementadas por rações. Apesar do clima, têm sido desenvolvidas acções para o benefício das pastagens e dos recursos forrageiros, através de vários projectos, com vista ao aumento da disponibilidade forrageira.

Ganhos consideráveis verificaram-se, nomeadamente, na diversificação do efectivo animal e no melhoramento de raças, através de aquisição, multiplicação, reprodução e distribuição de animais de raças melhoradas, bem como na construção/melhoramento de infra-estruturas pecuárias: pocilgas, currais, estábulos, etc. Está-se a introduzir a técnica de inseminação artificial, nas principais espécies, bovino e caprino.

No quadro do programa de desenvolvimento da Pecuária vem-se apostando estrategicamente na valorização da produção do Queijo de cabra artesanal. Para o efeito e com vista a trabalhar toda a cadeia, está em execução um importante programa de valorização da caprinicultura.

A criação de condições sanitárias e de distribuição dos produtos agro-alimentares de origem animal, com o incremento de centros de abate, de controlo de qualidade e de processamento de produtos pecuários de alto valor acrescentado deverá constituir um incentivo para uma penetração paulatina e sustentável da produção pecuária nacional no circuito do mercado turístico em ascensão no País.

O país é razoavelmente suficiente em carne e ovos. A produção actual cobre as necessidades de consumo. A produção de leite apresenta um deficit que é coberto pela importação de leite desidratado e de “longa duração”.

Infraestruturas Económicas

O conceito de infraestruturas económicas que se utiliza, que é o constante do Relatório Anual de 1994 do Banco Mundial, permite a identificação de um sector que tem como principais características¹⁰:

¹⁰PND 1997-2000, Ministério da Coordenação Económica.

- Mobilizar fortes investimentos para a sua construção, que frequentemente ultrapassam 20% do investimento total e 40% do investimento público;
- Servir uma grande quantidade de utilizadores;
- Registrar tendência para o monopólio natural devido a fortes economias de escala;
- Desempenhar um papel fundamental para o processo de desenvolvimento económico e social;
- Ter um papel importante no processo de luta contra a pobreza e de satisfação de necessidades básicas;
- Ser responsável por impactes ambientais potencialmente negativos.

No caso de Cabo Verde, compreende, portanto, as infraestruturas de transportes (portos, aeroportos e estradas), as infraestruturas de telecomunicações, as de água e saneamento básico, a recolha e tratamento de lixo e, ainda, o serviço público de produção e distribuição de energia.

O sector dos transportes abarca os transportes rodoviários (urbanos e interurbanos, de passageiros e de mercadorias) os marítimos (de longo curso e de cabotagem) e os aéreos (internos e internacionais).

A evolução da infraestruturização do país, foi extremamente positiva e a situação actual é de longe diferente do ponto de partida, no início dos anos 90.

Desde logo o país tinha apenas um aeroporto internacional localizado na ilha do Sal e hoje conta com 4 aeroportos internacionais, portanto mais 3, um na cidade capital outro em S. Vicente e outro na Boavista.

Dezenas de Km de estradas asfaltadas foram construídas por todo o país só na última década. Os portos que existiam no início da década de noventa foram beneficiados com obras de modernização, quase todos possuindo actualmente o sistema de descarga *roll on – roll off* e novos portos foram construídos.

Em termos do parque de telecomunicações os progressos alcançados são absolutamente incomensuráveis, quando comparados com a situação de partida: Aumento da rede fixa, introdução da rede móvel, Internet ADSL, Internet da 3ª geração, entre outros. Praticamente todos os Concelhos do país possuem uma praça digital, de acesso livre e gratuito.

Enormes progressos foram alcançados relativamente à rede de distribuição de água. Os indicadores relativos à oferta dos serviços de abastecimento de água nas mais diversas comunidades têm sofrido melhorias significativas, em particular na última década, e o ODM (objectivo do milénio) estabelecido neste domínio - que era de reduzir para metade a percentagem de pessoas sem acesso duradouro a água potável, até 2015) já foi cumprido.

Mais de metade dos agregados familiares reside em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água. No entanto no meio rural, o acesso à água da rede pública é um privilégio de cerca de 43% dos agregados e, no meio urbano é de 66,7%. Um quarto da população recorre aos chafarizes (25,1 por cento), 7,5% recorre aos autotanques e 8,6% tem como fonte de abastecimento poços, levadas, nascentes entre outras, que se pode considerar como fontes não potáveis.

Relativamente ao sector energético, ainda faltam desafios importantes a vencer. Em Cabo Verde, a tendência à expansão, ao crescimento económico acelerado e à crescente procura no sector turístico, são os factores que vem inflacionando o consumo de energia no país, destacando desafios de natureza estratégica e de planeamento de infra-estruturas. Assim, a necessidade de se promover a eficiência do sector energético, a mudança comportamental em relação ao uso do recurso e o aumento da penetração das fontes de energias alternativas foram traçadas como estratégias para a construção de um futuro energeticamente menos dependente das energias convencionais.

É assim que o Governo de CV no seu último programa de governação para a VIII Legislatura formulou uma política energética com o objectivo claro de uma cada vez menor dependência dos combustíveis fósseis e da energia importada, ambicionando atingir em 2020, 50% das suas necessidades energéticas, cobertas por fontes de energia renovável, com particular destaque para a energia eólica e fotovoltaica, tendo já alcançado 30% dessa meta, no início deste ano. Isso proporcionará a prazo, poupança de biliões de escudos nas facturas de importação durante a próxima década, recursos que ficarão disponíveis, quer para o investimento na melhoria da eficiência do sector energético, quer para financiar outras áreas do desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Um adequado desenvolvimento do turismo é, sem dúvidas uma das premissas para se atingir um desenvolvimento que se preconiza sustentável. Assim, foram desenvolvidas ao longo dos anos um conjunto de iniciativas para a planificação das intervenções no sector do turismo. Para além da constituição das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral e das Zonas de Reserva e Protecção Turística através do Decreto-Legislativo nº 2/93, em 2010, o Governo avançou com o Plano Estratégico do Turismo como forma de a orientar as acções dos diversos actores do sistema.

De facto, o Decreto-Legislativo nº 2/93 de 1 Fevereiro de 1993, “com vista à valorização e protecção dos recursos naturais que constituirão a base do desenvolvimento turístico do país, as áreas identificadas como possuidoras de especial aptidão para o turismo, serão declaradas como zonas turísticas especiais.” Este diploma estabelece que o uso e ocupação do solo das ZDTI fôr-se-ão de acordo com os respectivos planos de ordenamento turístico, para além de estabelecer o regime de gestão e administração e as restrições nas ZDTI.

Em 2010, a Assembleia Nacional aprovou a Lei nº 75/VII/2010 que estabelece o regime jurídico de declaração e funcionamento das Zonas Turísticas Especiais (ZDTI e RPT).

O artigo 2º a) da referida Lei define zonas turísticas especiais como sendo áreas identificadas como possuidoras de especial aptidão e vocação para o turismo apoiado nas suas potencialidades endógenas ou com significativo potencial de futuro desenvolvimento turístico e como tais declaradas.

a) Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral:

Áreas que possuem especial aptidão e vocação turística; e

b) Zonas de Reserva e Protecção Turística são:

i) Áreas contíguas a uma Zona de Desenvolvimento Turístico Integral e dotadas de alto valor natural e paisagístico, e, cuja preservação seja necessária para assegurar a competitividade do produto turístico nacional, a curto e médio prazo; e

ii) Outras áreas que possuindo valor natural e paisagístico, deverão manter-se em reserva para posterior declaração como Zona de Desenvolvimento Turístico Integral.

No Artigo 6º do mesmo diploma estabelece que “a área declarada como zona turística especial fica sujeita a medidas preventivas, destinadas a evitar alterações das circunstâncias ou condições existentes que possa comprometer a execução de planos de ordenamento turístico ou torná-la mais difícil ou onerosa.”

Existem 25 ZDTI em todo o território nacional representando aproximadamente 5,3% do território nacional distribuindo-se pelas ilhas conforme a tabela 7 a baixo.

Tabela 7 - Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral de Cabo Verde

ILHA	ZDTI	ÁREA (ha)	Refª Boletim Oficial	Data Publicação
SANTIAGO	Norte da Praia	1.650	D.R. Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23-05-1994
	Achada Baleia	351	D.R. Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23-05-1994
	Mangue Monte Negro	155	D.R. Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23-05-1994
	Porto Coqueiro	26	D.R. Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23-05-1994
	Achada Laje	68	D.R. Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23-05-1994
	Santiago Golf Resort	990	D.R. Nº 9/98 B.O Nº 48 I Serie	31-12-1998
	Achada Rincão	679	D.R. Nº 13/07 B.O Nº 44 I Serie	03-12-2007
	Alto Mira	86,4	D.R. Nº 14/07 B.O Nº 44 I Serie	03-12-2007
	Sub-total	4.005,40		
SAL	Santa Maria	393,09	D.R. Nº 14/09 B.o Nº 32 I Serie	10-08-2009
	Pedra de Lume	640	D.R. Nº 11/05 B.O Nº 50 I Serie	12-12-2005
	Murdeira Algodoeiro	2.085	D.R. Nº 12 B.O Nº 11 I Serie	13-03-2006

	Morrinho Branco	266,5	D.R. Nº 14/07 B.O Nº 44 Serie	03-12-2007
	Sub-total	3.384,59		
SÃO VICENTE	Praia Grande	200	D.R. Nº 7/94 B.O Nº 20 Serie	23-05-1994
	São Pedro Reconfigurado	197	D.R. Nº 7/08 B.O Nº 32 Serie	25-08-2008
	Palha Carga com Expansão	1.208,80	D.R. Nº 5/06 B.O Nº 28 Serie	18-09-2006
	Baía das Gatas	1.671	D.R. Nº 5/2011 BO Nº 4 Serie	24-01-2011
	Vale de Flamengos	1.275	D.R. Nº 12/07 B.O Nº 44 Serie	03-12-2007
	Salamansa	506	D.R. Nº 05/08 B.O Nº 32 Serie	25-08-2008
	Saragaça	1.107	D.R. Nº 06/08 B.O Nº 32 Serie	25-08-2008
	Sub-total	6.164,80		
	BOAVISTA	Chaves	1.654	D.R. Nº 7/07 B.O. Nº 11 Série
Santa Mónica		3.432	D.R. Nº 7/07 B.O. Nº 11 Série	19-03-2007
Morro de Areia		624	D.R. Nº 7/07 B.O. Nº 11 Série	19-03-2007
Sub-total		5.710,00		
MAIO	Sul da Vila do Maio	770	D.R. Nº 4/08 B.O. Nº 23 Série	23-07-2008
	Ribeira D. João	1.060	D.R. Nº 4/08 B.O. Nº 23 Série	23-07-2008
	Ponta de Pau Seco	224	D.R. Nº 4/08 B.O. Nº 23 Série	23-07-2008
	Sub-total	2054		
Total ZDT Cabo Verde		21.318,79	5,3% Território Nacional	

Fonte – Cabo Verde Investimentos

Ainda, no nº1 do Artigo 7º - Estabelece que o planeamento, a gestão e administração das zonas turísticas cabem ao Estado, através de um organismo gestor que tem a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente ou maioritariamente públicos, criada por decreto-lei e denominação de sociedade de desenvolvimento turístico, a subscrever pelo Estado, por institutos públicos com missão de promoção de investimentos por sociedades de capitais exclusivamente públicos e pelo Município da área de localização da zona turística especial, bem como quando for o caso, por entidades privadas.

PLANO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

“Queremos ter um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, que contribua efectivamente para melhorar a qualidade de vida dos caboverdeanos, sem pôr em risco os recursos para a sobrevivência das gerações futuras” – Visão para o turismo in Programa do Governo par a VII Legislatura

Em consonância com a visão do Governo para o turismo em Cabo Verde, desenvolveu-se o Plano Estratégico do Turismo de Cabo Verde que define 4 princípios fundamentais para o seu desenvolvimento a saber:

- ✓ Um turismo **sustentável** e de **alto valor acrescentado**, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios;

- ✓ Um turismo que **maximize os efeitos multiplicadores**, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social;
- ✓ Um turismo que aumente o nível de **competitividade** de Cabo Verde, através da aposta na qualidade dos serviços prestados;
- ✓ Um turismo que promova Cabo Verde no mercado internacional como **destino diversificado e de qualidade**.

O mesmo plano estabelece como objectivos gerais os seguintes:

- ✓ Orientar o crescimento e o desenvolvimento da actividade turística de forma sustentável, aumentando a responsabilidade das empresas ligadas ao sector;
- ✓ Desenvolver infra-estrutura capaz de aumentar o nível de competitividade de Cabo Verde como destino turístico internacional;
- ✓ Ampliar a capacidade do sector turístico de gerar emprego, rendimento e inclusão social;
- ✓ Garantir uma maior interiorização da cadeia produtiva do turismo e, conseqüentemente, aumentar os efeitos multiplicadores deste sector na economia
- ✓ Criar uma estrutura institucional capaz de coordenar e executar uma Política Nacional de Turismo.

Por outro lado, o Plano estabelece como objectivos específicos os seguintes:

- ✓ Atingir um fluxo anual de 500.000 turistas até 2013;
- ✓ Aumentar o emprego directo gerado pelo turismo na ordem dos 60% até 2013;
- ✓ Aumentar a participação do turismo no PIB em 2013, via crescente interiorização e democratização das receitas do turismo;
- ✓ Aumentar substancialmente os benefícios do turismo para a população.

O segundo dos três eixos estratégicos do Plano Estratégico do Turismo de Cabo Verde é “*Garantir a sustentabilidade da actividade turística*”. Assim, considera que “o desenvolvimento do sector turístico em Cabo Verde não pode colocar em causa o equilíbrio entre as necessidades actuais da população e a disponibilidade de recursos para as gerações futuras. Com base neste princípio fundamental, o presente plano tem a preocupação de implementar acções que visem a sustentabilidade da actividade turística, no que respeita ao seu impacto sobre a economia, as populações, o meio ambiente e os recursos naturais e sócio-culturais do país”.

Mais, o Plano Estratégico do Turismo estabelece um conjunto de programas a serem desenvolvidos nos próximos anos sendo que o programa 6 – “Água, Energia e Saneamento para o Desenvolvimento do Turismo” da dimensão *Infra-estrutura Geral*, tem os seguintes objectivos:

- ✓ Aumentar a oferta e fiabilidade no fornecimento de água e energia;
- ✓ Melhorar o sistema de saneamento;

- ✓ Reduzir os custos de água e energia;
- ✓ Aumentar a % de utilização de energia renovável no sector turístico;
- ✓ Aumentar a reciclagem de água no sector turístico;
- ✓ Melhorar a eficiência energética no país.

Finalmente, na Dimensão “Sustentabilidade” o plano estabelece como primeiro programa “*Mais Ambiente para Mais Turismo*” cujos objectivos passam por:

- ✓ Reduzir o impacto do desenvolvimento do turismo sobre o meio ambiente em Cabo Verde; e
- ✓ Promover o meio ambiente enquanto produto turístico em si.

DESENVOLVIMENTO DO SECTOR ENERGÉTICO

O Sector energético em Cabo Verde caracteriza-se essencialmente pelo consumo de recursos energéticos derivados do petróleo (gasolina, gasóleo, jet A1, gás butano e lubrificantes), da biomassa (lenha) e utilização de energias renováveis na produção de electricidade, apesar da energia eléctrica ser essencialmente produzida a partir de centrais térmicas (70% do total) à base do diesel e do fuelóleo (fuel 180 e 380). Entretanto, o combustível com maior peso no consumo interno é o gasóleo, que representa cerca de 41% do total dos combustíveis fósseis.

O emergente mercado das energias renováveis inserida da nova economia verde, tem ganho cada vez mais protagonismo e adeptos a nível mundial e, hoje, já faz parte do dicionário de quase todos os países, principalmente os que privilegiam um modelo de desenvolvimento sustentável virado para questões de índole ambiental e ecológico.

Se por um lado, colossos mundiais, os maiores consumidores dos combustíveis fósseis e, por conseguinte, maiores poluidores, vêem essa tecnologia como uma forma de “descarbonizar” as suas economias (uma excelente bandeira para combater as alterações climáticas e reduzir a emissão dos gases com efeito de estufa), por outro lado, os países com economia mais modesta, como é o caso de Cabo Verde, poderão usa-la como estratégia para diminuir a total dependência energética, assim como uma boa arma para combater o desemprego, a pobreza e a exclusão social que atinge cada vez mais a população do meio rural que ainda não possui electricidade.

O caminho de sociedade global, rumo a um modelo de desenvolvimento sustentável, passa pela transição para uma economia mais inclusiva do ponto de vista social e eficiente na sua relação como o meio ambiente, como fonte de recursos naturais, assimilador de resíduos e poluição, e provedor de serviços ambientais essenciais à vida humana. As energias renováveis são componentes essenciais dessa transição, apresentando solução às questões globais fundamentais como segurança energética, pobreza e mudanças climáticas.

A fim de reduzir a forte dependência das importações de combustíveis, Cabo Verde tem um plano, orçado em 300 milhões de USD, para cobrir 25% das suas necessidades com recurso às energias

renováveis até 2011 e 50% até 2020. O país criou parques eólicos nas ilhas do Sal, da Boavista, de Santiago e de São Vicente (tabela 8), que entraram em funcionamento em Junho de 2011 com potencial de produção de 28 megawatts (MW).

A visão futura que o país tem, engloba perfeitamente nessa estratégia de globalização da economia verde e, a eficiência energética com a introdução de energias renováveis em Cabo Verde, irá contribuir e muito para o surgimento de novas áreas de negócios, o que irá traduzir na criação de novos empregos e na erradicação da pobreza.

Um dos principais objectivos da política energética de Cabo Verde é cobrir 50% da necessidade em energia eléctrica, até 2020, através de fontes renováveis. De forma a atingir uma taxa de 50% de Energias Renováveis e reduzir significativamente a dependência face aos combustíveis fósseis, o Governo de Cabo Verde decidiu lançar um ambicioso Programa de Acção assente em cinco eixos principais: a) Preparar as infra-estruturas; b) Garantir o financiamento e envolver o sector privado; c) Implementar os projectos; d) Maximizar a eficiência d) Lançar o *Cluster* das Energias Renováveis.

Cabo Verde tenciona aumentar progressivamente a penetração das energias renováveis e alternativas (vento, sol, geotermia, gradiente de temperatura do mar, ondas do mar, detritos, biocombustível), visando a redução da dependência dos produtos petrolíferos. Para o efeito, o Governo reservou Zonas de Desenvolvimento de Energia Eólica (ZDE).

Até 2020, o Plano de Acção resultará na instalação, em Cabo Verde, de mais de 140 MW de Energias Renováveis através de um plano de investimentos superior a 300 milhões de Euros. Este Plano permitirá a criação de mais de 800 postos de trabalho directos e indirectos e permitirá atingir, em 2020, custos de geração de energia 20% inferiores aos actuais.

Serão também economizados cerca de 4.080 Mil Milhões de ECV de importações, o equivalente a cerca de 75 milhões de litros de fuelóleo ou gasóleo e, reduzindo as emissões em 225.000 toneladas de emissões de CO₂. Cabo Verde assume a ambição de, até 2020, estar no “*Top 10*” dos países com maior taxa de penetração de Energias Renováveis.

Tabela 8 - Produção de energia eólica

Ilhas	Potência Instalada (MW)	Produção Anual de Energia (GWh/ano)	Porcentagem de penetração
Santiago	10	30.1 – 40.3	17
São Vicente	6	25.1 – 31.5	36
Sal	8	28.2 – 36.3	33
Boa Vista	4	14.8 – 17.3	46
Cabo Verde	28	98.2 – 125.4	25

INDICADORES SOCIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E À LUZ DOS ODM

EDUCAÇÃO

A educação foi e continua sendo, cada vez mais, um factor de progresso para Cabo Verde, tendo sido reafirmado sempre pelos diferentes Governos, que o principal recurso estratégico de Cabo Verde, são os seus recursos humanos, daí a atenção que, ao longo dos tempos, os poderes públicos têm dispensado ao sector.

O início do período em análise (década de noventa) foi marcado por múltiplas e vastas transformações do sistema educativo, como resposta, à procura de educação por parte da população (número de crianças e jovens no grupo etário 7-18 anos passou de cerca de 103.700 em 1991 para 119.300 em 1995), à melhoria da qualidade do ensino e a sua adaptação às necessidades de desenvolvimento de Cabo Verde (10). É assim que a Orgânica do Sistema Educativo é consagrada na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º III/90 de 29/Dezembro e revista em 1999) estabelecendo as linhas organizacionais da educação em Cabo Verde, estruturando-a em três subsistemas: a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. A educação escolar compreende os ensinamentos básico, secundário, médio e superior.

As principais acções desenvolvidas no quadro das subseqüentes reformas do sistema educativo compreenderam a transformação estrutural do sistema, a produção de novos planos de estudo, programas e materiais didácticos, o alargamento e a melhoria da rede escolar, a implementação de uma nova estratégia no domínio de educação de adultos e a consolidação e alargamento do sistema de apoios sócio-educativos.

A nível institucional foram conseguidos avanços significativos no ensino básico (e secundário) com o alargamento da reforma do sistema de ensino no ano lectivo 1995/96 e introdução do ensino obrigatório de seis anos e expansão da escolaridade básica para 8 anos tal como estipulada na nova Lei de Bases do Sistema Educativo.

No início da década de noventa, a eficácia interna no ensino básico continuava baixa. No ano lectivo 2008/2009 os indicadores de eficácia interna no Ensino Básico traduzem ganhos substanciais conseguidos na sequência de esforços consentidos ao longo dos anos. As taxas de aprovação, reprovação e abandono conheceram melhorias significativas em relação a 1990/1991 conforme se detalha mais adiante.

A fim de facilitar o término dos estudos primários às crianças, vários estabelecimentos escolares foram ampliados, melhorados e devidamente equipados os gabinetes de docentes, as salas de aulas, as bibliotecas, etc.; mais de 90% de professores possui formação adequada (2009/2010); e dispositivos normativos e de gestão foram introduzidos. Mais, os estabelecimentos de ensino (pré-escolar e básico) estão cada vez mais próximos dos agregados familiares. Actualmente a maioria (80%) dos/das estudantes percorre uma distância de menos de 15 minutos para chegar ao seu estabelecimento escolar. Cada vez mais estudantes (70%) residentes no meio rural estão mais próximos de um estabelecimento de ensino.

Tudo isso, mais a oferta de uma refeição quente nos estabelecimentos de ensino aos estudantes vem reforçando o atendimento inicial escolar e incrementam as probabilidades de finalização dos estudos primários.

Em relação ao ensino secundário, a taxa líquida de escolarização aumentou tanto entre os rapazes como entre as raparigas, mas o desequilíbrio no acesso tende a acentuar-se, em desfavor dos rapazes, ou seja os dados demonstram que aumenta o fosso entre rapazes (57,1%) e raparigas (67%) neste nível de ensino.

Este desequilíbrio pode estar associado a insucesso escolar, já que a proporção de aprovações é maior entre as raparigas do que entre os rapazes, o mesmo acontecendo com o abandono escolar - segundo as informações do INE (QUIBB 2007), o abandono escolar (11,3%) acontece mais frequentemente na última fase da educação básica ou no ensino secundário, sendo de 9,2 % para as raparigas e 13,5 % para os rapazes.

No ano lectivo 1990/91 a taxa líquida de escolarização das meninas não diferia muito da dos rapazes. Com efeito, esta era de 72,6% para os rapazes contra 70,4% para as raparigas. Já no ano lectivo 2007/08 essa taxa era de 92,1% para as meninas contra 92,3% para os rapazes. O índice de paridade meninas/rapazes era de 0,93 o que significa que por cada 93 meninas escolarizadas existem 100 rapazes escolarizados. Em termos de aproveitamento, em 2008/2009, nota-se uma maior proporção de aprovação (90,4%) de meninas comparativamente a rapazes (85,6%). Relativamente ao corpo docente cerca de 2/3 são do sexo feminino.

No ensino médio e superior, nota-se uma manutenção da frequência ao ensino médio e um aumento significativo no ensino superior, no qual duplicaram-se as matrículas entre 2004 e 2008. O Ensino Superior nacional obteve inegáveis ganhos durante a década de 2000/01 a 2010/11. Desde logo em matéria de inclusão. A taxa de escolarização bruta é prova disso. A equidade tem sido buscada e largamente atingida, quer em termos de género quer de comunidade de residência. O Ensino Superior conseguiu igualmente reconverter a sua oferta formativa, reponderando o peso relativo das diferentes áreas científicas e níveis de formação.

De um Ensino Superior que há dez anos oferecia predominantemente bacharelados na área da formação de professores e algumas, poucas, engenharias, evoluiu-se para uma oferta formativa no seio da qual a presença da área das ciências exactas, tecnologias e engenharias vem crescendo, bem como a das ciências económicas, jurídicas e políticas, sem descuidar formações no domínio do ambiente e da saúde. No tocante a níveis, obtiveram-se igualmente substanciais ganhos de diversificação. A licenciatura expandiu-se, a pós-graduação despontou-se, mormente os mestrados, e os cursos de estudos superiores profissionalizantes nasceram e cresceram a um ritmo apreciável, ainda que até agora confinados à instituição pública. No que diz respeito a estes cursos, importa dizer igualmente que se iniciou a regionalização da oferta dos mesmos, tendo sido abertas formações na ilha do Fogo e em Santo Antão, numa relação muito estreita com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Do ponto de vista da sustentabilidade, as instituições encontraram modelos de gestão e de financiamento que, apesar das dificuldades, têm permitido o

crescimento das mesmas. Na verdade, a grande questão com que se tem interpelado o sector tem a ver com a qualidade do processo pedagógico e o estado ainda incipiente da investigação, mesmo considerando os ganhos alcançados nesta matéria.

O ensino superior privado registou no decurso de 2001-2011 um crescimento médio anual de 40,6%, ao passo que o ensino público, esse, cresceu a um ritmo menor, ainda que elevado, ficando-se pela taxa média de 25,3% ano. No fim do decénio em apreciação, ou seja, no ano lectivo 2010/11, o ensino privado acolheu 61% do total de alunos

Alfabetização – Os investimentos canalizados para a Alfabetização e Educação de Adultos, desde a independência, têm produzido excelentes resultados. Segundo os dados do QUIBB 2006 e 2007, a taxa de alfabetização tem-se estabilizado em cerca de 80% com variações significativas em termos de meio de residência e de género. Hoje a taxa de analfabetismo situa-se abaixo dos 20% (17,5% em 2010) não obstante persistir ainda alguma disparidade social geográfica.

Segundo os dados do INE, a taxa de analfabetismo em Cabo Verde, tende a diminuir tanto entre as mulheres como entre os homens com mais de 15 anos (20,3% em 2006 contra 17,5% em 2010). A sua incidência é maior entre as mulheres (26,9% em 2006 e 24,5% em 2009) do que entre os homens (13,1% em 2006 e 11,6% em 2009). No mundo rural a proporção de mulheres analfabetas (36,3% em 2006 e 32,5% em 2009), é mais do dobro que a proporção de homens analfabetos (17,7% em 2006 e 13,1% em 2009). A incidência do analfabetismo na faixa etária 15-24 anos é baixa (3,3% em 2006 e 3,2% em 2009), e reflecte os efeitos da política de universalização do acesso ao ensino básico formal.

A nível de chefia do agregado familiar a taxa de analfabetismo é mais elevada nos agregados chefiados por mulheres onde 49% são analfabetos, enquanto nos chefiados por homens esse percentual passa a 23%. Paradoxalmente, a diferença entre homens e mulheres alfabetizados é mais acentuada no meio urbano do que no meio rural.

Na faixa etária dos 15-24 anos a taxa de alfabetização atinge os 96% (QUIBB₂₀₀₇) sendo insignificante a diferença inter-género e local de residência. Actualmente a taxa de analfabetismo situa-se entre 2 e 3%. A igualdade de género nesta matéria está assegurada. O objectivo global é, para a faixa etária dos 15 aos 49 anos reduzir a taxa de analfabetismo para 5% até 2015. O nível de realização desta meta é muito satisfatório pelo que é razoável aguardar a sua plena satisfação em 2015.

O Orçamento do Estado destinado à Educação oscilou durante algum tempo entre os 20 e os 23% devido à necessidade de ter infra-estruturas escolares adequadas em número e qualidade. Nos últimos dez anos, a Educação tem absorvido, em média, 7% da riqueza gerada no país, ainda que se verifique uma tendência para baixar nos últimos anos.¹¹ A tabela 9 a baixo discrimina da população Cabo-verdiana de 1980 a 2010 por grupos etários. Deve-se realçar que a população em

¹¹ Anuário Estatístico. MESCI, Janeiro 2012.

escolar tem sido em média de 33,8% em relação à população total ao longo das 3 últimas décadas (tabela 9). De resto, as tabelas 10, 11 e 12 ilustram a evolução dos efectivos escolares, do corpo docente e do número de instalações escolares no país.

Tabela 9 – Distribuição da População por grupos etários

	1980	1990	2000	2010
População Residente	270.999	341.491	434.625	491.875
População com 0 – 2 anos	24337	26625	31694	29916
3 – 5 anos	27687	34293	35912	30954
População em idade escolar	104997	114104	158038	131.066
6 anos	9653	10618	12491	9812
6 – 11 anos	53068	57792	77422	61950 (*)
12 – 17 anos	42276	45694	68125	59.304 (*)
População com 15 – 49 anos	104111	139285	198645	267.849
15 e mais anos	142293	187968	249996	335.692

Fonte: INE + (*) Estatísticas de Educação

Tabela 10 - Evolução dos efectivos

	90/91	97/98	00/01	10/11
Educação Pré-Escolar	12484	18227	19801	22610
Ensino Básico (6 anos)	69823	91777	90640	69115
Ensino Secundário (5-6 anos)	9586	31602	43384	62222
Ensino Médio Superior (Tot.)	?	1041 (*)	1801 (*)	12318 (*)
Form Prof EB	138	496	582	549
Form Prof ES	100	313	507	?
Outros Cursos		232	712	?
Taxa de analfabetismo	38,0%	30,0%	25,0%	17,5%

Tabela 11 - Evolução do corpo docente

		90/91	97/98	00/01	10/11
Professores em exercício	PE		617	799	1116
	EB	2186	3219	3214	2972

	ES	364	1372	1818	1496
Monitores com habilitação adequada para PE			8,0	7,0	32,2
Monitores com habilitação adequada para EB		20,5	23,2	36,3	92,1
Professores com habilitação adequada para ES		65,0	63,0	58,6	82,4

Tabela 12 - Evolução do número de instalações escolares

		90/91	97/98	00/01	10/11
Número de Instituições Educativas	PE	203	313	384	504
	EB	370	407	420	420
	ES	8	24	33	?
Número de salas de aulas	PE			638	907
	EB	1156	1702	1796	1822
	ES	145	499	654	1138
% Salas em condições	PE		65,8%	66,1%	?
	EB	76,0%	77,0%	84,0%	?

POPULAÇÃO ESTUDANTIL, RECURSOS HUMANOS E INFRA-ESTRUTURAS

O quadro seguinte traduz um apanhado geral da situação do país nos diferentes níveis de ensino dos três subsistemas - educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar – no ano lectivo de 2010/2011, no que se refere a efectivos discentes, docentes e estabelecimentos de ensino existentes. Na medida do possível, tenta-se estabelecer uma comparação com o início do período, objecto deste relatório.

Ensino Pré-Escolar

A educação pré-escolar destina-se às crianças dos 3 aos 5 anos. A sua frequência é facultativa e desenvolve-se mediante iniciativas promovidas por instituições privadas, comunitárias, religiosas ou públicas (de protecção à infância), cabendo ao Ministério da Educação a coordenação pedagógica e o estabelecimento das normas gerais do seu funcionamento.

No início do período em análise, a taxa de cobertura da educação pré-escolar permanecia baixa e o seu enquadramento e acompanhamento continuava deficiente. Apenas 40% das crianças com idade compreendida entre os quatro e seis anos frequentavam o ensino pré-escolar, correspondendo a cerca de 12.500 crianças. O pessoal docente não tinha ainda carreira profissional nem possuía formação adequada em geral.

No período 2010/2011 (tabela 13), havia 22.610 crianças inscritas no ensino pré-escolar (dos quais 46,0% encontravam-se no ensino público), registando-se neste nível uma paridade entre os sexos

praticamente em todos os concelhos do país. Estas crianças estavam distribuídas por 504 estabelecimentos, 1103 turmas, totalizando 907 salas e 1116 professores (ver quadro seguinte).

O rácio criança/profissional de infância, de 20, era relativamente satisfatório (com valores bastante equilibrados a nível dos diferentes concelhos: menor valor 12, em S. Lourenço dos Órgãos, e maior valor, 26, na Praia e no Sal. Por outro lado o rácio crianças/sala era de 25, apresentando alguma disparidade do ponto de vista municipal (menor valores 14-15, R^a Brava e Brava, e maior valores, 28-34 (nos Mosteiros 28, Praia 28, S. Vicente 30 e Sal 34).

De se salientar que os profissionais de infância, são todos do sexo feminino, existindo ainda uma elevada percentagem sem qualificação pedagógica: 67,8% são orientadores (profissionais de infância com habilitação académica mas sem formação pedagógica), 24,0% são monitores (profissionais de infância com formação pedagógica e com certificação) e apenas 8,2% são educadores (profissionais com formação superior, bacharel ou médio). Em termos de qualificação, as desigualdades relativamente à sua distribuição pelo país são acentuadas: 41% dos concelhos ainda não tem nenhum educador, sendo que em 68% dos concelhos do país os monitores são em número inferior a 20% (em cerca de um terço dos concelhos é entre 0 e 5%) e em mais de 45% dos concelhos, os profissionais do nível orientadores estão acima dos 80%.

Tabela 13 - Efectivos discentes e docentes (2010/2011)¹²

Níveis de Ensino	Alunos			Professores			Nº de Estabelec.	Nº de Salas	Nº de Turmas
	MF	F	%F	MF	F	%F			
Total (1+2+3)	145.416	72.798	50	6875	4343	63	973	3704	5742
Educação Pré –Esc.(1)	22610	11262	49,8	1116	1116	100	504	907	1103
Público	10419	5211	50	574	574	100	316	444	565
Privado	12191	6051	49,6	542	542	100	188	463	532
Ensino Básico (2)	69115	33125	47,9	2972	2000	67,3	420	1822	2955
Público	68749	32953	47,9	2954	1989	67,3	416	1805	2937
Privado	366	172	47	18	11	61,1	4	17	18
Ensino Secundário	53691	28411	52,9	2787	1227	44	49	975	1684

¹² Principais Indicadores da Educação. Ano lectivo 2010/2011. Ministério da educação e Desporto.

Público (3)									
Ensino Sec. Privado	8531	5111	59,9	827	269	32,5	25	163	288
Ensino Médio	549	406	74	64	34	53,1	3	19	?
Educação e Formação de Adultos	3281	1652	50,4	288	0	0	0	0	208
Alfabetização	2163	1056	48,8	162	0	0			175
Ensino recorrente	1118	596	53,3	126	0	0			33

Apesar do ensino pré-escolar ainda não ser obrigatório, as taxas de cobertura melhoraram significativamente em relação a 90/91 (era de 40,0%), estando a taxa bruta actual, a nível nacional no valor de 73%, sendo que para a faixa etária dos 5 anos, o valor é de 86,8%. Os concelhos de S. Salvador do Mundo, (50,7%), R^a Grande de Santiago (54,5%) e S. Catarina (56,6%), são os que apresentam menor taxa bruta de acolhimento.

Ensino Básico

O Ensino Básico (EB) (idade normal de 6-12 anos), obrigatório e universal, com a duração de seis anos, prevendo-se o seu alargamento para 8 anos, pode ser cumprido tanto em escolas públicas como em escolas privadas. Constitui um ciclo único, estruturado em três fases sequenciais, de dois anos cada. O plano de estudos, organizado nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Integradas e Expressões (Plástica, Físico-Motora e Musical), obedece aos princípios da unidade curricular e da integração disciplinar. É gerido em regime de monodocência.

Com a reforma do sistema de ensino ocorrida no início da década de 90, a universalização do acesso à escolaridade básica - ensino universal e obrigatório de 6 anos - passou a ser uma realidade em Cabo Verde. Em 1995/96 o EBI foi frequentado por cerca de 84.700 alunos. A rede pública de escolas foi reconvertida por forma a responder ao princípio da universalização do ensino básico, tendo registado um importante crescimento (+17% entre 1991 e 1995). A criação do Instituto Pedagógico veio dar resposta à harmonização do perfil e da qualidade da formação e permitiu triplicar a capacidade de formação dos professores. Não obstante os esforços, constatava-se que, em 1995, apenas 39,5% dos cerca de 2740 professores existentes tinham as habilitações necessárias para leccionar os 6 anos de escolaridade. A eficácia interna no ensino básico continuava baixa no período 1991 – 1995, apesar de se terem registado melhorias nos indicadores de insucesso escolar.

Em 2010/2011, Cabo Verde tinha 69115 alunos inscritos no EBI (dos quais 99,5% se encontrava no ensino público) sendo cerca de 48% do sexo feminino distribuídos por 214 Pólos de ensino, 2955 turmas, 420 escolas, totalizando 1822 salas de aula e 2972 professores. De salientar que o número de salas cedidas e/ou arrendadas representava apenas 0,5%, mas ainda cerca de 10% das turmas funcionavam como turmas compostas. A diminuição do total de alunos neste nível está directamente ligado à diminuição da taxa de crescimento da população, verificada entre os Censos 1990 e 2000 e 2000 e 2010, passando de 2,4 para 1,2, respectivamente.

No ensino público, a taxa de repetência é de 10,5% (8,1% feminino e 12,7% masculino). Concelhos com valores acima da média: SCFg 20,2%, MA 14,6%, SCSt 14,5%, SF 13,6%. Concelhos abaixo da média: BR 6,2%, PR 5,6% e TAsT 6,0%.

Os professores, 67,3% são do sexo feminino e 32,7% do sexo masculino. Em matéria de qualificação, 7,91% não possuem ainda formação.

No ano lectivo 1990/91 a taxa líquida de escolarização (TLE) das meninas não diferia muito da dos rapazes. Com efeito, esta era de 72,6% para os rapazes contra 70,4% para as raparigas. A TLE em 2010/11 foi de 95,4 % e a taxa bruta de escolaridade (TBE) de 111,6%. Relativamente à primeira, de salientar alguns concelhos com TLE para as raparigas relativamente inferiores à média: Tarrafal (88,2%), S. Catarina (89,5) S. Salvador do Mundo (89,6). Existe a paridade de género no início do EBI, mas já no final deste ciclo existem mais raparigas do que rapazes, evidenciando a tendência que vai se repetir no ensino secundário. As informações estatísticas mostram uma tendência para a manutenção do equilíbrio no acesso à educação de raparigas e rapazes no ensino pré-escolar e básico, assim como uma diminuição da taxa líquida de escolarização no ensino básico.

A percentagem de abandono escolar no último ano do EBI foi de 2,3% em 2010/11 e a taxa de transição do EBI para o ES, no ano lectivo de 2009/10 para 2010/11 foi de 88%, registando-se 3 concelhos com valores relativamente baixos: SCFG com 52,3% SSM 57,1% e RGSt 62,2%. Possivelmente esta situação poderá estar relacionada com a distância a que se encontrará o estabelecimento de ES mais próximo das comunidades desses concelhos.

O país está em vias de cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para na área da educação, mais especificamente o objectivo 2 que estabelece até 2015 «Atingir o ensino básico universal», bem como o objectivo 3 «Promover a igualdade de géneros e a autonomia das mulheres». No entanto, a permanência das crianças na escola já começa a ser um desafio no final do ensino básico, tendo um impacto maior no ensino secundário.

Ensino Secundário

O Ensino Secundário (ES) tem como objectivo fundamental a continuação de estudos e a preparação para a vida activa. Tem a duração de 6 anos (7^o ao 12^o), e está organizado em três ciclos sequenciais. O primeiro ciclo do Ensino Secundário é denominado Tronco Comum.

Desde o início da década de noventa, o ES conheceu uma grande expansão, ao mesmo tempo que se preparavam as condições para a generalização da reforma educativa neste nível e se melhoravam as condições de funcionamento da rede escolar. As causas dessa expansão derivam do crescimento forte da faixa etária de 13-18 anos enquanto a generalização do ensino básico de 6 anos aumentou grandemente a pressão sobre o ensino secundário. A taxa líquida de escolarização aumentou de 15,8% em 1992 para 28,4% em 1995. A procura do ensino secundário fica assim de longe superior à oferta, registando-se a falta de espaço em vários concelhos.

O ensino secundário tem atualmente duração de 6 anos letivos e destina-se a jovens com idade de 12 a 17 anos e mais anos. Este nível de ensino, que tem sido fortemente teórico, está dividido em 3 ciclos. Com a Lei de Bases do Sistema Educativo (2010), a partir do 3º ciclo, passa a estar vocacionada para a vida ativa (cursos técnicos) ou para prosseguimentos de estudo (via geral), articulando a instrução geral com as possibilidades de ingresso no mundo laboral. No entanto, apenas quatro Concelhos dispõem de escolas técnicas (Praia, Mindelo, Assomada e Porto Novo), o que condiciona sobremaneira as possibilidades de acesso de muitos alunos a esse tipo de ensino. O sector privado contou com 8.53 alunos inscritos em 2010/2011, correspondente a 13,7% do total dos alunos do ES.

Apesar de o acesso e a conclusão dos ciclos do ensino secundário terem crescido consideravelmente nos últimos anos as taxas de abandono continuam muito altas. O Relatório do UNICEF de 2011 mostra que a partir dos 12 anos de idade, com o término da escolarização obrigatória, a taxa de frequência das crianças na escola começa a diminuir como um todo, culminando com apenas 59,3% das crianças de 17 anos frequentando a escola

A análise feita por este relatório mostra que geralmente as crianças que estão fora da escola a partir dos 14 anos são oriundas de classes sociais menos favorecidas, e não necessariamente do meio rural. Acrescido ao abandono escolar, mais dois fatores merecem atenção na questão educacional no país: a distorção idade-classe e a taxa de repetência. Mais da metade das crianças no sistema de ensino de Cabo Verde (53,2% ou 70.613 crianças) estão na classe errada para sua idade. Acrescido a este facto, as taxas de repetência em Cabo Verde ainda são elevadas. Do total de alunos que estavam matriculados no ano letivo 2009/2010, 15% deles eram repetentes, em pelo menos um dos anos de escolaridade. Em termos de género, a partir do 7º ano há uma inversão na proporcionalidade de meninos e meninas em sala de aula. No 12º ano, para cada 100 alunos que frequentam a escola, apenas 44 são meninos

Este nível de ensino apresentava no ano lectivo de 2010/11 62222 alunos inscritos (sendo 86,2% do domínio público) dos quais 53,8% do sexo feminino, distribuídos por 74 estabelecimentos, 1972 turmas, 1138 salas de aula e 3614 professores. Destes, 41,3% são do sexo feminino e 58,7% do sexo masculino. Em termos de qualificação, repartem-se por três perfis: professores com Licenciatura ou Mestrado/pós Graduação 52,2%; Professores com Curso superior sem licenciatura, 30,1% e 17,6% são Professores com 2º ano C.C, Ano zero/12º ano, Curso médio, Freq. C. Médio, inferior a 12º ano Frequência C.S. s/ licenciatura, Frequência Curso superior c/licenciatura.

No primeiro perfil alguns concelhos acima da média são: Ribeira Grande da ilha de Santiago 73,9%, Santa Catarina da ilha do Fogo 68,2%, São Salvador do Mundo 61,5%, São Miguel 61,4% e concelhos abaixo da média: Maio 32,4%, Santa Cruz 41,1%, Paúl 43,9%, Porto Novo 44,0%.

No segundo perfil alguns concelhos acima da média são: Maio 51,4%, Santa Cruz 50,8%, Paúl 48,8%, Boavista 40,0% e concelhos abaixo da média são: Porto Novo 16,0%, São Lourenço dos Órgãos 17,3%, Ribeira Grande da ilha de Santiago 17,4%, São Miguel 17,5%.

No terceiro perfil alguns concelhos acima da média são: Porto Novo 40,0%, São Filipe 24,8%, Sal 24,7%, São Lourenço dos Órgãos 23,1% e concelhos abaixo da média são: São Salvador do Mundo 5,1%, Paúl 7,3%, Santa Cruz 8,1%, Tarrafal 8,3%.

No ensino público, a taxa de repetência no ES é de 20,1% (18,0% feminino e 22,4% masculino). Concelhos com valores acima da média: Sal 27,9%, Tarrafal da ilha de S. Nicolau 25,9%, S. Domingos 24,3%, S. Vicente 24,1%. Concelhos abaixo da média: Santa Cruz 10,1%, São Lourenço dos Órgãos 10,2%, Santa Catarina da ilha do Fogo 14,5%, Ribeira Grande da ilha de Santiago 16,0%.

Ensino Médio e Superior

De acordo com a estrutura organizativa do sistema educativo em vigor, o ensino médio tem natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento. Por exemplo, o Instituto Pedagógico tem por objectivo formar educadores de infância e professores para o Ensino Básico.

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico, visando assegurar uma preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica. Realiza-se no país e no estrangeiro. No País funcionam Universidades e Institutos públicos e privados.

Em 1992, o Ensino Superior encontrava-se em fase de instalação. A criação da Comissão de Instalação do Ensino Superior visava o enquadramento institucional dos cursos de formação superior existentes e a existir e a coordenação dos projectos de cooperação internacional relacionados com o ensino superior. A maior parte das formações neste nível realizavam-se ainda no exterior e o grosso das despesas ficou a ser financiado pelo Tesouro Público e o Fundo de Desenvolvimento Nacional (62.000 contos em 1992, 179.200 contos em 1996).

De acordo com os dados do CENSOS 2010, o número de cabo-verdianos portadores de qualificação média ou superior, entendida como curso de nível médio, bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento, cresceu exponencialmente, na última década, tendo-se verificado um aumento da ordem de 209 %.

Assim, em 2000, os indivíduos nessa situação eram de 9.090, representando 2,4% dos efectivos escolarizados do país, (sendo 5.261 homens e 3.829 mulheres) e em 2010 Cabo Verde tinha 28.095 pessoas com formação média superior (tabela 14), o que representava 7% dos escolarizados do país, (sendo 6,8% do sexo masculino e 7,4% do sexo feminino).

Tabela 14 - População com qualificação média/superior, por sexo (2000/2010)

	Censos 2000				Censos 2010			
	Total	Masculino	Feminino	% Feminino	Total	Masculino	Feminino	% Feminino

População com qualificação média ou superior	9090	5261	3829	42	28095	13803	14292	50,9
--	------	------	------	----	-------	-------	-------	------

Mas se analisarmos os dados numa perspectiva de género, constatamos dois factos extremamente positivos para as mulheres: i) globalmente, a percentagem das mulheres com qualificação média ou superior aumentou de 42% para 50,9%, passando portanto a ter uma ligeira vantagem, comparativamente aos homens;

Em termos absolutos, para que esse aumento se tenha verificado, o número de mulheres com qualificação média ou superior aumentou 273% em relação ao CENSOS 2000 (enquanto que em relação aos homens o aumento foi de 162%). Em quase todos os níveis de ensino começa a desenhar-se uma tendência de prevalência do sexo feminino, e com melhores aproveitamentos.

Cabo Verde assistiu nos últimos 10 anos a uma grande expansão do acesso e frequência ao Ensino Superior, expansão que se traduziu num aumento considerável do número de alunos matriculados, tendo o país passado de 717 estudantes, em 2000/01, a 11769, em 2010/11. Entre essas datas, registou-se um crescimento da ordem de 1541%, ocorrido num ritmo médio anual de 32,3%.

Esses dados fazem do sub-sistema de Ensino Superior aquele que mais cresceu durante a primeira década do século XXI¹³. A taxa bruta de escolarização neste nível passou de 1,8%, em 2000/01, para 21,1%, em 2010/11 (a média nos países da África Subsariana é de 6%). Por sua vez, o número de estudantes no Ensino Superior por cada 100.000 habitantes passou de 164, em 2000/01, para 2394, 2010/11. De realçar que esse crescimento acontece com maior protagonismo do sector privado, que no ano lectivo 2010/11, acolheu 61% do total de alunos.

Ao analisarmos essa dinâmica de crescimento na perspectiva de género, constata-se que ela beneficiou mais as raparigas do que os rapazes, aliás como seria de esperar, tendo em conta as taxas de escolarização e de aprovação, muito mais favoráveis às raparigas, no ensino secundário. Assim, o índice de paridade da taxa bruta de escolarização no ensino superior é de 1,37 em 2010 (contra 1,06 em 2000/01). É de se realçar que a média do índice de paridade nos países da África Subsariana é de 0,62, o que significa que, por cada 62 raparigas a frequentar o ensino superior, se tem 100 rapazes.

Durante o ano lectivo 2010/11 o Ensino Superior funcionou com 9 universidades/institutos superiores, sendo 8 privados e 1 público. O número de salas de aulas era de 193, repartido entre a instituição pública (66) e as privadas (127). Em média o número de alunos por salas é de 61 a nível global. Entretanto como as salas são utilizadas em três períodos, a média real por sala é de 20 alunos. A média de alunos por sala é superior no ensino público se compararmos com o ensino

¹³ Anuário Estatístico. Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação. Praia, Janeiro de 2012.

privado. O rácio alunos/professor nos ensinos público e privado é similar, sendo 9, para o público, e 10, para o privado, considerando-se razoável o rácio utilizado nessas instituições¹⁴.

Relativamente ao número dos bolseiros no país, constata-se uma evolução bastante positiva entre 2006/07 (ano da criação da UNI-CV) e 2010/11. O número de bolseiros cresceu três vezes no período em referência, passando de 132 para 548 beneficiários. Este aumento corresponde a uma variação de cerca de 315% no mesmo período. Em termos de género, as raparigas têm-se beneficiado, à volta de 65%, das bolsas atribuídas. Em termos comparativos (bolseiros no país/bolseiros no exterior) pode-se constatar que 75% das bolsas foram aproveitadas pelos alunos que estudam no país. A esmagadora (93,4%) das bolsas é consumida pelos alunos candidatos ao grau de licenciatura

A despesa do ensino superior público em 2010 foi de 1.161.331.647 ECV (cerca de 50% para funcionamento e a outra metade para investimento, incluindo bolsas de estudo.)

Educação de Adultos

O sub-sistema extra-escolar tem como domínio de acção a educação de base de adultos (alfabetização e pós alfabetização e tem como objectivo fundamental promover a elevação do nível escolar e cultural de jovens e adultos, garantindo a possibilidade de acesso destes ao Ensino Básico de Adultos (EBA). A educação extraescolar engloba as actividades de alfabetização, de pós-alfabetização, de formação profissional orientadas para a capacitação e para o exercício de uma profissão e ainda o sistema geral de aprendizagem, articulando-se com a educação escolar.

À semelhança do EB, estrutura-se em três fases, mas articula, de acordo com os interesses do público-alvo, a formação académica com a formação profissionalizante e com acções de desenvolvimento comunitário

Entre 1992 e 1996, cerca de 8900 jovens e adultos foram alfabetizados no quadro das actividades da então DGEX (Direcção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos). A extensão educativa teve uma frequência de cerca de 1000 jovens. A formação profissional básica, realizada através de 400 micro-projectos abrangeu mais de 5.200 jovens e adultos. Foi também implementada uma rede de bibliotecas móveis em 4 ilhas e 14 centros concelhios contavam com uma pequena biblioteca fixa. No mesmo período, o ensino e formação de adultos priorizou a implementação de programas de pós-alfabetização, por forma a evitar o analfabetismo de retorno e permitir a inserção dos alfabetizados no mercado de trabalho. Nesse âmbito, privilegiou-se a formação profissional básica, assim como o desenvolvimento dum ensino de maior qualidade, virada para um público preferencial da faixa etária 15 - 35 anos. (PND 1997 – 2000).

Em 2010/11 estavam inscritas neste sub-sistema, 3281 pessoas, sendo 50,4% do sexo feminino. A taxa de analfabetismo de adultos (maiores de 18 anos) em 1992 era de 52%. A taxa de

¹⁴ O rácio de 9 alunos por professor não significa que cada professor tenha efectivamente 9 alunos sob a sua responsabilidade, uma vez que um aluno pode ter 6 ou mais professores. Além disso, utilizaram-se professores com diferentes vínculos (Quadro a tempo inteiro, tempo parcial e prestação de serviços).

analfabetismo caiu para 17,5 (acima de 15 anos) em 2010. No entanto ainda existem disparidades em relação ao gênero. Enquanto 88,5% dos homens no país se encontram escolarizados, para as mulheres a taxa é de 77,3%.

Acção Social Escolar

O quadro institucional criado no domínio da acção social escolar, do financiamento da formação e da edição de manuais escolares caracterizava-se pela existência de um instituto público, o Instituto de Acção Social Escolar (ICASE/Dezembro de 1983), ao qual foram conferidas as atribuições relativas à acção social escolar, enquanto por outro lado se conferiram ao Fundo de Apoio ao Ensino e à Formação (FAEF/Fevereiro de 1996) e Fundo de Apoio de Edição de Manuais Escolares (FAEME/Outubro de 2000) as competências para o financiamento da formação e da edição de manuais escolares.

O diagnóstico do sector educativo referido no documento de formulação do PND 1997 – 2000, indicava que a acção social escolar destinava-se a melhorar a qualidade do funcionamento do sistema educativo e o rendimento escolar, criando condições propícias ao aumento da frequência dos alunos mais carenciados. Em 1995, foram fornecidos refeições quentes a 87.420 alunos do Ensino Básico, subsídios de transporte a 310, materiais escolares a 27.480 e bolsas de estudos a 410 alunos.

Entretanto, a experiência obtida e a constatação de que as atribuições daqueles organismos se complementam, vieram, dar relevo à necessidade de se proceder a um ajustamento institucional e à oportunidade de se concentrar num único organismo as funções da acção social escolar, do financiamento da formação e da edição de manuais escolares, por forma a possibilitar maior rapidez, eficiência, eficácia e efectividade às procuras do sistema educativo que se pretende acessível a todos, independentemente da sua condição sócio económica e que ofereça garantias de uma alta qualidade.

Neste sentido, através do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 23 de Novembro é criada a Fundação Cabo-verdiana de Acção Social e Escolar (FICASE) que é o primeiro instituto público na modalidade de fundação pública na história de Cabo Verde e que tem por missão o desenvolvimento de acções que visem uma política de incentivos à escolaridade obrigatória, a promoção do sucesso escolar e o estímulo aos estudantes que manifestem maior interesse e capacidades para o prosseguimento de estudos. Com a sua criação pretendeu-se o encurtamento dos circuitos e a identificação inequívoca num só organismo de todas as funções da acção social escolar, do financiamento da formação e da edição de manuais escolares, ficando estabelecido um quadro institucional caracterizado por uma responsabilização clara, um diálogo mais fácil com a comunidade discente e um acrescido nível de eficácia.

A FICASE tem como umas das áreas fundamentais de actuação a aplicação do regime de gratuidade da escolaridade obrigatória, do sistema de apoios e complementos sócio-educativos,

privilegiando o efectivo cumprimento do princípio da escolaridade básica obrigatória e gratuita bem como a promoção do sucesso escolar e o incentivo à escolaridade obrigatória.

A FICASE vem cumprindo a sua missão através da implementação dos seguintes programas:

Cantinas Escolares

É dos programas de acção social escolar mais antigo do país, com início ainda no tempo colonial.

A partir de 2007, com a retirada gradual do PAM do programa de assistência às cantinas escolares (PAC), o Governo passou a assegurar a totalidade do custo do seu funcionamento e 35% das despesas de aquisição de géneros. Em 2009, atingiu a cifra de 45% a cobertura do custo de aquisição de géneros alimentícios, com o objectivo de continuar a distribuição de refeições quentes, diariamente durante o ano lectivo. Com a cobertura de cerca 90.000 crianças do ensino pré-escolar e básico, houve melhoria do estado nutricional, da frequência escolar e do processo de ensino/aprendizagem.

O envolvimento das escolas, das comissões concelhias e nacional na criação do horto-escolar constituiu uma das apostas para a garantia da sustentabilidade do Programa.

Bolsas e Subsídios de Estudos

Trata-se de apoio socioeducativo concedido pela FICASE aos alunos do Ensino Superior e formação Profissional, oriundos de famílias de classe economicamente desfavorecidas. O objectivo fundamental do programa é assegurar a continuação de estudos àqueles que sem esses apoios não conseguirão avançar. Este programa é uma das melhores formas de combater a pobreza e a marginalização no seio da camada juvenil. Do programa são beneficiados **subsídios de estudos** cerca de **1120** alunos do Ensino Superior e cerca de **7420** alunos do Ensino Secundário; para **bolsas nacionais** são beneficiários **530** alunos e para **bolsas internacionais** são **66** alunos.

Transporte Escolar

O Programa de Transporte Escolar foi criado para ultrapassar as barreiras geográficas que o país enfrenta, garantindo assim o acesso ao ensino secundário, dos alunos que moram em zonas distantes. Estão inseridos no Programa mais de três mil alunos de todos os concelhos do país. Do programa beneficiam actualmente cerca de **3050** alunos.

Residências Estudantis

Na linha do programa de transportes escolar, tem a missão de assegurar o alojamento adequado aos alunos de ambos os sexos, provenientes de famílias economicamente desfavorecidas, proporcionando-lhes melhores condições de estudo, de formação moral, cívica e cultural na perspectiva de assegurar a igualdade de oportunidades e diminuição das assimetrias regionais. O país conta, actualmente, com cinco residências, espalhados pelos seguintes Concelhos: Praia, Santa Catarina, São Vicente, Porto Novo e Ribeira Grande. Cada Residência tem a capacidade para acolher anualmente entre 80 a 112 alunos. Actualmente são beneficiários deste programa cerca de 454 alunos.

Saúde Escolar

O Programa Nacional de Saúde Escolar veio alargar o leque dos programas que a FICASE tem vindo a executar em prol do desenvolvimento da educação em Cabo Verde. O objectivo é incutir nos educandos hábitos sadios susceptíveis de provocar mudanças de comportamentos para que tenhamos uma sociedade sã e mais promissora. Este Programa assenta em quatro áreas fundamentais de promoção de saúde infanto-juvenil, a saber: i) Educação em matéria de saúde; ii) Necessidades Educativas Especiais; iii) Detecção e prevenção de problemas de saúde e iv) Ambiente Escolar Saudável.

Materiais Escolares

Consiste na distribuição de materiais escolares aos alunos do ensino Básico logo no início de cada ano lectivo. A experiência piloto começou em 2003 com grande êxito e vem se repetindo todos os anos. No ano lectivo (2010/2011) **cerca de 40.000** alunos receberam Kits escolares. O Programa é financiado essencialmente pelo Governo de Cabo Verde, através do Orçamento do Estado e conta também com a parceria de importantes instituições públicas e privadas, nomeadamente, associações comunitárias e empresas.

Propinas Escolares

O Programa de pagamento de Propinas tem por objectivo assegurar o acesso dos alunos com menos recursos ao ensino secundário. Todos os anos centenas de alunos do 7º Ano ao 12º Ano de todas as escolas secundárias de Cabo Verde são contemplados com esse programa. Podem concorrer todas as famílias cujo rendimento mensal é inferior a 25.000\$00 (vinte e cinco mil escudos). Estão inseridos no Programa cerca de **8.000** alunos de todos os concelhos do país.

Manuais Escolares

Serviços de Edição de Manuais Escolares (SEME) têm de entre outras as seguintes atribuições:

- Financiar a edição, a impressão ou reimpressão de manuais escolares e outros materiais didácticos para o ensino básico e secundário, sendo para este último, sempre que a iniciativa privada não satisfaça as necessidades;
- Assegurar o fornecimento de manuais escolares e outros materiais didácticos aos alunos do ensino básico;

Apadrinhamento

A falta de recursos para garantir a sustentabilidade de todos os programas socioeducativos levou o Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar -ICASE- a pensar nas estratégias de angariação de fundos através de desenvolvimento de campanhas de sensibilização que chamam a sociedade civil a participar directamente na educação das crianças com menos recursos. Em 2003 foi desenvolvido uma grande campanha de congregação de apoios a nível nacional e internacional que beneficiou cerca de 23.600 alunos carenciados, com transportes, propinas, materiais escolares, Bolsas de Estudos e alimentação. Nesta perspectiva foi criado, em 2008, o Programa de

Apadrinhamento com o objectivo de integrar os alunos que ficam fora da quota estabelecida pelo governo nos outros programas, chamando assim a sociedade civil a participar no financiamento do sistema educativo. Desde o seu lançamento até hoje, centenas de alunos beneficiam do apoio todos os anos.

SAÚDE

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) de Cabo Verde conseguiu avanços significativos nos 30 anos de independência do País, tendo cumprido a sua missão de promover o bem-estar físico, mental e social das populações e garantir cuidados de saúde a todo o cabo-verdiano¹⁵.

No início da década de noventa, o SNS caracterizava-se essencialmente pela presença do sector público e um sector privado em fase nascente, principalmente nos grandes centros urbanos, como a Praia e S. Vicente. O quadro da morbilidade e mortalidade do país, num contexto sócio-económico em que mais de 30% da população era considerada pobre, reflectia (e continua a reflectir ainda), uma interdependência dos factores de ordem ambiental, habitacional, económico e cultural. O ritmo do crescimento demográfico de então, com uma taxa anual de 2,2%, associado a situação da elevada percentagem do desemprego de 26%, os níveis insuficientes de abastecimento de água e de saneamento do meio constituíam também, alguns constrangimentos ao alcance de melhores níveis de saúde.

Entre as causas de morte na população em geral, as desconhecidas e as mal-definidas encontravam-se à cabeça representando, em 1994, a elevada percentagem de 30,4%, o que reflectia as limitações das capacidades de diagnóstico, de registo das causas de morte e falhas nas diferentes fases do sistema de informação.

A dinâmica imprimida ao sector da saúde ao longo dos vários anos teve um impacto positivo sobre o estado de saúde das populações. Os principais indicadores de base, particularmente no que se refere às taxas de mortalidade geral, de mortalidade infantil e de esperança de vida à nascença melhoraram de forma sustentada e apresentam uma tendência para melhorias acrescidas¹⁶.

Segundo a Constituição da República de Cabo Verde, compete ao Estado seja por via do OGE (incluindo o Instituto Nacional da Previdência Social) seja pela mobilização e coordenação da ajuda externa, suportar a maior parte dos custos de implementação da saúde, como um factor de desenvolvimento do país. A despesa *per capita* com a saúde em 1995 foi de 4.156 ECV, o equivalente a cerca de 50 US dólares, à taxa de câmbio desse ano. Contudo o crescimento do financiamento público não parecia ser suficiente para fazer face às crescentes necessidades a nível de saúde. Alternativas de financiamento, uso racional e gestão eficiente dos recursos foram apontados como estratégias indispensáveis para o desenvolvimento do sector.

¹⁵ Política Nacional de Saúde. Ministério da Saúde, 2007.

¹⁶ Relatório de Progresso de Execução dos ODM. DNP/Ministério das Finanças. Setembro de 2010.

Os sucessivos orçamentos do sector saúde indicam uma tendência positiva dos valores absolutos nos últimos anos, porém sua proporção dentro do OGE está estabilizada em torno dos 9%. Considerando que Cabo Verde tem um PIB *per capita* muito superior ao de seus países vizinhos, a percentagem destinada à saúde não é particularmente elevada e apresenta indicadores percentuais modestos: 4,6% do PIB (contra os 3% em 1992) para os gastos sanitários totais (9% do orçamento geral do estado, em 2008); 73,2% de despesa pública em saúde (o resto é despesa privada); 11,1% de despesa em saúde do total das despesas públicas; e 35,5% de despesa da Segurança Social de toda a despesa com saúde. Os principais gastos relacionados com a saúde são os referentes a pessoal e medicamentos, representando perto de 80% do total. As evacuações médicas inter-ilhas, e sobretudo para o exterior do país, constituem uma prestação terciária de cuidados de saúde decorrente de insuficiências dos serviços de saúde com um peso social e financeiro considerável (5,4%) no total dos gastos de funcionamento do sector¹⁷. A despesa *per capita* actual está estimada em 72 dólares, valor considerado elevado, tendo em conta a sustentabilidade financeira do SNS.

Os investimentos consentidos no sector da saúde particularmente os orientados para a expansão da infra-estruturação e aquisição de equipamento e formação de recursos humanos capaz de intensificar a capacidade nacional de diagnóstico constituem medidas estruturantes que permitiram fazer face a diferentes problemas e, em particular o surto da epidemia da Dengue, ocorrida em 2009. Actualmente a prioridade vai para a criação de condições de prestação de serviços diferenciados de cuidados terciários de saúde para atender a um perfil epidemiológico em transição para as doenças não transmissíveis.

De forma resumida poder-se-á dizer que o estado de saúde da população cabo-verdiana caracteriza-se actualmente por uma diminuição gradual das doenças transmissíveis que, no entanto ainda persistem e por tendência crescente do peso das doenças não transmissíveis¹⁸, sobretudo relativa a:

1. Doenças do foro cardiovascular, com tónica sobre a hipertensão arterial, os acidentes vasculares cerebrais, as doenças isquémicas do miocárdio, cardiopatias reumáticas e congénitas, estas causas frequentes de evacuações para o exterior.
2. Doenças metabólicas como diabetes e suas complicações, incluindo as renais;
3. Doenças degenerativas do foro oftalmológico, com tónica sobre as cataratas;
4. Tumores, nomeadamente do foro digestivo e genital;
5. Traumatismos e suas sequelas, sobretudo por acidentes rodoviários;
6. Perturbações da saúde mental;

¹⁷ Avaliação da dependência externa de Cabo Verde quanto às transferências de pacientes e propostas de optimização do sistema hospitalar, sobre tudo em relação aos recursos humanos especializados, Vol 1. MS, Abril 2009.

¹⁸ Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2008 - 2011. Ministério da Saúde, 2008.

7. Doenças buco-dentárias.

Na sequência da fase de transição epidemiológica em que Cabo Verde se encontra, as doenças crónicas começam a assumir um maior protagonismo no quadro da morbilidade do país, introduzindo deste modo maiores desafios para o SNS, a todos os níveis: infra-estruturas, técnico e tecnológico, materiais e equipamentos, recursos humanos qualificados e, de forma particular e com maior acuidade, a nível dos financiamentos necessários e da sustentabilidade financeira do sistema.

O sector vem dispondo, em particular na última década, de um conjunto de instrumentos estratégicos de planificação e gestão, dos quais se destacam: a “Carta Sanitária de Cabo Verde” (1999), o “plano Estratégico de Luta contra a Tuberculose”(2004), o “Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos para a Saúde 2005 – 2014”, a “Política Nacional de Saúde (2007) e o “Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2008 – 2011”.

Recursos humanos e infra-estruturas

Em meados da década de noventa, o rácio médico por habitante a nível nacional era de 1 para 2.770 mas com muitas assimetrias regionais. Assim na Praia e em S. Vicente, os melhores dotados, esse valor era de 1 para 1826 e de 1 para 1342, respectivamente. Os restantes concelhos apresentavam rácios muito abaixo da média, em particular os concelhos de St. Cruz, Tarrafal e Paúl. O rácio enfermeiro por habitante a nível nacional era de 1 para 1.731 mas igualmente com assimetrias regionais consideráveis. As situações mais preocupantes eram as de St. Cruz e Tarrafal. O sector público, em 1995, contava com 2 hospitais centrais, 3 hospitais regionais, 15 centros de saúde, 24 postos sanitários, 79 unidades sanitárias de base, 6 unidades de PMI/PF em instalações próprias e a Casa Betânea. O rácio cama por habitantes era de 2 para 1000, ao nível de países com baixo rendimento *per capita*.

Em 2010, o rácio médico por habitante a nível nacional era de 1 para 1.906¹⁹, tendo melhorado mais de 68%, embora persistam muitas assimetrias regionais: pela positiva SV 1/976; PR 1/1400 e SC 1/1732; pela negativa os mais gritantes SZ 1/8870, SSM 1/8677, RGST 1/8325 e RB 1/7580.

O rácio enfermeiro por habitante a nível nacional era de 1 para 944 (uma melhoria de 55%), sendo que os melhores se situavam em SV (1/568), RG (1/609) e PR (1/823) e os mais baixos em RGST (1/2775) SCFG (1/2650) e SL (1/2577)

A relação Nº de médicos/Nº de Enfermeiros continua sendo baixa, de ½, confirmando a maior carência destes últimos. Igualmente na categoria dos médicos, os especialistas não chegam a 50%. Paradoxalmente o rácio Médico/Enfermeiro tem aumentado ao longo dos anos (no começo era de 1/5 até ½ na actualidade), embora a formação dos primeiros seja no exterior e a dos segundos acontece a nível nacional.

Contudo a evolução do efectivo de profissionais de saúde mostra um crescimento significativo e diversificado, embora ainda insuficiente, particularmente em profissionais especializados em diversos domínios, tanto clínico como de saúde pública e de gestão, para satisfazer as necessidades do sector, dar uma resposta diferenciada aos problemas e garantir o cabal funcionamento do sistema.

Essa insuficiência, aliada ao não regresso de alguns especialistas nacionais aquando da sua formação, tem obrigado ao recurso à assistência técnica internacional. A recente elaboração duma Política de Desenvolvimento dos Recursos Humanos deverá contribuir para ajustar a distribuição de quadros pelos níveis de prestação e diminuir o movimento exagerado de doentes para os hospitais, sobretudo os centrais.

O rácio cama por habitantes apesar do expressivo aumento em valor absoluto, continua sendo de 2 para 1000, mercê do significativo aumento da população. Nos municípios mais recentes, como S.

¹⁹ Valor calculado a partir do total de médicos e enfermeiros e do total da população residente. Tabela 88 (pág. 90): Razão de Médicos, Farmacêuticos e Enfermeiros por habitante, 2010. Relatório Estatístico 2010. Ministério da Saúde.

Catarina do Fogo, R^a Grande de Santiago, S. Lourenço dos Órgãos e S. Salvador do Mundo o número de camas ainda é zero.

Em termos de infra-estruturas, o sector público em 2010 contava com: 2 hospitais centrais, 3 hospitais regionais, 30 centros de saúde (aumento de 100%), 5 centros de saúde reprodutiva, 34 postos sanitários (mais 42%) e 113 unidades sanitárias de base (mais 43%). Em anexo pode-se encontrar os números discriminados por concelhos.

Relativamente à evolução da prestação de cuidados de saúde pelo sector privado, ela é bastante significativa, no período em análise. Cabo Verde tem uma base legal (Lei de Bases de Saúde 62/III/89) que reconhece o exercício das actividades privadas e cooperativas em diversos domínios da prestação de cuidados de saúde. Esta regulamentação permite aos profissionais dos serviços públicos, em certas circunstâncias realizar actividades nos serviços privados e a quase totalidade dos profissionais do sector privado encontra-se em regime de compatibilidade com os serviços públicos.

A principal oferta dos estabelecimentos privados é no domínio da clínica geral, seguida da estomatologia, existindo outras ofertas em crescimento como ginecologia e obstetrícia e análises clínicas. Não existem ainda acordos entre o SNS e o sector privado, no sentido de colaboração específica ou de subcontratação de serviços (17).

Apesar dos enormes progressos, quando comparado com o início do período em análise, o sector privado é ainda considerado incipiente, tanto no que se refere a quantidades absolutas como no que se refere à diversidade de especialidades oferecidas, mas atravessa um período de crescimento, tendo em conta que uma parte da procura está insatisfeita com os serviços públicos prestados e estará disposta a pagar por serviços privados.

A tabela 15 resume as diferentes unidades de saúde privadas existentes a nível nacional, em 2010.

Tabela 15 – Unidades de Saúde Privadas a nível nacional (2010)²⁰

Unidades de saúde	Consultório Médico	Odontol./Estomatol./ Cirurgia Dentária	Laboratório de Análises Clínicas	Centros de Fisioterapia	Posto de Enfermagem
Cabo Verde	67	47	16	7	5

Essa situação nacional encerra contudo inúmeras assimetrias, quando analisada a nível dos diferentes concelhos:

- 79% dos consultórios médicos concentram-se nos concelhos da Praia e de S. Vicente (48% na Praia e 31% no Mindelo) e ainda não existe nenhum em 50% dos concelhos do país (Brava, Mosteiros, S. Catarina do Fogo, S. Domingos, S. Lourenço dos Órgãos, S. Salvador do Mundo, S. Miguel, Tarrafal, Tarrafal de S. Nicolau, Ribeira Grande de Santiago e Paul);

²⁰ Relatório Estatístico 2010. MS, Novembro 2011.

- 60% das unidades de Odontologia/Estomatologia/Cirurgia Dentária, concentram-se nos concelhos da Praia e de S. Vicente (32% na Praia e 28% no Mindelo) e ainda não existe nenhum em 41% dos concelhos do país (Brava, Mosteiros, S. Catarina do Fogo, S. Domingos, S. Lourenço dos Órgãos, S. Salvador do Mundo, S. Miguel, Tarrafal de S. Nicolau e Ribeira Grande de Santiago);
- Apenas 6 concelhos do país possuem uma unidade de análises clínicas privada: Praia (8), S. Vicente (4), S. Catarina (1), Ribeira Grande (1), Sal (1) e S. Filipe (1);
- Os centros de fisioterapia privados existem quase que exclusivamente no concelho da Praia (6) e uma unidade em P. Novo;
- Os cinco postos de enfermagem repartem-se pelos concelhos da Praia (2), S. Catarina (1), S. Filipe (1) e Ribeira Grande (1).

Evolução de Indicadores

Na sub-região da África ocidental, Cabo Verde está entre os países com melhores indicadores de estado de saúde da população, graças a um esforço perseverante levado a cabo desde a independência, com a criação de infra-estruturas, a formação de quadros, a organização de serviços, a disponibilização criteriosa de recursos e uma legislação que suporta a institucionalização do sistema de saúde¹.

A evolução dos indicadores de saúde, mostra que Cabo Verde encontra-se actualmente numa fase de transição epidemiológica, caracterizada pela coexistência duma incidência significativa de doenças infectocontagiosas típicas de países pouco desenvolvidos e uma ocorrência crescente de doenças degenerativas tais como os acidentes vasculares cerebrais, os tumores e as doenças do aparelho circulatório ou de traumatismos entre as principais causas de mortalidade.

Cabo Verde apresenta, desde a sua independência e especialmente na última década, uma evolução muito positiva dos indicadores sanitários básicos, com uma diminuição de mortalidade geral em quase 30% nos últimos 10 anos (5,3‰ em 2007) e com uma diminuição de mais de 50% em mortalidade infantil (20,1‰ em 2009) e em mortalidade materna (15,8 por cada 100.000 nascidos vivos em 2008).

Em 1995 a proporção de crianças menores de 1 ano, completamente vacinadas, atingia o valor médio de 64,2% contra 75,4% em 1992 em todo o país. Actualmente a taxa de vacinações completas em crianças de um ano chega a 73,2% e a proporção de crianças vacinadas contra o sarampo foi de 94% em 2009.

No que se refere à saúde materno-infantil, a melhoria é evidente, pese embora os seus indicadores sejam ainda melhoráveis, possivelmente devido a insuficiência de prestação de cuidados obstétricos de base e praticamente inexistentes serviços de neonatologia³.

Em relação ao acesso das populações à saúde, no início da década de noventa, perto de 81% da população estava a menos de uma hora de marcha de uma estrutura básica de saúde e perto de 50% a menos de uma hora de marcha de uma estrutura básica de saúde com cuidados médicos²¹. O QUIBB 2007 indicava que a maioria dos agregados familiares tinha acesso facilitado aos serviços de saúde a menos de 30 minutos (85,8%), contudo, mais expressivo no meio urbano (91,6) que no meio rural (77,1%).

ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA

A esperança média de vida à nascença foi estimada em 63,5 anos em 1990, sendo 62,4 anos para os homens e 64,7 para as mulheres. A maior longevidade das mulheres é uma realidade dos grupos etários, como consta das estatísticas de mortalidade. Em 2002 esses valores eram respectivamente de 71,2, 67,1 e 75,3. Os últimos dados (Censos 2010) apontam para 72,7 anos (76,4 para as mulheres e 68,7 para os homens).

A taxa bruta de natalidade, que era de 36,4 ‰ em 1988, passou de 29,3/1000 habitantes em 2000 para 25,7 em 2009, valor ainda considerado alto num país que depende fortemente da ajuda externa²². (Ministério da Saúde, 2010).

A mortalidade geral era de 9,1 ‰ em 1995, representando uma ligeira inversão relativa mente à tendência decrescente observada nos anos anteriores (6,5 ‰), para o que terá contribuído certamente as mortes devidas à epidemia de cólera de 1994-96, que atingiu o seu ponto mais elevado nesse ano. Em 1992 as principais causas da mortalidade geral foram doenças diarreicas 84%, doenças sexualmente transmissíveis 7% e mal nutrição 3,1%.

No início da década de 2000 o valor era de 6,0‰, em 2005 foi de 5,1‰ e em 2010 esse valor foi de 4,8‰. As principais causas identificadas são as doenças do aparelho circulatório (324 óbitos, 67,8 por 100.000), os traumatismos e envenenamentos (257 óbitos, 53,7 por 100.000) as doenças vasculares/cerebrais (250 óbitos, 52,3 por 100.000) e os tumores malignos (240 óbitos, 50,2 por 100.000). A seguir aparecem as causas infecciosas e parasitárias (190 óbitos, 39,7 por 100.000) e as afecções respiratórias (168 óbitos, 35,1 por 100.000).

TAXAS DE MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL

A mortalidade infantil (menor que 1 ano), após ter apresentado um aumento relativo (de 44,0‰ em 1990, passou para 53,70‰, em 1992,) retomou a tendência decrescente, embora desacelerada, quando comparada com o decréscimo acentuado que experimentou entre as décadas de setenta e oitenta, da ordem dos 50‰. Nesse período persistiam como principais causas de morte das crianças no primeiro ano de vida, situações preveníveis, tendo à cabeça as doenças infecciosas, as parasitárias, as infecções perinatais e as afecções respiratórias.

²¹ Pobreza em Cabo Verde. Uma avaliação sumária e uma estratégia para a sua redução. Documento do Banco mundial, Junho de 1994

²² Avaliação Final do DECRP II. Ministério das Finanças/Consultores Independentes, Fevereiro 2012.

As taxas de mortalidade peri-natal (até 7 dias) e neo-natal (até 28 dias) situavam-se aos níveis de 38,4‰ e 15,2‰, respectivamente (1995). Valores que eram elevados e que poderiam estar relacionados, na parte respeitante aos serviços de saúde, com níveis ainda baixos de assistência ao parto nas estruturas de saúde hospitalares (54% em 1995).

A mortalidade infantil passou de 42‰ nados vivos (IDRS 1998) para 26,2‰ em 2000 (RGPH, 2000), baixou para 24,1‰ em 2005 e situa-se em 20,1‰ em 2009, correspondendo a uma redução de mais de metade. Para se atingir a meta dos ODM (ODM IV) esse indicador deve descer para 14‰.

As afecções perinatais representaram 55% de todas as causas de morte em menores de 1 ano. O peso das afecções perinatais na mortalidade dos menores de cinco anos clama por intervenções dirigidas para esse problema, privilegiando a atenção pré-natal e pós-natal e a melhoria da assistência ao parto. A partir de 2005 os dois hospitais centrais do país passaram a prestar serviços de neonatologia.

As causas de morte de menores de cinco anos em 1994 reportam a causas infecciosas e parasitárias que representavam 31% de todas as causas de morte nesse grupo etário e as afecções perinatais representavam 21%. Em 2009 as afecções perinatais correspondem a 48% e as causas infecciosas e parasitárias representam 17%.

A mortalidade de crianças menores de 5 anos foi reduzida de 56‰ nados vivos no período 1988-1993 (IDRS 1998) para 31,9‰ em 2000 (Censo 2000). Diminuiu para 27,1‰ em 2005 e situa-se em 2009 em 23,7‰ (Relatório Estatísticas de Saúde 2009). Reduzir em dois terços a mortalidade nas crianças, no horizonte 2015, conforme os OMD, implica reduzir o valor da taxa para 18,8‰ em 2015.

TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

A taxa de mortalidade materna em 1995 foi de 69,1‰, situando-se em 53,7‰ em 2009 (figura 4). Contudo esta taxa é muito volátil porque se refere a um número muito pequeno e tem sofrido frequentes oscilações, tendo nos últimos 10 anos atingido o seu valor mais baixo em 2002, 8,1‰ (em termos absolutos, o número de óbitos foi de 2 mulheres em 2008 e 7 em 2009). Ao se agregar os dados médios anuais, pode-se constatar que no período 2005-2009 a taxa média de mortalidade materna **terá sido de 28,9 por cem mil nascidos vivos**, enquanto no quinquénio anterior fora de 41,9 por cem mil nascidos vivos.

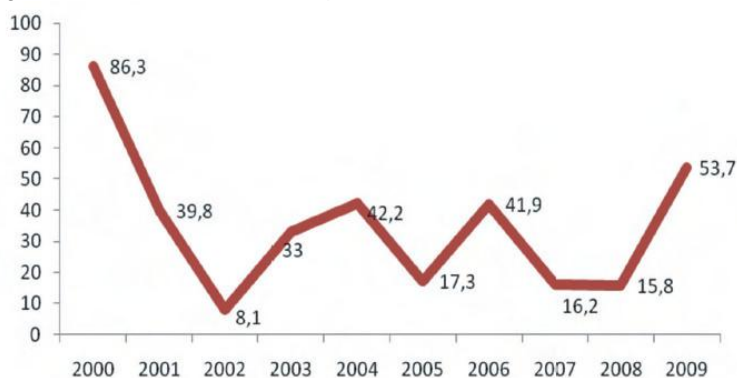
Considerando o valor verificado em 2002, o objectivo de reduzir em $\frac{3}{4}$ a taxa de mortalidade materna em 2015 (ODM) teria sido já alcançado. Contudo, a meta (ODM) a atingir em 2015 seria de 17,3‰. Para se atingir essa meta, será desejável um esforço consistente de melhoria da atenção pré-natal e ao parto para se poder manter uma regularidade na redução deste indicador.

Segundo o Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva de 1998 (IDRS) a cobertura do pré-natal é já praticamente universal. Do total de crianças nascidas vivas nos cinco anos anteriores ao inquérito, cerca de 97% das suas mães tiveram acesso a esse importante componente da saúde durante a gravidez. O IDRS II de 2005 confirma que 98,1% de parturientes demandaram a consulta pré-natal, sendo 98,4% no meio urbano e 97,8% no meio rural.

Em 1998, por cada 100 partos, perto de 53 foram assistidos por profissionais de saúde e 35 por parteiras leigas conforme o primeiro IDRS. O atendimento por profissionais de saúde é mais frequente no meio urbano (82%) do que no meio rural (36%). O IDRS II (2005) assinala progressos consideráveis pois cerca de 77,8% dos partos ocorreram em estruturas de saúde, sendo que em meio rural essa proporção foi de 63,5%.

Contudo um factor ainda preocupante é a baixa procura dos médicos no período pós-natal. De acordo com os números do Ministério da Saúde, mais de 50% das mães não voltam para consultas após o nascimento dos seus filhos. Em 2005 apenas 34% das mães fizeram visita pós parto.

Figura 4 – Mortalidade materna por 100,000 Nascidos Vivos 2000 a 2009



Outros indicadores no contexto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Enquadrado no ODM VI (Combater o VIH/SIDA, a Malária e outras doenças) o país assumiu compromissos com as seguintes metas:

- Parar, até 2015, a propagação do VIH/SIDA e começar a inverter a tendência presente;
- Até 2015 ter controlado a malária e outras doenças, e ter começado a inverter a tendência presente.

No início da década de noventa, os níveis de sero-prevalência com respeito a VIH eram considerados relativamente baixos. Em meados da década de 90 a prevalência da infecção pelo vírus VIH situava-se entre 1 e 2,5%, com uma tendência crescente. Em 1988 era de 0,55%, estimada de acordo com um estudo sobre a seropositividade numa amostra de 5.790 pessoas entre os 15-55 anos. Desde 1989 vinha-se registando uma média anual de 10 a 15 casos de SIDA, com um total de 65 casos citados em Dezembro de 92. Uma pesquisa de âmbito nacional levada a

cabo em 88/89 mostrou uma prevalência global de 0,47% do vírus VIH, com uma predominância nítida de infecção pelo VIH2. Actualmente, apesar do crescente aumento da infecção por VIH1, o VIH2 é ainda predominante em Cabo Verde, notando-se uma clara tendência para o aumento do número de mulheres infectadas em relação aos homens.

A incidência dos casos de infecção VIH tem vindo a aumentar. A taxa de detecção de 6,2 por cem mil habitantes em 1995 passou para 17 por cem mil em 2000 e atinge 83,6 por cem mil em 2010 (com 223 novos casos notificados em mulheres, contra 176 nos homens)²³.

Não obstante a taxa de prevalência do VIH/SIDA continuar a ser baixa, 0,8% (1,1% nos homens e 0,4 nas mulheres) e do conhecimento generalizado sobre as formas de transmissão e os meios de prevenção, existe uma elevada incidência de comportamentos de risco, o que aponta para a necessidade de dinamização das ações de prevenção, sobretudo junto dos grupos considerados de alto risco (os jovens, as mulheres grávidas, os toxicodependentes, os presos e os profissionais de sexo).

Relativamente à tuberculose, de acordo com o PND 1997 – 2000, a tuberculose continuava sendo um problema de saúde pública de primeira grandeza em Cabo Verde, reforçada a sua importância, nos últimos anos, pelo conhecimento da interacção entre a tuberculose e a infecção VIH. A prevalência da tuberculose em 1995 foi de 14 por 10.000 habitantes (140 por 100.000), sendo que no mesmo ano o número de casos novos foi de 235, o que corresponde a uma incidência de 6,1 por 10.000 (61 por 100.000).

Nos últimos 10 anos, a incidência da Tuberculose tem-se mantido estacionária oscilando à volta de 60 novos casos por cem mil habitantes, mantendo-se portanto ainda como um problema de saúde pública. De modo geral, a mortalidade por Tuberculose nesse período tem permanecido à volta de 3 óbitos por cem mil habitantes.

A debilidade das condições socioeconómicas do país, o elevado grau de pobreza particularmente no meio rural e zonas periféricas urbanas e a coexistência da epidemia do VIH/SIDA, que diminui a resistência do organismo das pessoas infectadas causando o aparecimento de formas mais graves de tuberculose, são factores condicionantes para a realização do objectivo do milénio.

A taxa de sucesso no tratamento de novos casos de tuberculose foi de 72% em 2008

Com relação ao paludismo, Cabo Verde é instável, com uma transmissão sazonal, esporádica, de baixa incidência endémica, bastante variável de ano para ano, responsável por uma flutuação da morbidade, com picos cíclicos, dependendo muito das chuvas. As chuvas têm uma relação directa com o aumento da densidade, longevidade e capacidade de infecção do vector.

²³ Relatório Estatístico 2010. MS, Novembro 2011. Tabela 40, pág. 50.

Dada essa elevada vulnerabilidade e receptividade, o país ostenta um alto potencial epidêmico do paludismo, pelo que o mesmo constitui um problema de saúde pública apesar das epidemias serem previsíveis, pois são conhecidas as causas passíveis de serem controladas.

Entre 1996 e 2007 foram notificados 798 casos de paludismo todos confirmados por exame parasitológico. Mais de 75% (608) foram classificados como autóctones da ilha de Santiago. Com um máximo de uma centena de casos autóctones, a incidência anual na ilha de Santiago nunca ultrapassou 0,5/1000 depois de 1996.

Em 2009 a taxa de incidência para toda a população foi de 13 por cem mil e a taxa de mortalidade de 0,4 por cem mil.

Relativamente às estruturas de saúde, há relativa boa cobertura do território nacional com um total de 191 estruturas de diferentes categorias como se pode vislumbrar pela tabela 16.

Tabela 16 – Estruturas Sanitárias por Concelho (2010)

Estrutura	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	PR	SD	SZ	SC	SM	TA	MO	SF	BR	TOTAL
Hospital Central	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Hospital Regional	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	3
Centro de Saúde	0	1	1	5	2	2	1	1	7	1	2	2	1	1	1	1	1	30
Centro Saúde Reprodutiva	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	5
Centro Terapia Ocupacional	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Centro Saúde Mental	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Posto Sanitário	5	2	4	0	3	0	1	2	2	1	3	4	1	2	0	2	2	34
Unidade Sanitária de Base	8	4	15	3	10	2	5	3	9	10	9	9	6	7	4	6	2	113
Delegacia com Sede própria	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total	14	7	20	12	15	4	7	6	21	12	14	17	8	10	5	11	5	191

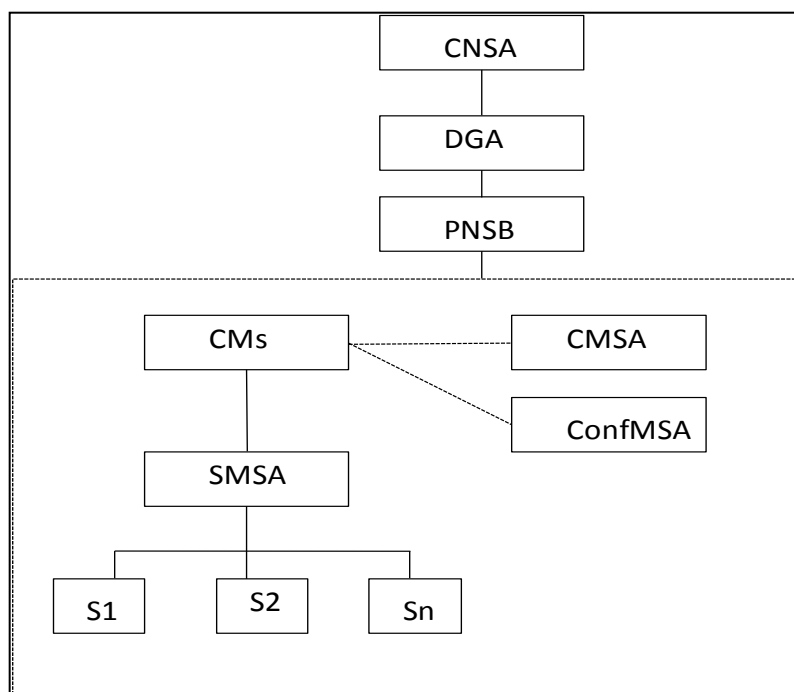
SANEAMENTO BÁSICO

PLANO NACIONAL DO SANEAMENTO BÁSICO

O Plano Nacional de Saneamento Básico, aprovado pela Resolução nº52/2010 do Concelho do Ministro, visa fundamentalmente dar um novo rumo ao saneamento, nomeadamente no quadro institucional e na melhoria das infra-estruturas de saneamento básico existentes. A nova organização proposta pelo PNSB (figura 5), a Direcção Geral do Ambiente passará a assumir todas as responsabilidades em matéria de saneamento, entre as quais:

- ✓ Certificação e Emissão de Licença de Operação das Estações de Tratamento de Águas Residuais e Infra-estruturas de tratamento de RSU;
- ✓ Fiscalização do cumprimento das licenças de operação das Estações de Tratamento das Águas Residuais e Infra-estruturas de tratamento de RSU;
- ✓ Apoio Técnico à Gestão das Infra-estruturas de Saneamento Básico;
- ✓ Definições das políticas de saneamento;
- ✓ Fomento à actividade empresarial na gestão, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos.

Figura 5 – Organização institucional proposta pelo PNSB



CNSA – Concelho Nacional de Saneamento Ambiental; DGA – Direcção Geral do Ambiente; PNSB – Programa Nacional de Saneamento Básico; CMA – Câmaras Municipais; CMA- Concelho Municipal de Saneamento Ambiental; ConfMSA – Conferência Municipal de Saneamento Ambiental; SMSA – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; S1, S2, Sn – Serviços (Fonte: PNSB)

APROVISIONAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

Cabo Verde como um país saheliano, com precipitações reduzidas e irregulares, a problemática da gestão sustentada da água, tem constituído uma preocupação permanente dos sucessivos governos, através de instituições públicas, bem como do sector privado e da sociedade que se encontram directamente envolvidos.

Cabo Verde, apesar de dispor do Plano Director dos Recursos Hídricos (1994 – 2005), para dar resposta ao compromisso assumido no decurso da Cimeira de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2008 elaborou o seu Plano de Acção e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRH), no âmbito da “Iniciativa Holandesa”.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o país conseguiu desde 2007, atingir os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio em matéria de abastecimento de água, apesar de ainda se registar algumas assimetrias regionais e até mesmo locais. De acordo com os dados do Senso 2010 (tabela 17 e figura 6), cerca de 92% das famílias cabo-verdianas obtêm a água para uso doméstico através de uma fonte segura de abastecimento, (rede pública, chafarizes ou autotanques).

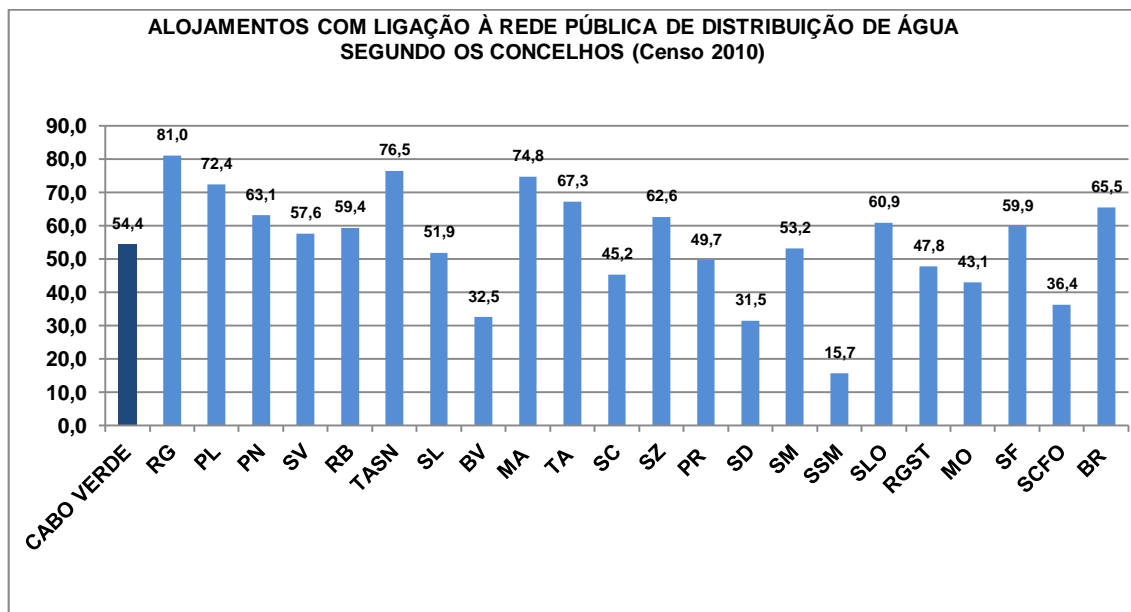
A água doce em Cabo Verde tem diversas origens: subterrânea, superficial e em regiões costeiras de difícil acesso a pontos de água subterrâneas tem-se recorrido à dessalinização da água do mar, particularmente no abastecimento dos principais centros urbanos (Praia, Mindelo, Sal e Boa Vista). As reservas subterrâneas fornecem em geral uma água de boa qualidade, mas em quantidades limitadas, condicionando a exploração pois, sujeita-se à sobre-exploração e salinização dos lençóis não só devido à escassez de chuvas para a recarga dos aquíferos como também devido à intrusão salina.

Tabela 17 – Diferentes formas de abastecimento de água em Cabo Verde

Modo de abastecimento	Cabo Verde		Urbano		Rural	
	N	%	N	%	N	%
% AF que habitam alojamentos com ligação à rede pública	63.695	54,3	46.848	60,40	16.847	42,4
Água Canalizada rede pública	59.221	50,3	43.968	56,70	15.253	38,2
Água Canalizada na casa dos vizinhos	9.730	8,3	7.753	10,00	1.977	5,0
Chafariz	29.478	25,1	18.556	23,90	10.922	27,4
Autotanque	8.763	7,5	6.072	7,80	2.691	6,7
Outras Fontes (poços, levadas, nascentes,...)	10.069	8,6	1.084	1,40	8.985	22,5
ND	232	0,2	156	0,20	76	0,2
Total	117.493	100,0	77.589	100,00	39.904	100,0

O abastecimento da água no meio rural é feito com recurso às águas subterrâneas, através de poços, furos e nascentes em todas as ilhas.

Figura 6 – Ligações Domiciliárias de Águas por Concelho



A exploração das águas subterrâneas efectua-se através dos sistemas seguintes: Captação de nascentes, Galerias escavadas horizontalmente nos basaltos, Captação de aquíferos aluvionares por meio de poços e drenos transversais e Furos profundos que exploram os aquíferos descontínuos dos basaltos.

A gestão das águas subterrâneas (galerias, nascentes e poços) é da responsabilidade do INGRH sendo a exploração feita por particulares, empresas privadas, associações de agricultores e municípios através dos Serviços Autónomos de Água e Saneamento, em regime de concessão.

Os recursos em água superficiais são estimados, em 181 milhões de m³/ano. São pouco explorados por falta de dispositivos de armazenagem e de estocagem eficazes. Entretanto, o país já dispõe de uma barragem, na localidade de Poilão – ilha de Santiago, estando outras 5 em construção.

A Electra lidera a nível nacional a produção e distribuição de água dessalinizada com capacidade instalada estimada em cerca de 14 Mil m³/dia, entretanto proliferam no mercado operadores privados ligados a projectos de investimento turísticos.

Nas Ilhas do Sal - Água de Ponta Preta, e do Porto Novo - Água do Porto Novo, há experiências de produção conjunta entre os Municípios e Privados, com capacidade instalada estimada em cerca de 3 Mil e Mil m³/dia, respectivamente. Existe ainda Água Brava nas ilhas de Fogo e Brava, Água e Energia da Boavista e a produção para o próprio consumo nos hotéis.

ÁGUAS RESIDUAIS

Uma vez que em Cabo Verde, até há poucas dezenas de anos, o consumo de água potável por habitante era reduzido, não havia praticamente problemas com o saneamento das águas residuais.

Por outro lado a maior parte da população residia em zonas rurais, onde é frequente usar os campos livres junto às casas.

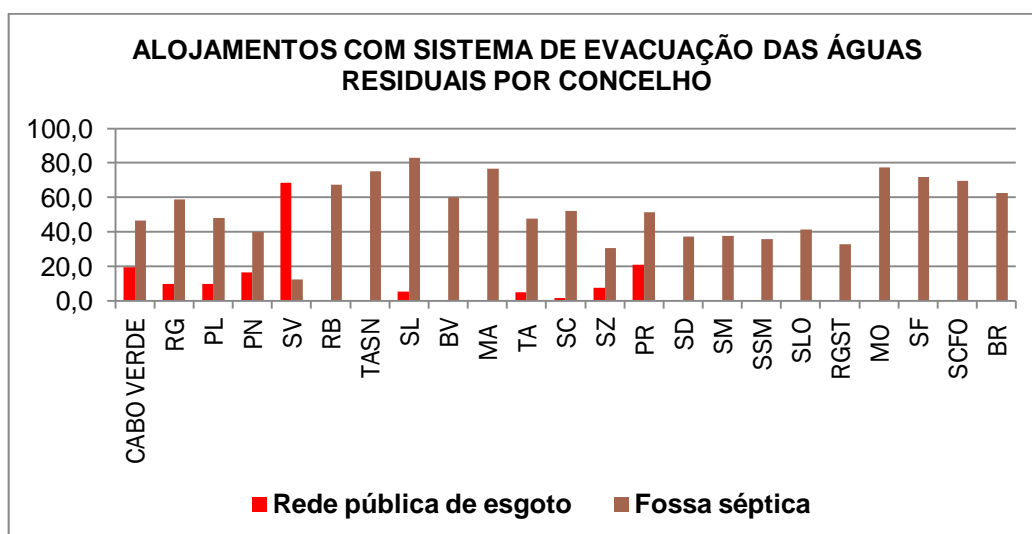
Após o início da ligação das casas à rede pública de abastecimento de água tornou-se necessário fazer o saneamento das águas residuais, preferencialmente através de fossas sépticas. A primeira rede de saneamento de águas residuais foi construída nos anos 50 do Século XX, no Plateau na cidade da Praia. Na cidade do Mindelo, município de S. Vicente, construiu-se a rede de esgotos após a entrada em funcionamento da central de dessalinização em 1972.

As primeiras estações de tratamento de águas residuais do arquipélago foram naquelas duas cidades. Na cidade da Praia, concretamente na Praia Negra, funcionou entre 1983 a 1998 a estação de tratamento por lagunagem com uma capacidade hidráulica de 125 m³/dia para tratar esgotos provenientes do Plateau. Devido ao seu mau funcionamento, a estação foi desactivada com a construção da estação de Palmarejo em 1997, munida de tratamento preliminar e primário para uma linha com capacidade hidráulica para tratar cerca de 3000 m³/d. A linha sólida era constituída pela digestão anaeróbica de lamas seguida de desidratação final. A descarga do efluente da ETAR estava previsto ser feita no mar através de um emissário submarino com 1000 m de extensão, mas devido a problemas de construção o emissário ficou reduzido a uma extensão de aproximadamente 300 m.

EVACUAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS EM CABO VERDE

A evacuação das águas residuais em Cabo Verde é bastante precária, de acordo com os levantamentos mais recentes. Assim, os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas (SENSO 2010) apontam que 46,7% da população, dispõe de fossas sépticas e 19,4% encontra-se ligado à rede de esgotos, perfazendo um total de 66 % a nível nacional com forma adequada de rejeição de águas residuais, (figura 7). Esses modos de evacuação, considerados mais adequados, têm melhor performance no meio urbano do que no meio rural.

Figura 7 – Evacuação de Águas Residuais por Concelho



DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

Segundo o documento estratégico do Governo de Cabo Verde intitulado “Política Nacional de Saneamento” CNAG 2007, o país ainda não possui um sistema eficiente de drenagem de águas pluviais. “A drenagem das águas pluviais constitui uma prática quase inexistente em nível nacional, resultado da não inclusão dos canais de drenagem e de sumidouros na fase inicial do processo de construção das vias de comunicação em geral. Assim, durante a época das chuvas, ocorre uma significativa acumulação e estagnação de lençóis de água nas zonas baixas das localidades, com proliferação de mosquitos e a conseqüente perturbação para a população, situação que se faz sentir com maior gravidade nas zonas mais carenciadas, não contempladas por redes de drenagem das águas residuais, estradas ou ruas pavimentadas, ou por um sistema de deposição e recolha regular dos resíduos sólidos. Os poucos sistemas de drenagem de águas pluviais existentes no País não são contemplados por acções regulares de limpeza e manutenção, pelo que não funcionam adequadamente.”

RESÍDUOS SÓLIDOS

A Gestão de Resíduos constitui, um dos grandes problemas que o País enfrenta, tendo em conta não só os riscos ambientais decorrentes de uma deficiente eliminação/valorização dos resíduos, como também a vocação de Cabo Verde para o desenvolvimento do turismo, sector que, por um lado, pressiona o ambiente, mas que, por outro lado, requer um ambiente sadio e equilibrado.

O sistema de eliminação e valorização dos resíduos sólidos é pouco desenvolvido: Entre as nove ilhas habitadas, existe apenas uma ilha com um Aterro Sanitário e de pequena dimensão em relação a dinâmica do desenvolvimento da ilha e a produção de resíduos. A ilha do Sal produz cerca de 22 toneladas de resíduos por dia (contando com as unidades turísticas que são todas recolhidas pela CMS).

Não existem infra-estruturas de incineração, de compostagem ou de triagem de resíduos, sendo quase inexistentes as práticas de valorização dos resíduos.

Os dados existentes em relação a quantidade de resíduos produzidos em todo o país, são dados estimados baseados em capacidade dos camiões e em voltas por dia de cada camião às lixeiras.

A gestão de resíduos em Cabo Verde é efectuada de forma descentralizada, em que as Câmaras Municipais são responsáveis pela recolha, transporte e destino final. Os outros tipos de resíduos são os seus produtores que devem responsabilizar-se pela recolha, transporte e destino final de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei 31/2003 de 1 de Setembro).

Quanto aos tipos de resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos, podemos encontrar:

Resíduos sólidos domésticos: Resíduos gerados nos domicílios. São basicamente embalagens e resíduos orgânicos. Mas, nos RSD encontram-se também resíduos com riscos à saúde domiciliar e potencial maior de poluição ambiental. São os resíduos domésticos especiais, como pilhas, embalagens de tintas ou venenos, medicamentos vencidos, etc.

Resíduos Sólidos Comerciais: Nos RSC encontram-se também os de pequenos comércios e de serviços, normalmente deitados no sistema de recolha dos RSD. Nestes, também são encontrados resíduos especiais, por exemplo; de garagens, laboratórios fotográficos, etc.

Para os grandes produtores vale o princípio poluidor-pagador, sendo eles responsáveis para a gestão dos seus resíduos.

Resíduos de construção civil e demolição: São os resíduos de obras de pequeno porte, geralmente deitados no sistema de recolha dos RSD ou jogados no meio ambiente. Para os grandes produtores, vale também o princípio poluidor-pagador, sendo eles responsáveis pela gestão dos seus resíduos.

Resíduos Públicos: São aqueles de varrição e limpeza de logradouros públicos, também enviados ao sistema de recolha dos RS Domésticos.

Resíduos sólidos dos serviços de saúde: Resíduos especiais ou não dos hospitais, centros de saúde, clínicas e farmácias, onde se aplica o conceito “Poluidor/Pagador”. Os pequenos geradores, como farmácias e consultórios médicos, frequentemente deitam os seus resíduos no sistema de recolha dos RSD.

Resíduos de estabelecimentos de turismo: Considerando os números actuais de turismo no país, este sector é um factor determinante para os cálculos quantitativos do sistema.

Resíduos Sólidos Rurais: Tendo em vista a ausência de indústrias agropecuárias de grande porte, podem-se fazer estimativas em base da população rural e da produção por habitante.

De acordo com o Plano de Gestão de Resíduos elaborado em 2003 que teve como base a projecção demográfica do INE, em 2012 a produção é de 0,8/kg/hab./dia, com uma população de 543.641 habitantes, e uma taxa de cobertura de recolha de 84%. A produção estimada de resíduos em 2012 será de 132.555 toneladas, com uma população servida de 456.658 habitantes, com uma taxa de crescimento de 3,5%.

Essa estimativa não integra os resíduos produzidos nos hotéis que em alguns casos é superior a produção dos resíduos domésticos recolhidos pelas Câmaras Municipais.

A nível nacional, não existe uma composição de resíduos estabelecidos. O que se tem tomado como referência no âmbito de alguns projectos, são estimativas feitas com base na separação na lixeira da Praia em que se obtiveram alguns resultados um pouco diferentes pelo facto de serem baseados em dados de amostragem não muito confiáveis devido à falta de equipamentos. Na última prova detectou-se a seguinte composição (tabela 18):

Tabela 18 – Composição dos RSU

Componente	Quantidade (%)
Papel e papelão	8,1
Vidro	16,8
Têxtil	2,9
Plástico Duro	3,9
Plástico Filme	4,3
Alumínio	0,4
Outros Metais	1,8
Madeira	0
Resíduos perigosos	0
Resíduos orgânicos	48,8
Material inerte	11,9
Eletrrodomésticos	0,1
Resíduos de construção	1
Total	100%

EVACUAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS ACTUALMENTE EM CABO VERDE

De acordo com os levantamentos mais recentes, a evacuação dos resíduos sólidos em Cabo Verde é feita da seguinte forma (tabela 19). Assim, os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas (CENSO 2010) apontam que 56,5% da população evacua os seus resíduos sólidos através dos contentores enquanto 15,6% beneficia de recolha através dos carros de lixo. De realçar que ainda cerca de 16% da população evacua os seus resíduos sólidos ao redor da casa e ou na natureza. Esses dois últimos modos de evacuação interpelam as autoridades no sentido de reforçar os sistemas de recolha de modo a cobrir a totalidade da população, particularmente no meio rural.

Tabela 19 – Evacuação de Resíduos Sólidos Urbanos

Modo de Evacuação	Cabo Verde		Urbano		Rural	
	N	%	N	%	N	%
Colocado em contentores	66.435	56,5	55.181	71,1	11.254	28,2
Recolhido pelo carro de lixo	18.354	15,6	15.939	20,5	2.415	6,1
Enterrados / queimados	12.347	10,5	3.147	4,1	9.200	23,1
Jogados no redor da casa	6.842	5,8	706	0,9	6.136	15,4
Jogado na natureza	12.971	11	2.277	2,9	10.694	26,8
Outro	304	0,3	175	0,2	129	0,3
ND	240	0,2	164	0,2	76	0,2
Total	117.493	100	77.589	100	39.904	100

Fonte: Censo 2010

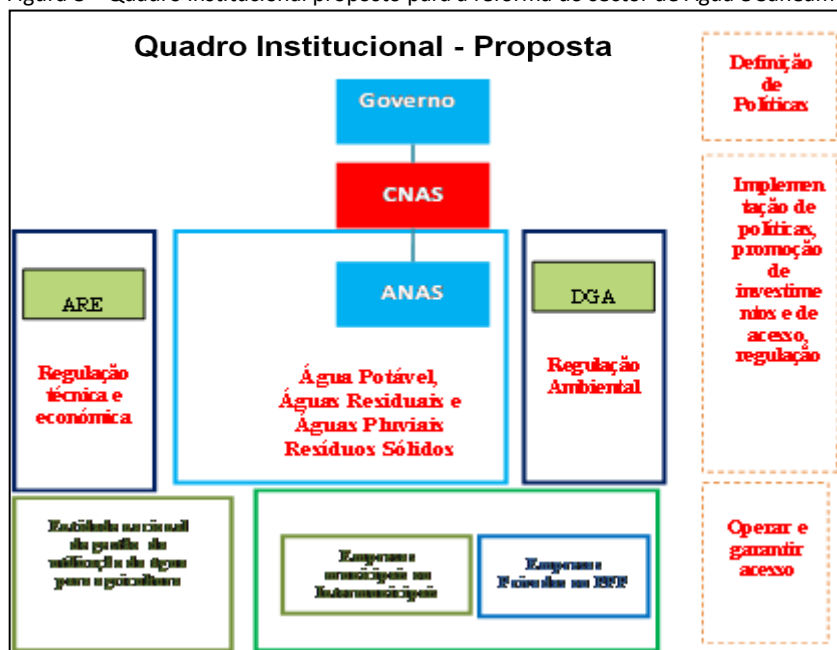
REFORMA DO SECTOR DE ÁGUA E SANEAMENTO

O Governo de Cabo Verde, em cumprimento do seu Programa, vai proceder uma reforma profunda no sector da água e saneamento, em vista a garantir a boa qualidade de vida e promover o desenvolvimento económico, tendo como pilares principais os seguintes princípios emanados numa carta de Políticas que estabelece um novo rumo para os referidos sectores:

- ✓ Planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos e do saneamento;
- ✓ Aumento da acessibilidade, em quantidade e qualidade necessárias à realização das necessidades individuais, das famílias e das empresas;
- ✓ Assumpção da dominialidade pública das águas;
- ✓ Regulação técnica e económica sólida e eficaz;
- ✓ Sustentabilidade financeira do sistema alicerçada numa taxa de água e saneamento que terá por base os princípios do desenvolvimento sustentável, do utilizador-pagador e do poluidor-pagador; e
- ✓ Promoção da criação de empresas viáveis e eficientes para o sector.

No centro da reforma vai estar também um novo modelo institucional de gestão e administração da água e do saneamento instituindo uma autoridade nacional que assegurará a regulação, gestão, licenciamento e fiscalização, unificando assim o regime de gestão sustentável de água e saneamento sob a égide de uma única autoridade nacional (figura 8). Além disso, proceder-se-á à transformação dos Serviços Autónomos de Água e Saneamento dos Municípios em empresas intermunicipais/municipais.

Figura 8 – Quadro Institucional proposto para a reforma do sector de Água e Saneamento



Tendo presente a premência da definição das linhas orientadoras da reforma a empreender, importa realizar de imediato a reflexão sobre a reforma do sector de água e saneamento mais ajustada à prossecução dos objectivos enunciados, através de uma comissão composta por representantes dos serviços e organismos com intervenção no sector de água e saneamento, comissão essa capaz de realizar o estudo das diversas alternativas e de propor ao Governo as medidas que, no plano legislativo e com respeito pela autonomia local e pelos princípios que conformam o Programa do Governo da VIII Legislatura, garantam a plena adequação da reforma ao desenvolvimento económico e social de Cabo Verde.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O Ordenamento do território constitui um suporte essencial para o desenvolvimento sustentável, um elemento fundamental na promoção da qualidade de vida e segurança das pessoas bem como na competitividade dos territórios.

Alinhado com esta preocupação, o Governo de Cabo Verde vem apostando na elaboração de importantes instrumentos de ordenamento do território como uma exigência de gerirmos melhor a transformação e a ocupação do território, visando implementar um desenvolvimento sustentável.

O sector do Ordenamento do Território conheceu grandes avanços nos últimos anos sendo de destacar:

A elaboração da **Directiva Nacional de ordenamento do Território (DNOT)** que dá orientações e estabelece normativas gerais para o ordenamento das actividades humanas, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Aponta orientações específicas para que as questões de riscos sejam incorporadas nos planos e nas actuações territoriais, bem como desenvolve dispositivos e medidas de minimização dos respectivos efeitos. A DNOT dá orientações que seja prática a avaliação da perigosidade na instalação de assentamentos humanos e actividades económica e que sejam introduzidos critérios climáticos e energéticos no desenvolvimento urbano, avançando em direcção à auto-suficiência energética e para a gestão integrada de resíduos. São apontados ainda como vectores para a concretização de uma gestão mais eficiente dos riscos, o desenvolvimento de medidas nos domínios da gestão e ordenamento da orla costeira, o reforço de protecção e socorro bem como o desenvolvimento de acções de sensibilização, educação ambiental e para ordenamento territorial.

Um outro ganho importante do sector do Ordenamento do Território é a elaboração e implementação dos **Esquemas Regionais de Ordenamento do Território** das ilhas de Santo Antão, Santiago, Fogo, S.Nicolau. Estão ainda em elaboração os das ilhas de S.Vicente, Sal, Boavista e Maio.

Os investimentos dos vários domínios da administração central, a necessidade de reserva de espaços e programação de aquisição de solos para infra-estruturas estruturantes de transportes, abastecimento e de saneamento, parques industriais, bem como para equipamentos de ensino,

saúde, desportivos, culturais, e outros, a salvaguarda de recursos naturais e valores ambientais, de servidões e restrições de utilidade pública, determinam a necessidade do EROT. Reforçam a necessidade de medidas e práticas susceptíveis de atenuar os impactos ambientais decorrentes das actividades económicas no território.

Com o mesmo propósito estão sendo elaborados os Planos Directores Municipais (PDM) que são instrumentos importantes que os municípios contam para poder implementar um desenvolvimento sustentável, estando previsto que até final deste ano todos os municípios do país tenham os seus PDM. Neste momento está o processo praticamente concluído com 20 PDM elaborados.

Sendo Cabo Verde uma entidade costeira de grande sensibilidade biofísica, um território insular e fragmentado, é entendimento do Governo que a orla costeira deve ser planeada. Assim estamos empenhados em dotar o país de um **plano de ordenamento da orla costeira e do mar**, que está em elaboração, de forma a salvaguardar os recursos e valores naturais e um regime integrado de gestão, incluindo do Domínio Público Marítimo. A orla costeira deve ser uma zona sujeita a um adequado planeamento e gestão para evitar situações de usos desajustados, de vulnerabilidades e riscos. As zonas costeiras, sendo caracterizadas como portadoras de enormes potencialidades, mas também de acentuada fragilidade dos ecossistemas, requerem uma atenção em termos de ordenamento, para que a sua utilização ao serviço do desenvolvimento não engendre situações de excessiva pressão e degradação ambiental e ecológica.

Nos últimos anos o país fez uma grande reforma em matéria de direito do ordenamento do território e do urbanismo, tendo aprovado importantes diplomas nesta matéria (Lei dos solos, lei das expropriações, Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, Regulamento Nacional de Ordenamento do Território, Regime Jurídico de reabilitação urbana, Regime jurídico de edificação urbana, estatuto das cidades e um conjunto de outros diplomas no sector da habitação, estando em aprovação o regime jurídico de operações urbanísticas. As leis têm a preocupação de estabelecer normativas que tenham em conta a questão da sustentabilidade, a solidariedade inter-geracional.

Está-se a trabalhar na **Montagem do Observatório Nacional de Habitação e Desenvolvimento Urbano** capaz de implementar um núcleo estatístico para agregar dados e informações relativas as áreas urbanas.

Estudos sobre a **Cartografia de Riscos**, o **Diagnóstico e a Definição dos Perfis Urbanos** em todo o País, em colaboração com as Nações Unidas (ONU Habitat) permitirão ter um conhecimento melhor das nossas fragilidades urbanas e das melhores respostas aos problemas detectados e aos desafios.

O **“Programa Casa de Todos”** é um conjunto integrado de medidas de política, programas e acções que visa diminuir o défice habitacional e pretende instituir uma dinâmica continua e sustentada de produção de habitação através da utilização de tecnologias de baixo custo e impacto ambiental, na rentabilidade e na sustentabilidade, utilizando tecnologias de construção económicas e amigas do ambiente.

O “**Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das cidades**” alavancado tem como propósito garantir maior segurança e sustentabilidade ambiental e social das cidades em estreita articulação com a competitividade urbana. Eixos como a reabilitação urbana, saneamento básico, segurança urbana, planeamento e ordenamento do território, entre outros visam o melhor desempenho dos centros urbanos, enquanto espaços de geração de oportunidades económicas, sociais e culturais, e que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A par disto, o Governo tem apostado em diversas acções de sensibilização e formação dos diferentes intervenientes nos processos de ordenamento do território e desenvolvimento urbano. Para isso, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das cidades está em curso um sub-programa de **Cidadania territorial e urbana**, no sentido de encorajar mudanças de atitude dos decisores, dos técnicos e dos cidadãos no sentido de incrementar comportamentos positivos e responsáveis face ao território. Nos últimos anos o Governo tem investido na **capacitação e no reforço institucional e formação técnica** para tornar mais robusta a integração e articulação e colaboração entre os diversos actores com responsabilidade na gestão do território e tem havido avanços importantes, tendo-se registado maior abertura dos sectores e espaços de articulação mais permanente e funcionais.

POLUIÇÃO EM CABO VERDE

A poluição é uma problemática que se tem colocado, particularmente nos últimos anos com maior acuidade. O Fraco desenvolvimento do tecido empresarial do país não justificou grandes investimentos no combate à poluição a partir de fontes industriais ao longo dos anos.

Por outro o lado, o baixo nível de desenvolvimento do sector agrícola não permite uma utilização sistemática e massiva de agrotóxicos no combate às pragas e doenças que atacam as culturas. Neste particular, deve-se fazer menção às campanhas fitossanitárias anuais de combate às pragas de gafanhoto na agricultura de sequeiro na qual se utiliza alguma quantidade de pesticidas.

Uma outra fonte potencial de poluição são as águas residuais. Entretanto, se considerarmos que o consumo da água potável não é muito elevado por habitante por dia (50l/hab/d para as pessoas com ligações domiciliárias e 15l/hab/d para as pessoas que se abastecem a partir de chafarizes e outras fontes de abastecimento), conseqüentemente a rejeição de água suja também não é elevada. Ainda assim, tendo em conta que apenas 19% da População está ligada à rede de esgotos, a maior parte da população rejeita as águas sujas nas fossas sépticas e ou na natureza representando um potencial de contaminação dos solos e dos lençóis freáticos que não se pode negligenciar.

Quando se trata do ambiente marinho, nota-se que são diversas as fontes da poluição, entre elas a recepção de águas de escoamento superficial contaminadas, o despejo do esgoto *in natura* no

mar, o lixo doméstico e industrial, as rejeições radioativas, as chuvas ácidas e as marés negras causadas pelo derrame de petróleo e seus derivados.

Os resíduos sólidos e demais poluentes por sua vez atuam como agentes contaminantes nos oceanos e regiões costeiras, através da emissão por usuários de praia, canais emissários e sistemas de tratamento das cidades litorâneas, e/ou descarte direto no mar por embarcações e plataformas petrolíferas.

De realçar que essas várias formas de poluição não se restringem às áreas específicas onde ocorrem. Devido à hidrodinâmica das massas de água, a dispersão dos poluentes ultrapassa, com frequência as áreas circunvizinhas atingindo outras latitudes.

OUTROS EIXOS PRIORITÁRIAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A visão estratégica do país para os próximos cinco anos está concentrada no desenvolvimento de parcerias para a competitividade de Cabo Verde, através de uma dinâmica inclusiva e inovadora e um sector privado forte e competitivo, capaz de enfrentar os desafios e as demandas internas, geradora de empregos e de redução das assimetrias em relação ao crescimento económico regional e aumentar o desenvolvimento social e económico nacional. (Programa do Governo da VIII Legislatura)

De realçar que Cabo Verde já ratificou a maioria das Convenções das Nações Unidas no domínio ambiental. Neste relatório foi dado particular destaque às designadas três convenções do Rio (UNCCD, UNCBD e UNFCCC).

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DA LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO (UNCCD)

A degradação do solo é tão antiga, como a nossa civilização, O termo "**desertificação**" surgiu no fim dos anos 1940, para caracterizar as áreas "parecidas com desertos" ou os desertos em expansão.

Imenso esforço desencadeado pelos sucessivos governos para lutar contra a degradação dos seus recursos naturais e o empobrecimento das populações dependentes desses recursos tem motivações históricas ligadas às secas desastrosas que assolaram o País ao longo dos tempos. Essas secas provocaram várias perdas humanas, destacando-se a última grande tragédia ocorrida entre 1947 e 1949.

A desertificação é um dos mais graves problemas ambientais a nível mundial resultante de factores naturais (mudanças climáticas) e humanas (sobre-exploração dos solos, desflorestação, sobre-pastoreio e técnicas inadequadas na agricultura degradando sobremaneira os solos).

A convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) é composta por 40 artigos e quatro anexos regionais: África, Ásia, América Latina/ Caraíbas e Mediterrâneo Setentrional e visa garantir um engajamento dos países Partes por um documento juridicamente competente. A UNCCD assenta-se sobre quatro grandes pilares:

- a) “As Partes deverão assegurar-se de que as decisões relativas à concepção e execução dos programas de luta contra a desertificação e/ou para a diminuição dos efeitos da seca sejam adoptadas com a participação das populações e das comunidades locais...”;
- b) “As Partes deverão, num espírito de solidariedade e de parceria internacionais, melhorar a cooperação e a coordenação a nível sub-regional, regional, internacional, e concentrar mais recursos financeiros, humanos, organizacionais e técnicos onde for necessário”;
- c) “As Partes deverão, num espírito de parceria, instituir uma cooperação entre os poderes públicos a todos os níveis, as coletividades, as organizações não-governamentais e os utilizadores das terras para fazer compreender melhor, nas zonas afectadas, a natureza e o valor da terra e dos recursos em água, e para promover uma utilização duradoira desse recurso”; e
- d) “As Partes deverão tomar totalmente em consideração a situação e as necessidades específicas dos países em desenvolvimento que são Partes afectadas, especialmente os menos avançados entre eles”.

CABO VERDE E A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO UNCCD

Outubro de 1994, Cabo Verde assinou a UNCCD. No mês de Fevereiro de 1995, foi primeiro País Africano e o segundo no Mundo a ratificar a Convenção cujo objectivo central é Lutar contra a Desertificação e mitigar os efeitos da seca assim como a adaptação e atenuação dos efeitos das mudanças climáticas.

O país é Parte da UNCCD e dispõe do seu Plano de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação (PAN/LCD) cuja validação pelo Conselho de Ministros através da Resolução nº 4/2000 de 31 de Janeiro e a sua elaboração contou com financiamentos das Cooperações Francesa, Holandesa, Luxemburguesa, do PNUD e do próprio Secretariado de UNCCD.

OBJETIVO GERAL DA UNCCD

O objetivo Geral é lutar contra a desertificação e atenuar os efeitos da seca, priorizando em particular a África (anexo I).

COMPROMISSOS DE CABO VERDE PARA COM A CONVENÇÃO

Cabo Verde como país parte atingido pelo fenómeno da desertificação se engaja nos seguintes compromissos:

- ✓ Acordar nas prioridades adoptadas na luta contra à desertificação e à atenuação da seca;

- ✓ Estabelecer estratégias e prioridades no quadro dos planos ou das políticas de desenvolvimento durável para lutar contra a desertificação e atenuar os efeitos da seca;
- ✓ Atacar as causas profundas da desertificação em particular aos factores socio-económicos que contribuem a este fenómeno;
- ✓ Sensibilizar as populações locais (em particular as mulheres e os jovens) e facilitar a sua participação com apoio das organizações não-governamentais em acções concretas da luta contra a desertificação e os efeitos da seca;
- ✓ Criar um ambiente estável, promovendo uma legislação adequada e elaborar novas políticas de medio e longo prazos e novas programas de accção (*Cap sur terre*, 1995)

Do conjunto das obrigações globais sublinha-se a importância da cooperação no seio das organizações inter-governamentais ao nível regional, sub-regional, assim como no plano internacional com ênfase na cooperação entre os países Partes atingidos, nos domínios da protecção do ambiente e da conservação dos recursos naturais (na terra e na água), combatendo desta forma a desertificação e a seca.

PLANO ESTRATÉGICO DECENAL – PED

O plano quadro estratégico decenal (2008-2018), representa o esforço mais importante da reforma da Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação após a sua criação. Adoptada na COP8 em Madrid – Espanha, tem como objectivo assegurar uma visão comum e coerente na implementação da UNCCD e melhorar a sua eficácia. Preconiza uma abordagem baseada nos resultados para conduzir futuros trabalhos da Convenção e estabelecer sinergias sobre as problemáticas das mudanças climáticas na sua relação com a conservação da biodiversidade e da luta contra pobreza.

A Estratégia Decenal da UNCCD prevê objectivos estratégicos e operacionais assim como os resultados e indicadores que servirão de guias nas acções institucionais dos Países Partes, e dos objectivos operacionais que delimitam o plano de acção para os próximos 10 anos. Para atingir os objectivos fixados, a Estratégia Decenal prevê um certo número de reformas institucionais e operacionais da Convenção.

OBJETIVOS ESTRATÉGICO DO PED

- ✓ Melhorar as condições de vida das populações atingidas;
- ✓ Melhorar o estado dos ecossistemas atingidos pelo fenómeno da desertificação;
- ✓ Mostrar as vantagens gerais da implementação da convenção;
- ✓ Mobilizar recursos a favor da implementação da convenção para instauração de parcerias eficazes entre actores nacionais e internacionais.

OBJETIVOS OPERACIONAIS

Implementação de accções de *pleydoyer*, de sensibilização e de educação que permitirão influenciar os mecanismos e actores locais, nacionais e internacionais competentes;

- ✓ Elaboração de um quadro de accção que abre a criação dum clima geral favorável a investigação de solução para combater a desertificação, a degradação de solos e atenuar os efeitos da seca;
- ✓ Reforço dos conhecimentos, expertise científico e tecnológico;
- ✓ Reforço das capacidades para prevenir e erradicar a desertificação, e a degradação de solos;
- ✓ Aumento de recursos financeiros e tecnológicos aos níveis locais e nacionais.

ACÇÕES LEVADAS A CABO EM CABO VERDE NA LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO

Das boas práticas que vêm sendo realizadas em Cabo Verde deve-se realçar em particular três aspectos:

- ✓ Construção de infra-estrutura de conservação de solos e água nas encostas em curvas de níveis cujo objectivo é reter solos e água criando assim um ambiente propício para o desenvolvimento e produção das culturas constituindo deste modo o ordenamento das bacias hidrográficas e a valorização dos solos degradados. De entre essas infra-estruturas destacamos os seguintes: i) Banquetas simples e reforçadas em curvas de níveis; ii) Caldeiras simples e reforçadas (meia lua) no qual se fixam espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas para a produção de biomassa (lenhosa e não lenhosa) e combustíveis; iii) construção de arretos e terraços (muros em curvas de níveis); iv) construção de diques de retenção e captação de solos e água no leito das ribeiras e ravinas; v) Fixação de milhões de plantas florestais nas infra-estruturas de conservação de solo e água acima referido para a restauração de ecossistemas degradados, com o objectivo de produzir biomassa lenhosa e não lenhosa, combustíveis, combatendo a desertificação e mitigando os efeitos da seca. vi) fixação de fruteiras e leguminosas de uso múltiplo nas zonas húmidas e sub-húmidas; É de notar que essas actividades vêm sendo levadas a cabo em todo o país, para além de que outras abordagens vêm sendo implementadas na mobilização de água subterrânea de entre os quais se destaca a abertura de furos e galerias.
- ✓ O envolvimento da cooperação internacional para o Desenvolvimento (bilateral e multilateral), das organizações da sociedade civil na materialização da Agenda 21;
- ✓ Participação do país no Comité de Revisão da Implementação da UNCCD (CRIC) e nas Conferências das Partes (COP) e nas actividades regionais e sub-regionais (CEDEAO e CILSS) enquadradas na luta contra a desertificação e efeitos da seca assim como a redução da pobreza e da insegurança alimentar, destacando a participação de Cabo Verde através do ponto focal

nacional UNCCD e a representante da agricultura na validação do Plano de Acção Regional e Sub-regional na Luta contra a Desertificação (PAR-S/LCD)

PROJECTOS EM CARTEIRA

- ✓ Ordenamento e valorização das bacias hidrográficas
- ✓ Prevenção Detecção e o combate aos incêndios florestais
- ✓ Modernização das actividades agro-silvo-pastoris e silvo-pastoris
- ✓ Cooperação Norte/Sul, Sul/Sul entre os países da CPLP sobre a gestão durável da terra (protocolo de cooperação assinada entre o Secretário Executivo da UNCCD e o Secretário Executivo da CPLP em Istambul – Turquia 2008)
- ✓ Projecto restauração da cultura de tamareira (*Phoenix atlantica*) nas Ilhas de Boa Vista, Maio e São Vicente
- ✓ Apoio às associações comunitárias em cooperação com *sol-arid*, associação dos Municípios de Santiago e ADAD (financiamento UE), na luta contra a desertificação.
- ✓ Criação de novas áreas florestais nas Ilhas de Sal e Boa Vista (GEF)
- ✓ Elaboração do plano de gestão participativo dos povoamentos florestais

PERSPECTIVAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

A nível regional através de CILSS vem sendo implementados projectos Silvo-pastoris enquadrados no IREMLCD envolvendo as associações de Santiago e Santo Antão;

Elaboração do quadro estratégico de financiamento, com base na estratégia financeira integrada sobre a gestão durável de terra (GDT) em Cabo Verde;

Atualização/Revisão do PAN/LCD, e o seu alinhamento com a estratégia decenal para implementação – UNCCD;

Elaboração do quinto relatório sobre a implementação de UNCCD, tendo em conta a Estratégia Decenal e os seus objetivos estratégicos e operacionais assim como os resultados e os indicadores de performance e de impacto;

Reforço das capacidades institucionais sobre a investigação tendo em conta a importância da tecnologia na gestão dos Recursos Naturais;

Desenvolvimento de projectos relacionadas com a degradação de solos nas zonas costeiras e encostas com declives acentuados, devido a intrusão salina e a erosão de solos (projectos da valorização das bacias hidrográficas);

Projectos integrados de ordenamento e valorização das bacias hidrográficas nas diferentes Ilhas do País;

Criação de novas áreas florestais;

Ordenamento das encostas para reduzir a erosão hídrica (conservação de solo e água);

Estudo do impacto de infra-estruturas de conservação de solos e água;

Dessalinização de água para a rega nas zonas litorais;

PRINCIPAIS POTENCIALIDADES

- ✓ Existência de Instituições Governamentais e não-governamentais bem estruturadas e organizadas;
- ✓ Democracia e a boa governação cada vez mais consolidadas
- ✓ Existência de um quadro legal relativamente abrangente
- ✓ Existência de Capacidades humanas e Institucionais
- ✓ Existência de planos elaborados (PND, PANA II, PAN/LCD, PEDA, PNED, NAPA; Comunicações Nacionais para a UNFCCC, entre outras)
- ✓ Cooperação bilateral e multilateral

CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB)

A biodiversidade apoia o funcionamento dos ecossistemas e os serviços prestados pelos ecossistemas essenciais ao bem-estar da humanidade. A segurança alimentar, a saúde humana, o suprimento de ar e água potável, contribui para a subsistência local e desenvolvimento económico, e é essencial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, incluindo a redução da pobreza.

Entender a importância da biodiversidade para a vida humana e conhecer os meios que temos para conservá-la é o primeiro passo na direção de uma mudança nas prioridades que adoptamos no nosso país e da maior inserção desse tema nas políticas do Estado e nas atitudes da sociedade civil.

A história tem demonstrado que o processo de desenvolvimento económico e a garantia do bem-estar global das sociedades humanas esteve sempre assente numa relação de dependência directa entre o homem e o ambiente, o que tem sido traduzida, em muitos casos numa utilização desenfreada e irresponsável dos recursos naturais.

A conservação dos ambientes marinhos e terrestres e da sua diversidade biológica, é uma tarefa do homem pois a sua qualidade de vida depende grandemente do nível de conservação desses

ecossistemas. A importância que as espécies assumem resulta não só do seu valor intrínseco como também dos valores humanos. A importância que o homem atribui à diversidade biológica varia em função do seu comportamento biológico e sociocultural. Deste modo para além do seu valor intrínseco os organismos vivos encerram ainda valores socioeconómicos, culturais, ecológicos, científicos, éticos, entre outros.

Com a presença do Presidente da República na Cimeira da Terra, que teve lugar no Rio de Janeiro em Junho de 1992, Cabo Verde comprometeu-se em integrar a conservação e utilização sustentável da biodiversidade na sua política nacional e a adoptar medidas económicas e sociais para o seu incentivo. Assim foi reconhecido, pelo país, a importância dos recursos vivos como fonte de riqueza e desenvolvimento, bem como do auxílio e mais-valia económico-social desses recursos que são imprescindíveis para a sobrevivência da população nacional.

IMPLEMENTAÇÃO DA CBD EM CABO VERDE

Ratificada em 1995, a Convenção sobre a Diversidade Biológica tem 3 objetivos principais: i) conservação da diversidade biológica; ii) utilização sustentável dos componentes da diversidade biológica e; iii) partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos.

Esta retificação impulsionou a implementação nacional dos principais instrumentos para o planeamento do uso e gestão da biodiversidade através da avaliação e mitigação dos impactes da acção antrópica, do controlo do acesso aos recursos genéticos, troca de informação, educação ambiental, capacitação técnica e mobilização de financiamento, para além de ter permitido a elaboração das estratégias, planos e programas nacionais para a conservação, com particular ênfase na conservação *in situ*, e utilização sustentável da biodiversidade, que refletem as medidas estabelecidas pela convenção, bem como a integração das mesmas nas políticas sectoriais e inter-sectoriais.

Desde a ratificação da Convenção já foi elaborado e apresentado ao secretariado da CBD um conjunto de documentos obrigatórios que servem para avaliar a implementação da mesma: Estratégia e Plano de Ação Nacional da Biodiversidade (1999), 1º Relatório sobre o Estado da Biodiversidade (1999), 2º Relatório sobre o Estado da Biodiversidade (2002), 3º Relatório sobre o Estado da Biodiversidade (2007) e 4º Relatório sobre o Estado da Biodiversidade (2009).

O Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II), horizonte 2004-2014, trouxe uma grande mais-valia para a implementação das políticas ambientais definidas pelo Governo. A Estratégia e o Plano de Ação para a Biodiversidade foi um dos documentos base para a elaboração do PANA II, sendo que a conservação da biodiversidade foi uma das atividades programadas para a execução em todas as vertentes.

O interesse e os esforços para a implementação nacional das políticas que visam a preservação da biodiversidade, levou a criação e aprovação de um leque de legislação nacional para garantir o cumprimento e aplicação das mesmas. Assim no ano de 1993 a aprovação da Lei nº 86/IV/93,

definiu as Bases da Política do Ambiente, onde o princípio geral tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto sustentado para a melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade e no desenvolvimento social, cultural e económica.

Em consonância com o artigo 8º da Convenção, sobre Conservação *in situ*, criou-se a Rede Nacional de Espaços Protegidos contemplando 47 áreas protegidas, representando aproximadamente 10% do território nacional, através do Decreto-lei nº 3/2003 que estabelece o Regime Jurídico dos Espaços Naturais, integrando as áreas de relevância para a biodiversidade e recursos naturais, com função ecológica e interesse socioeconómico, cultural, turístico ou estratégico, contribuindo assim para a conservação da natureza e o desenvolvimento auto sustentado do país.

Servindo como base a nomenclatura da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), foram definidas em diversas categorias de uso para cada área. Tendo atualmente 21 zonas como Reservas Naturais, sendo algumas integrais, onde a utilização é mais restrita, 10 Parques Naturais, 6 Monumentos Naturais e 10 Paisagens Protegidas. Existem duas categorias previstas no mesmo Decreto-lei que ainda não foram decretadas nenhuma zona em específico, são eles Parques Nacional e Sítios de Interesses Científicos. Contudo foram desenvolvidos projetos com vista a promover a implementação dessas mesmas áreas protegidas. Assim, foram executados no período de 2004 a 2008 o projeto “Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes, Fase I” financiado pelo GEF, governo de Cabo Verde e PNUD e, implementado por uma equipa especialmente contratada para o efeito, o projecto “Conservação Marinha e Costeira” que foi executado pelo WWF Cabo Verde com o financiamento do Governo da Holanda e de 2004 a 2010 o projecto “Protecção dos Recursos Naturais do Fogo”, financiado pelo Governo Alemão através do KFW e implementado pela Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária.

Esses projectos permitiram um levantamento exaustivo das caracterizações ecológicas, sociais e económica dessas áreas de modo a auxiliar na elaboração dos Planos de Gestão (PG) das áreas protegidas contempladas pelos projetos, pois são instrumentos fundamentais para a gestão das mesmas. Assim, elaborou-se e aprovou-se 3 PG das seguintes áreas: Parque Natural de Serra da Malagueta (ilha de Santiago), Parque Natural de Monte Gordo (São Nicolau) e Parque Natural do Fogo. Já elaborado mas sem aprovação ainda, está o Plano de Gestão da Reserva Natural de Santa Luzia e os ilhéus Branco e Rombo.

Na sequência da implementação desses projetos, o país beneficiou de novo projeto para consolidar os ganhos alcançados até ao momento e, dando especial atenção às áreas protegidas marinhas e costeiras – Projecto “Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde”.

O projeto vai apoiar a criação e o reforço de uma autoridade de gestão autónoma de gestão das Áreas Protegidas (AP), para além da mobilização comunitária e o desenvolvimento de capacidades locais para a gestão sustentável dos recursos dentro e ao redor das AP serão instituídos com base

nas práticas bem-sucedidas e lições aprendidas a partir dos anteriores projetos de AP. Assim vai aumentar a capacidade nacional de Cabo Verde na conservação e uso sustentável da biodiversidade, melhorando a vida das comunidades dentro e ao redor das mesmas.

A Cooperação Espanhola também tem auxiliado Cabo Verde na elaboração de Planos de Gestão de 8 áreas protegida da ilha do Maio, uma das mais importantes a nível ecológico por ter uma grande variedade de espécies marinhas e terrestres endémicas. Com este auxílio, o país disporá de 24 planos de gestão de áreas protegidas cuja aprovação a curto prazo constituirá um grande avanço para a conservação da biodiversidade pois, serão contemplados as áreas de maior importância ecológica do país.

A conservação *in situ* é uma das maiores apostas que o país tem feito para promover a conservação da biodiversidade e fomentar a mudança de comportamento nacional através da educação ambiental que focaliza a importância da manutenção do equilíbrio ecológico biológico dos espaços naturais.

A Convenção sobre a Biodiversidade, ratificada por Cabo Verde, estabeleceu a necessidade e obrigação de se elaborarem as estratégias e os planos de ações visando a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica e sua consequente integração nos planos sectoriais. Em cumprimento do artigo 6.º da Convenção, foram elaborados os Planos de Conservação para a Proteção das Tartarugas Marinhas e o Plano de Conservação para a Proteção das Aves Marinhas.

PERSPETIVAS PARA A BIODIVERSIDADE EM CABO VERDE

Apesar da sua importância fundamental, a biodiversidade de Cabo Verde está sendo ameaçada por uma variedade de pressões antropogénicas. Em ecossistemas costeiros e marinhos, a poluição localizada impulsionada pelo rápido desenvolvimento do turismo e da imobiliária turística, constitui uma ameaça contínua dos habitats costeiros e marinhos. Em ecossistemas terrestres, o pastoreio livre e a degradação dos solos agravada por espécies de plantas invasoras, são ameaças persistentes ao equilíbrio ecológico.

Em última análise, a mudança do clima paira no horizonte como outra ameaça significativa para os ecossistemas em Cabo Verde. Contudo medidas têm sido tomadas para mitigar e reduzir este impacto sobre a população.

É neste contexto e com a aprovação de um novo Plano Estratégico para a Biodiversidade, 2011-2020, aprovado na COP10 da CDB, com o objetivo de inspirar grandes ações por todos os países e as partes interessadas para apoiar a biodiversidade na próxima década e reconhecendo a necessidade urgente de ação, com a declaração de 2011-2020 como a Década das Nações Unidas para a Diversidade Biológica, Cabo Verde visa integrar mais ainda a educação ambiental no cotidiano escolar e do sistema de ensino de uma forma geral.

A nova Estratégias e Planos de Ação Nacionais (NBSAPs) de Cabo Verde, que será finalizado em 2014, consiste numa visão compartilhada as missão, objectivos estratégicos e 20 objectivos ambiciosos a serem atingidos, conhecidos como Metas de Aichi, servindo como uma estrutura

flexível para o estabelecimento de objetivos nacionais e regionais que promove a aplicação coerente e eficaz dos três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, com a missão de tomar medidas urgentes e eficazes para travar a perda da biodiversidade garantindo que, em 2020, os ecossistemas estejam resistentes e continuarão a fornecer serviços essenciais, assegurando assim, a variedade de vida no arquipélago e contribuindo para o bem-estar da humanidade e a erradicação da pobreza. Assim, as pressões sobre a biodiversidade, identificadas, levarão a diagnosticar e avaliar essas ameaças que quando conhecidas serão implementadas medidas para reduzir e restaurar a perda da biodiversidade, dos ecossistemas, dos recursos biológicos e utiliza-los de forma sustentável, fornecendo recursos financeiros adequados, melhorando a capacidade, de forma transversal às questões e os valores relacionados à biodiversidade, e efetivamente se apliquem as políticas adequadas e decisões baseadas em dados científicos sólidos e na abordagem de precaução.

A materialização das metas nacionais, e a atualização e revisão da Estratégia de e Plano de Ação Nacional da Biodiversidade (NBSAPs), são acções fundamentais na observância dos compromissos estabelecidos no Plano Estratégico da Convenção.

A elaboração de outros Planos de Conservação de espécies protegidas como corais e mamíferos marinhos, a atualização da lista vermelha das espécies em extinção, a elaboração do Plano Nacional de Educação Ambiental, a aprovação de mais leis ambientais que visam a proteção da biodiversidade, a elaboração de uma Estratégia de Comunicação para as Áreas Protegidas, a elaboração do Plano de Gestão da Orla Costeira e a criação de Reservas da Biosfera, são alguns dos instrumentos, estratégias e políticas a serem implementadas por Cabo Verde a fim de cumprir as metas estabelecidas pela Convenção e contribuir para a manutenção, equilíbrio, desenvolvimento sustentável dos recursos biológicos do país.

CONVENÇÃO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O tema Mudanças Climáticas, que já vinha cada vez mais se incorporando aos debates internacionais bem como nacionais, ganhou um espaço, particularmente na mídia, jamais registado. Assuntos que antes apareciam em pequenas matérias dos cadernos de ciência e dos jornais, ganharam as primeiras páginas. Um tema que há muito pouco tempo se restringia a uma pequena parcela da comunidade científica, civil e governamental ganhou o devido espaço no conhecimento do cidadão.

As projecções apontadas pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) podem realmente causar alarme. No final deste século, a temperatura média do planeta poderá ser acrescida de 1,8°C a 4,0°C, considerando-se as melhores estimativas, mas podendo variar ainda entre 1,1°C e 6,4°C.

Os mares poderão ter seus níveis elevados entre 18 cm e 59 cm. Contudo, para a frieza da análise, deve-se considerar que há intervalos resultantes de diferentes cenários, o que quer dizer que não é certo que o pior aconteça. Ao contrário, deve-se acreditar no poder de mobilização da humanidade

para que se tome um rumo que evite os piores cenários e conduzam na direcção dos menores valores dos intervalos mencionados acima, e que possam materializar os cenários mais optimistas. Além disso, os cenários não são previsões mas apenas “panos de fundo”, que permitem avaliar emissões globais futuras em diferentes configurações de crescimento económico e populacional, tendências comerciais de globalização e de preocupação com o meio ambiente em geral e com o aquecimento global em particular.

Deve-se ter claro que não são as emissões actuais que causam o efeito estufa, elas apenas o agravarão no futuro. Por causa do longo tempo de permanência de alguns gases de efeito estufa na atmosfera, o que causa o aquecimento global no planeta é o acúmulo histórico dessas emissões.

Evidências científicas apontam que caso a concentração do dióxido de carbono continue a crescer, a temperatura média da terra pode aumentar, causando efeitos climáticos extremos (enchentes, tempestades, furacões e seca), alterações na variabilidade de eventos hidrológicos (aumento do nível do mar, mudanças no regime das chuvas, avanço do mar sobre os rios, escassez de água potável) colocando em risco a vida na terra (ameaça à biodiversidade, à agricultura, à saúde e o bem estar das populações).

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, adoptada em 1992 e ratificada em Março de 1994, surgiu em resposta às ameaças das mudanças climáticas, como um tratado internacional de carácter essencialmente universal, afirmada e ratificada por praticamente todos os países e que permitirá as nações um desenvolvimento sustentável, garantir a segurança alimentar e a salvaguarda dos ecossistemas do planeta.

O objectivo da Convenção é o de estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera, em níveis tais que evitem a interferência perigosa com o sistema climático. Ora, tal estabilização somente pode ser obtida pela estabilização das emissões líquidas (emissões menos remoções) dos gases de efeito estufa.

O Protocolo de Quioto representa o principal avanço obtido na Convenção, estabelecendo limites para a emissão de GEE dos países do Anexo I Países desenvolvidos e economias em transição), que em seu conjunto deverão no período 2008-2012 reduzi-las em 5,2% do total emitido por eles em 1990. Negociado em 1997, assinado por praticamente todos os países, e ratificado por uma grande maioria, o Tratado de Quioto entrou em vigor em 16 de Fevereiro de 2005.

Para os países em desenvolvimento que devem, ao mesmo tempo, inserir-se na moderna economia globalizada e superar seus passivos sociais e económicos, o Protocolo de Quioto é um dos itens prioritários na agenda ambiental. A importância do instrumento se dá, principalmente, por dois motivos: do ponto de vista político, o facto de os países do Anexo I terem metas, e os países em desenvolvimento não as terem, representou o claro fortalecimento do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, um dos pilares da posição dos países em desenvolvimento nas negociações internacionais sobre mudança do clima. Do ponto de vista

económico, o facto de os países fora do Anexo I não terem metas assegura flexibilidade para seus projectos de desenvolvimento.

CABO VERDE E A CONVENÇÃO QUADRO DA NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PROTOCOLO DE QUIOTO

Cabo Verde ratificou a Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas em Março de 1995, que entrou em vigor a 22 de Junho do mesmo ano, como país Não-Anexo I. Cumpriu a sua obrigação inicial de produzir uma Comunicação Nacional (Novembro de 2000) na qual é analisada a vulnerabilidade e adaptação do país em diversos sectores, as medidas de mitigação, onde são projectados cenários de emissão de gases com efeitos de estufa, e na qual é iniciada a criação de um Plano Nacional de Mitigação para Cabo Verde. Em 5 de Dezembro de 2005 ratificou o Protocolo de Quioto.

IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO E DO PROTOCOLO DE QUIOTO EM CABO VERDE.

De acordo com o princípio da responsabilidade comum porém diferenciada, apenas os países do Anexo I da Convenção quadro sobre as Mudanças Climáticas assumiram compromissos visando a redução ou limitação das suas emissões. Os países não pertencentes aos grupos dos chamados de Anexo I, no qual Cabo Verde faz parte, não têm compromissos quantificados de redução ou limitação de emissões antrópicas de gases de efeito de estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal.

Reconhece-se que país como Cabo Verde, as suas contribuições para as emissões globais dos gases de efeito de estufa deverá crescer, de forma a atender as suas necessidades sociais e de desenvolvimento.

Contudo, apesar de ser um país em desenvolvimento, com uma taxa de emissão de gases de efeito de estufa insignificante no contexto mundial, mas após ter ratificado a Convenção e o Protocolo de Quioto, Cabo Verde assumiu alguns compromissos que terá de implementar no país, quais sejam:

- ✓ Inventário das emissões antrópicas de gases de efeito estufa
- ✓ Programas e Acções Relacionadas ao Desenvolvimento Sustentado
- ✓ Programas Conservação Energia
- ✓ Programas de mitigação, impactos e vulnerabilidade às mudanças climáticas e medidas de adaptação
- ✓ Promoção da pesquisa científica nas mudanças climáticas
- ✓ Desenvolvimento de tecnologias para redução e prevenção de emissões
- ✓ Protecção de sumidouros

- ✓ Consideração das mudanças climáticas nas políticas sociais, económicas e ambientais.
- ✓ Educação, formação e sensibilização pública

SEGURANÇA ALIMENTAR

A garantia da segurança alimentar tem constituído a pedra angular do processo de desenvolvimento socio-económico de Cabo Verde e tem surgido como uma questão chave do seu desenvolvimento, no quadro da garantia da sustentabilidade de um desenvolvimento humano em que a integração social - trave mestra de toda a sociedade, mormente a cabo-verdiana, que aspira a mais justiça social, bem-estar material e plena realização da cidadania - implica a igualdade de oportunidades e direitos para todos.

Assim sendo, a garantia da segurança alimentar e o conjunto de aspectos com ela relacionados, têm-se colocado pois entre os objectivos centrais que têm norteado as políticas públicas sociais e económicas, de Cabo Verde enquanto país independente, tentando apagar de vez da memória colectiva dos cabo-verdianos as imagens terríveis de seca e de fome que resultaram no passado em mortandade da população. Contudo, a fome deixou de ser um fenómeno de massa em Cabo Verde pelo que no contexto pós-independência, falar de insegurança alimentar (IA) é mais apropriado às circunstâncias.

A seca e a escassez dos recursos naturais, é responsável pela insegurança alimentar. O país produz, em média, menos de 20% das necessidades de consumo em cereais, sendo que o deficit estrutural alimentar é coberto pelas importações e pela ajuda externa.

Nos primeiros anos da década de 90, o deficit alimentar estrutural era de aproximadamente 88%, representando entre 75000 a 95000 toneladas de produtos alimentares. A ajuda alimentar representava 10 a 15% do total das importações de bens de consumo corrente e 70% do total das importações de produtos alimentares, pesando significativamente na balança de pagamentos (in Programa comunitário de segurança e ajuda alimentar, relatório de actividades da Comissão Europeia 1995/1996). As ajudas alimentares são destinadas à venda no mercado nacional, dando lugar, à constituição de fundos de contrapartida. Para além do apoio à balança de pagamentos, as ajudas alimentares têm por objectivo assegurar o abastecimento dos mercados urbanos a preços acessíveis para o consumidor e apoiar acções que contribuam para a melhoria da segurança alimentar das populações rurais, afectando os fundos de contrapartida ao financiamento de projectos de promoção do emprego, redução da taxa de crescimento demográfico, melhoria da produção agrícola e exploração racional dos recursos haliêuticos, entre outros.

A partir de meados da década de noventa o governo concentrou-se na definição e execução de uma política de segurança alimentar, na sequência das conclusões de uma mesa redonda com as entidades financiadoras, organizada em Genebra. A nova estratégia de segurança alimentar do governo contemplava três objectivos: i) a disponibilidade de produtos alimentares; ii) a estabilidade

do abastecimento e iii) o acesso da população a esses produtos. Para tal, essa estratégia articulava-se em torno de quatro elementos complementares:

- Política económica baseada na expansão do sector privado e na integração do país na economia mundial;
- Medidas que incentivem a oferta de produtos alimentares (liberalização das importações de produtos alimentares, coordenação e negociação da ajuda alimentar);
- Melhoria do nível económico dos agregados familiares, para que possam aceder aos produtos alimentares (luta contra pobreza);
- Institucionalização da coordenação da política de segurança alimentar.

Apesar dos avanços alcançados no domínio da segurança alimentar, o país ainda confronta-se com problemas macroeconómicos que condicionam, tanto a disponibilidade e a estabilidade de alimentos no mercado interno, quanto o acesso económico da população aos bens alimentares. A oferta alimentar no mercado interno, devido a vulnerabilidade da base produtiva e ao do défice estrutural da balança de pagamentos, continua a estar sujeita às flutuações do mercado internacional.

No decorrer dos últimos seis anos mais de 90% dos cereais (milho, arroz, trigo) provieram do exterior, tanto sob forma de ajuda alimentar como de importações comerciais. A contribuição das importações comerciais tende a aumentar contrapondo a diminuição da ajuda alimentar que actualmente representa 15% das importações.

Até 2006, o regime de preços máximos permitiu o controlo necessário para a estabilização dos preços no mercado nacional, absorvendo as variações verificadas a nível internacional e preparando o mercado para a concorrência e a sua completa liberalização (Portaria 12/2006 de 12 de Junho). Apesar dos riscos que a liberalização do mercado dos produtos de base e da diminuição das ajudas, a análise da disponibilidade alimentar dos últimos anos mostram que não houve problemas de aprovisionamento em bens alimentares no que tange aos produtos de base. A nível regional, tem-se registado algumas deficiências no seu abastecimento causadas pelo estrangulamento existente a nível dos transportes internos.

O Inquérito sobre a Vulnerabilidade das Famílias das Zonas Rurais (ISVAF) reporta que 20% dos agregados familiares rurais vivem em situação de insegurança alimentar e que 11% estão sob ameaça de insegurança alimentar, isto é, correm risco de experimentar IA subsequente a uma crise qualquer. Mais, a insegurança alimentar é mais crítica nas ilhas denominadas “agrícolas” (Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo) e, particularmente nos municípios de São Domingos, Paul, Mosteiros, Porto Novo, Praia e Santa Catarina.

Entretanto, segundo dados do Inquérito de Seguimento das Zonas e Populações Vulneráveis de Santiago, Santo Antão, São Nicolau, Brava e Fogo após a campanha agrícola de 2009/2010, 4,1% da população rural das zonas sob risco alimentar encontram-se em situação de insegurança

alimentar e 53,7% estão sob Risco de insegurança alimentar. As ilhas de Santiago e São Nicolau são as que apresentam maior percentual de famílias sob situação de insegurança alimentar.

Em números absolutos, 8.712 famílias estão em situação de insegurança alimentar, seja um total de 43.560 pessoas; e 7.426 famílias encontram-se sob risco de insegurança alimentar, seja um total de 37.130 pessoas. O total da população em situação de insegurança e em risco de insegurança alimentar é de 80.690 pessoas, número inferior ao estimado em Outubro de 2009, ou seja, menos 22.660 pessoas afectadas.

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

O combate à insegurança alimentar foi sempre eleito prioritário e tem sido elemento estável e central das políticas públicas de desenvolvimento. Combater a insegurança alimentar enquanto se fomenta a segurança alimentar implica executar acções inter-sectoriais que vão desde a produção de bens alimentares, comercialização, controlo de qualidade, até ao acesso e utilização de alimento.

No sentido de estabelecer as condições propícias capazes de garantir uma segurança alimentar durável, Cabo Verde dispõe de um conjunto vasto de instrumentos orientadores de política nesta matéria, como sejam o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da pobreza, enquanto instrumento macro orientador de todas as políticas que concorrem para a melhoria da segurança alimentar e mais especificamente a Estratégia e o Programa Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional, já enquadrada num contexto mais vasto a nível da CPLP, bem como a nível da nossa sub-região com a adesão à Rede de Prevenção das Crises Alimentares e assinatura da respectiva Carta para a Prevenção e Gestão das Crises Alimentares, recentemente revista e adoptada em Conakry.

A nível da CPLP a Estratégia constitui um instrumento político orientado para a acção, no qual se define a visão estratégica da CPLP e se constroem, numa primeira fase, os mecanismos de governança necessários ao futuro desenvolvimento e implementação de planos de acção que contribuam para a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, num quadro de respeito pela soberania nacional.

Ainda a nível nacional, o reforço da operacionalidade do Sistema de Informação para a Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a funcionalidade do Conselho Nacional de Segurança Alimentar são vistos como factores importantes para se fazer face aos desafios da intersectorialidade da questão.

Em 2006 foi validado e está em execução o segundo programa de acção quinquenal da ENSA, o Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA 2007-2011). Este programa visa contribuir para o reforço das políticas públicas e das acções no domínio da segurança alimentar e nutricional e para a diminuição da vulnerabilidade e insegurança alimentar do país, assim como o reforço dos mecanismos de gestão e promoção da boa governação em matéria de segurança alimentar.

O PNSA 2007- 2011 tem como objectivo global contribuir para a melhoria da Segurança Alimentar no seio das populações em situação de insegurança alimentar e/ou risco de insegurança alimentar, tendo por objectivos específicos, de entre outros: a) Promover uma produção eficaz, diversificada e durável de bens alimentares (agricultura, pecuária e pesca); b) Garantir a disponibilidade e a estabilidade dos produtos alimentares no abastecimento dos mercados centrais e periféricos; c) Melhorar o acesso económico aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base; e d) Reforçar os dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar.

A agricultura, como actividade económica e tal como praticada, pode sustentar as condições de existência duráveis das populações rurais do país e contribuir fortemente para a redução da insegurança alimentar. A modernização e desenvolvimento agrícola sustentado, em curso, tem na valorização dos recursos naturais específicos das zonas agro-ecológicas (água, solos, bióticos) e no reforço do capital humano e socio-económico local, factores importantes de optimização das capacidades produtivas e de melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas e de protecção e conservação ambiental, tendo como fim último a melhoria do quadro de segurança alimentar do país, mas igualmente a criação de riqueza a partir do sector agrícola.

Um conjunto de medidas e políticas está sendo executado destacando-se (i) a política de protecção ambiental e dos recursos naturais; (ii) o ordenamento do espaço rural, nomeadamente através das bacias hidrográficas, com vista a uma gestão integrada dos recursos hídricos e fundiários, associado ao desenvolvimento do sistema agro-silvo-pastoril; (iii) conformidade entre legislação vigente e os instrumentos de promoção do desenvolvimento; (iv) adequação da capacidade técnica e organizacional dos produtores; (v) promoção de actividades economicamente rentáveis, tanto na agricultura como em outros sectores geradores de rendimentos como turismo rural e (vi) execução de uma política de formação e investigação orientada para a resolução de problemas intrínsecos ao desenvolvimento e modernização da agricultura.

A Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA) Decreto-Lei nº 47 / 2000 (BO Nº 32 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2000) tendo como missão contribuir para a garantia da segurança alimentar do país, nas melhores condições de quantidade, qualidade e preço. Incumbe a esta Agência acompanhar a disponibilidade e a gestão da reserva alimentar interna, a conjuntura internacional, a evolução dos preços, o comportamento dos agentes, etc. a fim de garantir o abastecimento dos mercados centrais e periféricos.

O sector privado comercial vem assumindo o seu papel no abastecimento, dinamizando e integrando os mercados centrais e periféricos. O Estado, por seu turno, vem facilitando, fiscalizando e regulando o processo e vem conferindo maior dinamismo ao sector privado na garantia da segurança alimentar.

As acções executadas e focalizadas na melhoria do acesso económico aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base visam garantir meios de vida sustentáveis às populações; colocar à disposição dos mais vulneráveis rendimento suficiente para garantir a sua segurança

alimentar. Assim, os idosos, os antigos trabalhadores das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) e os deficientes incapazes de participar de acções estruturantes e geradoras de um rendimento sustentável, beneficiam de uma pensão social mínima de 4.500 escudos (2009) que foi aumentada para 5.000 escudos em 2011 e faz uma cobertura a 23.000 beneficiários (Resolução nº 49/2011 – Carta de política nacional para a 3ª idade B. O. Nº 38 de Nov/11).

A capacitação técnica e institucional de todos os intervenientes no processo de gestão da segurança alimentar e de prevenção das crises, e promoção da boa gestão da segurança alimentar é considerada fundamental. Os objectivos específicos fixados são: (i) assegurar o reforço da capacitação, assistência técnica e comunicação permanente dos actores; (ii) contribuir para o reforço da capacidade interventora das associações de defesa do consumidor; e (iv) reforçar a sensibilização e a mobilização sociais a favor da segurança alimentar.

A segurança alimentar mundial, continuará a ser por muito tempo, um assunto prioritário da agenda política e de governação, tanto a nível internacional como nacional, sendo certo que uma disponibilidade suficiente dos bens alimentares bem como o acesso a uma sã alimentação, de forma durável, são elementos decisivos para um desenvolvimento sustentável (DS) e harmonioso e para aumentar a prosperidade em todos os continentes. Contudo tais objectivos não poderão se alcançados, se persistir a actual situação de existência de perto de um bilhão de pessoas no mundo, afectados pela fome e pela má nutrição.

A segurança alimentar foi, muitas vezes, no passado, reduzida, na prática, ao equilíbrio do balanço cerealífero nacional. Hoje, a segurança alimentar das famílias e dos indivíduos aparece como uma noção mais complexa, apresentando um carácter simultaneamente estrutural e conjuntural, com uma intervenção multi-disciplinar/sectorial. Ela entra em linha de conta com a disponibilidade dos bens alimentares no mercado, os transportes e o armazenamento bem como o acesso económico e físico à alimentação e à qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e da água assim como a utilização dos alimentos.

Deste modo as grandes linhas orientadoras da nossa política de segurança alimentar incorporam aspectos como:

- A oferta de bens alimentares;
- O acesso económico e físico à alimentação;
- O acesso aos bens sociais de base (saúde, educação, água potável, saneamento básico, informação, entre outros), sobretudo das camadas mais vulneráveis;
- A qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e da água;
- A coordenação e a articulação das políticas, programas e acções; e
- Os mecanismos de seguimento e avaliação das políticas, programas e acções nos domínios de segurança alimentar e da pobreza

A nível mais global, e para combater essa situação de indignidade humana que é a fome, todos os diálogos para a construção de consensos, deverão partir da constatação de que a agricultura (no seu sentido lato) joga um papel fundamental para a segurança alimentar e que por conseguinte, a ênfase na componente - produção de bens alimentares – deverá ser prioritária e que todos os obstáculos, que limitam o acesso aos bens alimentares e a uma sã alimentação, em particular a pobreza, deverão ser eliminados. Assim sendo, o acesso aos bens alimentares, requer uma repartição justa de recursos, com equidade social:

É urgente portanto, traçar-se medidas de política com impactes numa maior produção de bens alimentares, associando um desenvolvimento económico respeitador do meio ambiente, ao princípio da boa governação. A transição para uma “economia verde”, sustentável e sem conflitos de interesses, diz respeito a todos os sectores e domínios económicos, competindo aos diferentes actores políticos, a todos os níveis, de desenvolver, de forma coerente, os princípios orientadores, que possam permitir a satisfação das necessidades imediatas e agir também na prevenção, garantindo as futuras gerações.

Nutrição em crianças menores de 5 anos e população com insuficiência calórica

Em 2006 e de acordo com os resultados do QUIBB2006 a malnutrição crónica penalizava 14,5% das crianças menores de 5 anos e a malnutrição aguda atingia 6,4%. A insuficiência ponderal atinge 8% das crianças nessa faixa etária.

De acordo com os dados preliminares do Inquerito sobre a Prevalência da Anemia nas Crianças – IPAC (2009), inquérito realizado pela Direcção de Serviços de Segurança Alimentar do Ministério da Agricultura em parceria com o INE e o Ministério da Saúde a taxa de malnutrição crónica em crianças menores de 5 anos é de 9,7% e de 2,6% para a malnutrição aguda. Tal como em 2006, o meio rural continua sendo ligeiramente mais afectado que o meio urbano, com 11,1% de malnutrição crónica e 3,1% de malnutrição aguda.

A situação, tanto no meio rural como no meio urbano, melhorou em 2009 com taxas de 7,2% e 3,0% respectivamente, quando comparada com as de 2006 (10%; 7,5%). A nível das outras ilhas constata-se que na ilha do Fogo a insuficiência ponderal nas crianças tem o seu valor máximo embora tenha havido uma diminuição entre 2006 (14%) e 2009 (10%).

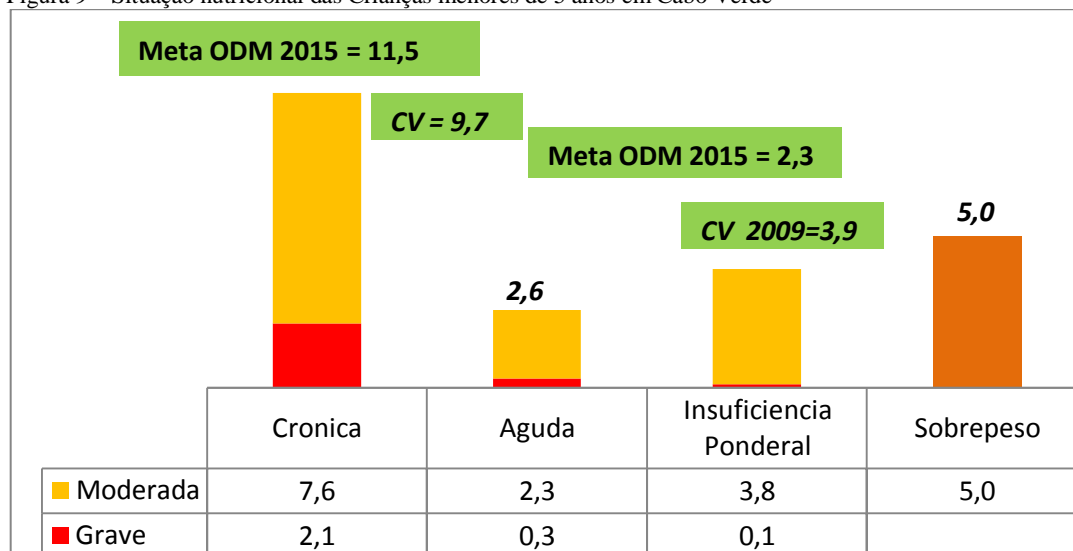
Em resumo, a situação nutricional das crianças menores de 5 anos em Cabo Verde melhorou.

A figura 9 ilustra os indicadores nutricionais face às metas preconizadas pelos ODM I (META 2: **Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a população em situação de insegurança alimentar**

Indicador:

- *Percentagem de crianças menores de 5 anos com mal nutrição*
- *Percentagem da população com insuficiência calórica*

Figura 9 – Situação nutricional das Crianças menores de 5 anos em Cabo Verde



Relatório de Progresso dos ODM. 2010

QUADRO INSTITUCIONAL

Ao Nível internacional, a CNUDS estabeleceu três principais estruturas institucionais: A Comissão do Desenvolvimento Sustentável (CDS), o Comité Inter-Agencias de Coordenação do Desenvolvimento Sustentável (IACSD) para coordenação no seio das Nações Unidas e o Conselho Consultivo de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável (HLB). ACDS mostra-se como a principal instância de tomada de decisão sobre o Desenvolvimento Sustentável no quadro das Nações Unidas, as outras duas estruturas praticamente foram abandonadas.

Entretanto, depois da Cimeira do Rio de 1992, muitas instâncias das Nações Unidas e de outras organizações internacionais desenvolveram o seu trabalho com base nos princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível Nacional, na década de 1990, após a Cimeira do Rio 92, iniciou-se o processo de formulação do quadro legal para o sector ambiental com a entrada em vigor da Lei nº 89/IV/93 que cria as bases da política do ambiente e, posteriormente com o Decreto-Regulamentar nº 14/97 que desenvolve as bases da política do ambiente, isto apesar da Constituição da República no seu Artigo nº 72 proclamar que todos os cidadãos têm direito a uma ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”, incumbindo assim as autoridades públicas elaborar e executar políticas adequadas de ordenamento do território, de defesa e preservação do ambiente e de promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica e promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca. Estipula ainda a Constituição da República de Cabo Verde, relativamente aos princípios de organização económica, que todas as actividades económicas devem ser realizadas tendo em vista

a preservação do ecossistema, a durabilidade do desenvolvimento e o equilíbrio das relações entre o homem e o meio envolvente.

A primeira década do segundo milénio foi bastante produtiva em termos legais, tendo sido possível a regulamentação da maioria dos assuntos relacionados o sector como sejam a apanha de areia, os resíduos, a avaliação de impactes ambientais, a exploração dos recursos geológicos, a criação da Rede Nacional de áreas protegidas, a proteção de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, o estabelecimento dos bens do domínio público marítimo, as normas de descarga de águas residuais, as normas da qualidade da água para o consumo humano, a Lei de bases do Ordenamento do Território, a Lei que cria a Taxa Ecológica, entre outros.

Em 1995 entrou em funcionamento o Secretariado Executivo Para o Ambiente (SEPA), instituição nacional sob a tutela do Gabinete do Primeiro Ministro, e mais tarde do Ministério da Defesa e Ambiente, responsável pela política ambiental, com competência e autoridade para congregar os esforços, sugerir normas e regulamentos e fiscalizar a actividade dos agentes públicos e privados intervenientes, directa ou indirectamente, no espaço nacional, apoiando-se em sistemas adequados de informação. Em 2002 foi extinto o SEPA e criada a Direcção Geral do Ambiente.

Actualmente, o quadro institucinal desenvolve-se desde uma estrutura interministerial – Concelho de Ministros Especializado para o Ambiente e Ordenamento do território que congrega os ministérios da tutela dos sectores do Ambiente, da Agricultura, das pescas, das infra-estruturas, das relações exteriores, da energia e da indústria. A segunda instância da estrutura institucional é o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território que, por sua vez preside o terceiro órgão institucional - o Conselho Nacional do Ambiente que reúne um conjunto de sectores cuja intervenção se articula com o sector ambiental; A Direcção Geral do Ambiente é a autoridade ambiental de coordenação dos sistemas transversais com impacto na sustentabilidade ecológica e protecção da biodiversidade natural do país, com funções de concepção, execução e coordenação das políticas do Governo. Esta Direcção Geral do Ambiente se desdobra em três direcções de serviços, a saber: Direcção de Serviço de Assuntos Jurídicos, Inspeção e Avaliação de Impactes Ambientais, a Direcção de Serviço de Gestão dos Recursos Naturais e a Direcção de Serviço de Informação e Seguimento da Qualidade Ambiental. Ao Nível da casa parlamentar temos, a Comissão Especializada do Ambiente e Ordenamento do Território em articulação com a Rede Parlamentar para o Ambiente, Desertificação e Luta contra a Pobreza.

Deve-se realçar ainda que o país ratificou a maior parte das convenções ambientais das Nações Unidas como sejam a Convenção sobre as Mudanças Climáticas, a Convenção da Luta contra a Desertificação, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção RAMSAR sobre a Protecção das Zonas Húmidas, A Convenção CITES sobre o Comercio Internacional de Espécies em Extinção, a Convenção de Estocolmo sobre Poluente Orgânicos Persistentes, A Convenção de Basileia sobre os Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos, a Convenção de Viena e o Protocolo de Montreal sobre a Degradação da Camada de Ozono, a Convenção de Abidjan sobre a Protecção do Ambiente Marinho e Costeiro entre outras.

O contexto político caracteriza-se por uma evolução positiva a nível de tomada de consciência sobre a necessidade de reforço da sustentabilidade ambiental. O poder local, hoje visto pelas populações como o responsável pela resolução da maioria dos problemas, pode desempenhar um papel importante no desafio que o ambiente propõe. As ONG e as associações nacionais e regionais estão num processo de desenvolvimento e de afirmação. Desempenham um papel cada vez mais importante no domínio da protecção do ambiente.

Existe também, a nível do Estado e das Instituições de Investigação, uma capacidade humana e técnica suficientemente preparada e disponível para a acumulação de conhecimentos, transferência de «saber fazer», gestão de situações e criação de alternativas no domínio do ambiente. Deste modo, existem condições que proporcionam a criação de uma estrutura institucional adequada para o desenvolvimento integrado tendo o ambiente como suporte.

A população deverá desempenhar um papel chave na realização dos objectivos das políticas. Deve suscitar-se o interesse das comunidades para o ambiente e promover a acção comunitária junto às instituições governamentais e gerando as mudanças necessárias no meio em que vivem e produzem.

DESAFIOS EMERGENTES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para Cabo Verde enquanto país insular e ao mesmo tempo classificado pelas Nações Unidas como país de rendimento médio os grandes desafios prendem-se com:

- 1) Combater a pobreza e reduzi-la para valores de 1 dígito;
- 2) Reforçar a gestão integrada dos recursos hídricos;
- 3) Melhorar os indicadores de saneamento básico;
- 4) Atingir 50% de penetração de Energias Renováveis no consumo energético do país e pelo menos uma ilha 100% renovável;
- 5) Desenvolver instrumentos de gestão e mobilizar financiamentos para as áreas protegidas;
- 6) Integração das mudanças climáticas no processo de planeamento nacional;
- 7) Reforço da fiscalização da nossa ZEE;
- 8) Reforçar a coordenação das acções entre o turismo e o ambiente;
- 9) Desenvolvimento de um plano nacional de educação ambiental;
- 10) Internalização da necessidade de Ordenamento do Território enquanto base para uma gestão adequada dos recursos naturais.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Depois da Cimeira do Rio em 1992, Cabo Verde assumiu o domínio Ambiental como chave para equilibrar o processo do desenvolvimento, criando um quadro legal que hoje se mostra bastante moderno e equilibrado, o que demonstra uma grande vontade política em implementar os compromissos assumidos ao nível internacional.

Apesar de Cabo Verde ter sido ao longo da sua história pós-independência um país com fortes preocupações ecológicas, não houve formalmente uma sincronização das acções entre os diversos departamentos visando a garantia que o processo de desenvolvimento seja sustentável.

O Processo do Desenvolvimento visou antes de mais o crescimento económico e a redução da pobreza. Entretanto, pelas fragilidades socio-ambientais que de pronto foram reconhecidas pelos sucessivos governos, houve permanentemente a preocupação com o equilíbrio ecológico e com a coesão social.

O país assinou e ratificou as principais convenções das Nações Unidas nos domínios ambientais e sociais, correspondendo com legislação e instrumentos de estratégicos apropriados para a sua plena implementação.

O processo de Ordenamento do território e melhor gestão dos solos mostra-se como crítico para se avançar rumo a um desenvolvimento sustentável, pelo que os instrumentos aprovados e em elaboração deverão ser devidamente implementados para a garantia do bem-estar das populações.

A sensibilização e Educação ambiental e para um consumo mais sustentável poderá trazer grandes benefícios, particularmente no domínio do saneamento e da conservação da biodiversidade.

Ainda subsistem grandes desafios, nomeadamente no reforço da articulação inter-institucional e entre os três pilares do Desenvolvimento Sustentável (Económico, Social e Ambiental) visando um processo de desenvolvimento mais equilibrado e que salvguarde os recursos naturais para serem passados em condições apropriadas às gerações vindouras. Essa melhor articulação deverá passar pela criação e operacionalização da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável que foi recomendado pelas Nações Unidas.

De uma forma sintética, a **posição de Cabo Verde** no contexto do Desenvolvimento Sustentável e que será defendida no âmbito da Cimeira Rio+20, se assenta no conteúdo da Declaração dos Ministros do Ambiente da CPLP produzida no seu V Encontro Ordinário que teve lugar na Ilha do Sal de 2 a 4 de Maio de 2012 e que consta como anexo a este relatório e cujos principais interesses para o país se desagregam a seguir:

1. Enfatizar que a Rio+20 deve concentrar-se no reforço da coerência e das ligações entre as dimensões ambiental, económica e social do desenvolvimento sustentável e contribuir para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, propondo para o conjunto dos países, os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável;

2. Reforçar a investigação oceanográfica com efectiva participação dos Pequenos Estados Insulares (PEI) e ribeirinhos em desenvolvimento, de modo a promover medidas de protecção dos oceanos e dos ecossistemas marinhos, minimizando os efeitos da poluição e da erosão costeira, promovendo uma economia azul baseada no aproveitamento sustentável das potencialidades económicas dos ecossistemas;
3. Encarar as particularidades dos PEI em desenvolvimento que, embora ricos em endemismos, apresentam um frágil equilíbrio ambiental e são muito vulneráveis aos impactes negativos das alterações climáticas, nomeadamente à subida do nível do mar, acidificação dos oceanos e ao avanço da desertificação e, como tal, merecedores de uma atenção especial no quadro global;
4. Sublinhar que um dos resultados da Rio+20 deverá ser a definição de diretrizes que permitam uma transição global para uma economia verde inclusiva, que promova a conservação do ambiente, contribua para a erradicação da pobreza e estimule uma economia de baixo carbono através do uso eficiente dos recursos naturais;
5. Reafirmar o engajamento de cooperar para a promoção da gestão integrada dos recursos hídricos e garantir as melhores soluções para a mobilização por mais e melhor água e o saneamento básico para as suas populações;
6. Enaltecer o papel da Mulher e a promoção de seus direitos para a materialização dos objetivos do desenvolvimento sustentável;
7. Fomentar a transferência de novas tecnologias, a promoção de eficiência energética e o aproveitamento do potencial das fontes renováveis, por forma a reduzir a pressão sobre os recursos naturais;
8. Reconhecer, com atenção particular, o papel potencial e determinante da gestão sustentável das terras para a resolução dos problemas urgentes do planeta como a insegurança alimentar, gestão da água, conservação da diversidade biológica e a adaptação das comunidades rurais às alterações climáticas;
9. Sublinhar a importância da agricultura sustentável para garantir a segurança alimentar e nutricional na Comunidade, reconhecendo a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) como instrumento de reforço de coordenação e de uma melhor governação das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Plano de Formação e Informação para o Ambiente - PFIE

PND 1997-2000, Ministério da Coordenação Económica

As Grandes Opções do Plano

Primeiro Plano de Acção Nacional para o Ambiente - PANA I

Plano Estratégico do Turismo - PET

Plano Estratégico Sectorial para as Energias Renováveis

Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente - PANA II

Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas - NAPA

Plano de Acção para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - PAGIRH

Primeira Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas

Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas

Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza - DECRP I

Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza - DECRP II

Programa Nacional de Luta contra a Pobreza - PNL

Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola - PEDA

Plano Nacional de Investimento Agrícola - PNIA

Directiva Nacional do Ordenamento do Território - DNOT

Plano de Acção Florestal - PAF

Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

Convenção das Nações Unidas da Luta Contra a Desertificação e a Seca

Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica

Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Cabo Verde – Programa de Acção Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA), Praia, 2007

Victor Borges - Educação Ambiental e Desenvolvimento Florestal, I Congresso Florestal - Praia, Novembro de 1993.

Relatório de Progresso de Execução dos ODM - DNP/Ministério das Finanças. Setembro de 2010.

Avaliação Final do DECRP II. Ministério das Finanças/Consultores Independentes, Fevereiro 2012.

Pobreza em Cabo Verde. Uma avaliação sumária e uma estratégia para a sua redução - Documento do Banco mundial, Junho de 1994

Programa Nacional de Luta contra a pobreza - Mesa redonda dos parceiros de desenvolvimento. Novembro de 1997.

Política Nacional de Saúde - Ministério da Saúde, 2007.

Avaliação da dependência externa de Cabo Verde quanto às transferências de pacientes e propostas de optimização do sistema hospitalar, sobre tudo em relação aos recursos humanos especializados, Vol 1. MS, Abril 2009.

Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2008 - 2011. Ministério da Saúde, 2008.

Relatório Estatístico 2010 - Ministério da Saúde, Novembro 2011.

Estratégia de saída de Cabo Verde da categoria de PMA.

Ana Maria Gomes Pires - Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio: Problemas, Desafios e Perspectivas - 2009/2010.

Anuário Estatístico - MESCI, Janeiro 2012.

Principais Indicadores da Educação. Ano lectivo 2010/2011 - Ministério da educação e Desporto.

Estimativa da Produção Agro-pecuária 2007 - 2010. MDR/DGPOG, Março 2012.

Programa do Governo da VIII Legislatura (2011-2016)

ANEXO



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA

V REUNIÃO DE MINISTROS DO AMBIENTE DA CPLP

ILHA DO SAL – 4 DE MAIO DE 2012

Declaração da CPLP à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – RIO+20

Reunidos no dia 4 de Maio de 2012, na Ilha do Sal em Cabo Verde, na sua Quinta Reunião Ordinária, os Ministros do Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP:

Considerando a necessidade de reforçar os laços de amizade e cooperação entre os seus povos;

Considerando a vontade de procurarem as melhores soluções para os desafios com que se deparam os Estados membros;

Reconhecendo a importância de reforçar a capacitação, formação, investigação e o intercâmbio técnico e científico no espaço da CPLP com vista à materialização dos compromissos internacionalmente assumidos;

Cientes de que todos os Estados membros têm extensas áreas marinhas e costeiras e vastas Zonas Económicas Exclusivas que encerram um potencial importante em recursos vivos e não vivos;

Cientes de que as questões ambientais globais ultrapassam as fronteiras físicas e temporais, exigindo, por isso, uma postura pautada pela ética e respeito pelas gerações futuras e uma cooperação concertada;

Reafirmando os compromissos contidos na Declaração de Luanda de Março de 2012 e tendo presente o interesse da CPLP em desempenhar um papel ativo e construtivo na realização e seguimento do pós Rio+20 no reforço da coordenação e diálogo intersectorial, nomeadamente,

entre as áreas do ambiente, mar, agricultura, segurança alimentar, saúde, juventude e educação, ciência e cultura para o desenvolvimento;

Reconhecendo que a Rio+20 constitui uma oportunidade crucial para a CPLP participar construtivamente no debate sobre uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista a erradicação da pobreza e a promoção do bem-estar dos cidadãos;

Decidem:

1. Promover a participação da CPLP na Rio+20 de molde a alertar a comunidade internacional para os desafios enfrentados no seio da comunidade;
2. Enfatizar que a Rio+20 deve concentrar-se no reforço da coerência e das ligações entre as dimensões ambiental, económica e social do desenvolvimento sustentável e contribuir para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, propondo para o conjunto dos países, os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável;
3. Assinalar que na Rio+20 deve ser adotado um documento que renove o compromisso político com o desenvolvimento sustentável e que reflita uma visão ambiciosa para um padrão diferenciado de desenvolvimento a nível global;
4. Salientar, no quadro da reforma institucional global para o Desenvolvimento Sustentável, a importância do reforço da governação ambiental ao nível global, regional, nacional e local;
5. Reforçar a investigação oceanográfica com efectiva participação dos Pequenos Estados Insulares (PEI) e ribeirinhos em desenvolvimento, de modo a promover medidas de protecção dos oceanos e dos ecossistemas marinhos, minimizando os efeitos da poluição e da erosão costeira, promovendo uma economia azul baseada no aproveitamento sustentável das potencialidades económicas dos ecossistemas;
6. Encarar as particularidades dos PEI em desenvolvimento que, embora ricos em endemismos, apresentam um frágil equilíbrio ambiental e são muito vulneráveis aos impactes negativos das alterações climáticas, nomeadamente à subida do nível do mar, acidificação dos oceanos e ao avanço da desertificação e, como tal, merecedores de uma atenção especial no quadro global;
7. Sublinhar que um dos resultados da Rio+20 deverá ser a definição de diretrizes que permitam uma transição global para uma economia verde inclusiva, que promova a conservação do ambiente, contribua para a erradicação da pobreza e estimule uma economia de baixo carbono através do uso eficiente dos recursos naturais;

8. Recomendar que na Rio+20 sejam adotados objetivos e metas inspiradoras e mobilizadoras em domínios críticos do Desenvolvimento Sustentável que possam compreender aspectos tais como a água, energia, oceanos, degradação dos solos e dos ecossistemas, segurança alimentar, emprego, proteção social e igualdade de género;
9. Reafirmar o engajamento de cooperar para a promoção da gestão integrada dos recursos hídricos e garantir as melhores soluções para a mobilização por mais e melhor água e o saneamento básico para as suas populações;
10. Enaltecer o papel da Mulher e a promoção de seus direitos para a materialização dos objetivos do desenvolvimento sustentável;
11. Fomentar a transferência de novas tecnologias, a promoção de eficiência energética e o aproveitamento do potencial das fontes renováveis, por forma a reduzir a pressão sobre os recursos naturais;
12. Potencializar as sinergias entre as três convenções do Rio (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica);
13. Reconhecer a necessidade de se promover o alinhamento dos Planos de Ação Nacionais de Luta contra a Desertificação com a Estratégia Decenal (2008 – 2018) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação;
14. Reconhecer, com atenção particular, o papel potencial e determinante da gestão sustentável das terras para a resolução dos problemas urgentes do planeta como a insegurança alimentar, gestão da água, conservação da diversidade biológica e a adaptação das comunidades rurais às alterações climáticas;
15. Defender o reforço da componente ambiental na agenda do Comité Mundial de Segurança Alimentar;
16. Sublinhar a importância da agricultura sustentável para garantir a segurança alimentar e nutricional na Comunidade, reconhecendo a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) como instrumento de reforço de coordenação e de uma melhor governação das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional;
17. Destacar como temas prioritários para apreciação durante a Rio+20:
 - a) Erradicação da pobreza, explorando as interdependências entre o ambiente, a produção, o comércio, garantia à vida saudável e o desenvolvimento;
 - b) Reforço da agricultura, particularmente a agricultura familiar, enquanto instrumento de erradicação da pobreza, e da segurança alimentar e nutricional nas suas múltiplas dimensões;

- c) Reforço da arquitetura institucional do desenvolvimento sustentável a nível global, em particular, através da promoção de uma melhor coordenação e coerência entre as agências e programas das Nações Unidas que se ocupam do desenvolvimento sustentável;
- d) Adopção de padrões de produção e consumo sustentáveis que fomentem um desenvolvimento socioeconómico harmonioso e que contribua para o alívio das pressões sobre o ambiente e os recursos naturais de base;
- e) Utilização eficiente dos recursos energéticos e das energias renováveis;
- f) Reforço da implementação das metas acordadas internacionalmente para água e saneamento;
- g) Gestão sustentável dos recursos naturais, com atenção para a conservação da diversidade biológica e dos conhecimentos tradicionais;
- h) Gestão sustentável dos oceanos, privilegiando uma estratégia de longo prazo e de cooperação internacional, no quadro de uma economia azul, tendo em conta medidas concretas e perenes na luta contra a acidificação e eutrofização, no contexto dos princípios estabelecidos na Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- i) Melhor conhecimento do meio marinho e criação de novas áreas marinhas protegidas, que contribuam para os esforços de adaptação às alterações climáticas nas regiões costeiras;
- j) Consideração de indicadores complementares ao Produto Interno Bruto, de forma a assegurar devidamente as dimensões social, ambiental e cultural do desenvolvimento;
- k) Definição de objetivos e metas de Desenvolvimento Sustentável em estreita coordenação com a revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Cidade de Santa Maria, Ilha do Sal, 4 de Maio de 2012

Os Ministros do Ambiente da CPLP ou seus representantes:

Maria de Fátima Jardim
Ministra do Ambiente de Angola

Fernando Coimbra
Ministério do Meio Ambiente do Brasil

Antero Veiga

Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território de Cabo Verde

Custódio Mário

Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental de Moçambique

Assunção Cristas

Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território de Portugal

Carlos Manuel Vila Nova

Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe

Abílio de Deus de Jesus Lima

Secretário Estado do Ambiente de Timor Leste